

**Jornais-laboratório: as experiências da Universidade do Porto (*JPN*) e  
da Universidade da Beira Interior (*Urbi et Orbi*)**

**Viktoriya Zoriy**

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação – Estudos dos  
Media e de Jornalismo**

*Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública*

**Julho, 2017**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação – Estudos dos Media e de Jornalismo, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Marisa Torres da Silva.

*Para o Daniel, o pilar da minha vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Marisa Torres da Silva, o meu reconhecimento pelo constante apoio e disponibilidade e a minha admiração pela sua serenidade e dedicação em todos os momentos do percurso.

Aos coordenadores e colaboradores que dão corpo e vida ao *JPN* e ao *Urbi et Orbi*, a minha gratidão pela solicitude e apoio prestados.

À minha mãe e ao Daniel, pelo amor e apoio incondicionais. Sem vocês nenhuma conquista valeria a pena.

Aos meus amigos que direta ou indiretamente contribuíram e incentivaram esta dissertação.

**Jornais-laboratório: as experiências da Universidade do Porto (*JPN*) e da  
Universidade da Beira Interior (*Urbi et Orbi*)**

**Viktoriya Zoriy**

**Resumo**

Em Portugal, a formalização do ensino superior não acompanhou a rapidez e o ritmo com que o jornalismo se afirmou enquanto profissão: só depois de reconquistada a liberdade de expressão é que nasceu, em 1979, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, a primeira licenciatura na área. Hoje, as instituições de ensino superior são as principais fontes formadoras de futuros jornalistas. Mas perante a crescente e múltipla oferta, reacendia o debate sobre o teor da formação adequada para o exercício em pleno da profissão: uns defendiam uma formação sustentada em bases teóricas e outros chamavam a atenção para um maior investimento na prática. Entretanto, as instituições de ensino superior encontraram uma forma de conciliar ambos os lados da questão: os laboratórios de jornalismo. A presente dissertação pretende contemplar as experiências e práticas jornalísticas em contexto académico e, desta forma, dar um contributo para uma reflexão sobre a dimensão laboratorial do ensino de jornalismo que está a ser percorrido em Portugal.

**Palavras-chave:** jornalismo digital, ensino de jornalismo, laboratórios

**Laboratorial newspapers: the experiences of the *Universidade do Porto (JPN)* and the *Universidade da Beira Interior (Urbi et Orbi)***

**Viktoriya Zoriy**

**Abstract**

In Portugal, the formalization of higher education did not follow the speed and pace of journalism as a profession: it was only after the re-conquest of freedom of expression that the first degree in the area was born in 1979, at the Faculty of Social and Human Sciences, at Universidade Nova de Lisboa. Today, higher education institutions are the main sources of training for future journalists. But facing the growing and multiple offer, the debate about the content of the training appropriate to exercise the profession in full reignited: some defended a formation based on theoretical bases and others called the attention to more investment in practice. However, higher education institutions have found a way to reconcile both sides of the issue: journalism labs. This dissertation intends to contemplate the journalistic experiences and practices in an academic context and to contribute to a reflection on the laboratory dimension of journalism education that is being conducted in Portugal.

**Keywords:** digital journalism, journalism education, media labs

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I: O jornalismo numa sociedade em mudança: dos alicerces aos desafios colocados à profissão .....</b>	<b>3</b>
I.1. Jornalismo e convergência: oportunidades que geram dificuldades.....	8
<b>CAPÍTULO II: O ensino e os laboratórios de jornalismo .....</b>	<b>18</b>
II.1. Os primórdios do ensino de jornalismo .....	20
II.1.1. O nascimento e a chegada do ensino de jornalismo à Europa .....	21
II.1.2. O caso português .....	23
II.2. O ensino de jornalismo no e para o século XXI .....	26
II.3. A dimensão laboratorial do ensino de jornalismo .....	30
<b>CAPÍTULO III: Metodologia .....</b>	<b>34</b>
III.1. Objetivos e perguntas de investigação .....	34
III.2. Universo e amostra de análise .....	35
III.2.1. História e evolução das publicações .....	36
III.3. Métodos de investigação .....	39
III.3.1. Análise de conteúdo.....	39
III.3.2. Entrevista semiestruturada.....	47
<b>CAPÍTULO IV: Resultados e discussão.....</b>	<b>51</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>64</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXO 1: Entrevista com Rita Neves Costa .....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXO 2: Entrevista com Ana Isabel Reis.....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXO 3: Entrevista com José António Pereira .....</b>	<b>83</b>
<b>ANEXO 4: Entrevista com Tiago Dias .....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO 5: Entrevista com Rafael Mangana .....</b>	<b>93</b>
<b>ANEXO 6: Entrevista com Anabela Gradim .....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

É comumente aceite a ideia de que o jornalismo independente e de qualidade se reveste de grande importância no seio da sociedade, na medida em que, através da sua diversidade de conteúdos, contribui para a construção de um espaço público dinâmico e para uma cidadania de alta intensidade. Esta visão contribuiu para que os órgãos de comunicação social e, por conseguinte, o jornalismo desde cedo se afirmassem enquanto instituição e profissão. Mas a discussão em torno da prática jornalística durante muito tempo desenrolou-se desfasada da profissionalização dos indivíduos nela envolvidos, sobretudo no que ao ensino superior diz respeito. A resistência manifestou-se sobretudo na valorização do “aprender com os que já fazem”, em detrimento da qualificação outorgada pelas instituições criadas para esse fim, o que explica a chegada tardia do jornalismo à academia.

Contudo, o advento das novas tecnologias recolocou o debate sobre o ensino superior do jornalismo na ordem do dia, sobretudo devido às transformações que o jornalismo e, conseqüentemente, o mercado atravessam. O novo paradigma comunicacional que se impôs reforçou a necessidade de aliança entre ambos. A partir do momento em que surgiu a necessidade de competências que transcendem o saber fazer da prática jornalística, foi imperativo que se ultrapassasse a dicotomia teoria vs. prática. Assim, as instituições de ensino superior introduziram nos planos curriculares dos cursos de jornalismo/comunicação disciplinas e ferramentas de apoio de caráter profissionalizante para facilitar a transição e também responder às exigências do mercado. Foi precisamente neste contexto que nasceram os laboratórios de jornalismo nos mais variados suportes, entre os quais os jornais online *JPN* (Universidade do Porto) e *Urbi et Orbi* (Universidade da Beira Interior). Atendendo à função que lhes está reservada – proporcionar a vivência prática do exercício da profissão – é igualmente importante analisar em que moldes estas experiências decorrem e avaliar o contributo das mesmas para o futuro jornalista.

Deste modo, esta dissertação apresenta-se como uma reflexão sobre a dimensão laboratorial do ensino do jornalismo, não só pelo crescente peso que tem vindo a ganhar no âmbito das Ciências da Comunicação, mas também porque entendemos que tanto o exercício como o ensino de jornalismo são socialmente relevantes. Assim, através do



estudo de caso dos jornais-laboratório da Universidade do Porto e da Universidade da Beira Interior, pretendemos contemplar as respetivas experiências para, de forma mais profunda, caracterizar a prática jornalística nestes meios e avaliar a sua importância para a formação de futuros profissionais.

O levantamento bibliográfico sobre o tema que nos propomos a estudar sustenta, em parte, o nosso trabalho. Assim, no primeiro capítulo procurou-se demonstrar a responsabilidade social associada ao jornalismo e a forma como esta tem sido condicionada e desafiada pelo advento das novas tecnologias.

O segundo capítulo diz respeito ao percurso do ensino de jornalismo, desde os primórdios até aos dias de hoje, com especial enfoque no caso português. Para melhor compreender o estado do ensino de jornalismo em Portugal, fez-se uma breve abordagem, a título de comparação, ao país que foi o primeiro a aventurar-se nestas andanças (Estados Unidos da América) e a outros por ele, direta ou indiretamente, influenciados (Espanha, Itália, etc.). A par do percurso histórico, situámos o debate e enfatizámos algumas das preocupações no âmbito do ensino de jornalismo no atual contexto de múltiplas formas e fontes de informação.

Nos capítulos seguintes constam os dados referentes ao estudo de caso propriamente dito. Uma vez que os jornais-laboratório *JPN* e *Urbi et Orbi* constituem as nossas evidências empíricas, o terceiro capítulo foi dedicado à explicação dos procedimentos metodológicos adotados em função dos objetivos traçados. Assim, a análise de conteúdo aplicada às peças jornalísticas produzidas, bem como as entrevistas com os coordenadores e antigos e atuais colaboradores dos jornais digitais em questão constituem a segunda base sobre a qual assenta esta dissertação. Os resultados, bem como a análise crítica dos mesmos, constam no quarto capítulo.

Finalmente, a conclusão apresenta uma síntese resultante do que foi observado sobre os jornais-laboratório da Universidade do Porto e da Universidade da Beira Interior como ferramenta de aprendizagem e posterior transição dos alunos de Ciências da Comunicação para o mercado.

## CAPÍTULO I

### O JORNALISMO NUMA SOCIEDADE EM MUDANÇA: DOS ALICERCES AOS DESAFIOS COLOCADOS À PROFISSÃO

Na sociedade contemporânea, o papel do jornalismo é tão central que, tanto no meio académico como nas práticas profissionais, é frequente tomá-lo como garantido: toda a gente precisa de notícias e os meios de comunicação são a principal fonte onde a sociedade procura informação acerca de si própria. Informar é a principal função reservada ao jornalismo. Contudo, não se trata apenas de procurar e difundir os acontecimentos socialmente relevantes: informar implica igualmente analisar e contextualizar esses acontecimentos, explicar as suas causas e consequências a fim de contribuir para a formação dos indivíduos e, desta forma, transformá-los em cidadãos ativos capazes de intervir e decidir. O jornalismo reveste-se, assim, de grande importância no nosso quotidiano porque, através da sua diversidade de conteúdos, define os factos e determina o seu sentido apresentando interpretações para os compreender. Ou seja, ao deter o poder de dizer “sobre o que” e “como” pensar, contribui para a construção de um espaço público dinâmico e para uma cidadania de alta intensidade.

Esta visão do jornalismo enquanto uma atividade de grande responsabilidade social é partilhada por John H. McManus (1994), para quem os meios de comunicação social assumem o papel de faróis da sociedade. “À medida que viajamos pelo tempo, eles iluminam o que está pela nossa frente. Se funcionarem devidamente – e nós não adormecermos ao volante – a sociedade poderá não só evitar cair de um precipício, como evitará também becos sem saída e será capaz de contornar alguns obstáculos”, afirma o autor (1994: xi). A expectativa expressa por McManus (1994) remete-nos para duas outras funcionalidades do jornalismo numa sociedade democrática: a) manter um sistema de vigilância e de controlo nos corredores do poder e b) servir de mecanismo de ampliação da opinião pública. Assim, os jornalistas não só exercem, por delegação, o direito à informação sobre os atos dos agentes de poder (político, económico, etc.), mas também criam um fórum para o debate público de ideias, relevando a voz do cidadão comum.

Mas o vasto reportório informacional que caracteriza os meios de comunicação social deve servir o público de outro modo igualmente importante: proporcionar espaço para entretenimento e prazer, incluindo na sua composição histórias cativantes, tiras de banda desenhada, dicas de beleza e tendências de moda, passatempos, etc. Michael Schudson (2008)<sup>1</sup> parte do pressuposto anterior e sugere a empatia social como uma das funções do jornalismo, que consiste em contar histórias de interesse humano com o intuito de promover e levar a apreciar o ponto de vista e o modo de vida dos outros (especialmente os grupos sociais desfavorecidos). Deste modo, o jornalismo passa a exercer uma certa pedagogia social, na medida em que ao zelar pela diversidade, incita-nos a alargar a nossa mentalidade a fim de compreender e aceitar os outros, cujo ponto de vista ou modo de vida pode diferir radicalmente do nosso.

Os investigadores e jornalistas de renome Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2007) debruçaram-se sobre a essência do jornalismo e apresentaram, inicialmente, nove princípios orientadores destinados a cumprir a missão subjacente a esta prática profissional: 1) a primeira obrigação do jornalismo é para com a verdade; 2) a sua lealdade é, em primeiro lugar, para com os cidadãos; 3) a sua essência reside na disciplina de verificação; 4) os seus profissionais devem distanciar-se dos acontecimentos que noticiam; 5) deve atuar como um sistema de vigilância independente do poder; 6) deve criar espaço para a crítica pública e para o compromisso; 7) tem de empreender esforços para transformar o que é importante em algo interessante e relevante; 8) deve efetuar a cobertura noticiosa de forma abrangente e proporcional; 9) por fim, os seus profissionais devem possuir o direito de exercer o que lhes dita a consciência<sup>2</sup>.

Como podemos ver, a discussão sobre o jornalismo e o seu papel no seio da sociedade é um vasto campo por explorar, mas a conclusão mais importante a reter é

---

<sup>1</sup> Na sua obra *Why Democracies Need an Unlovable Press* (2008), Michael Schudson identifica seis funções que o jornalismo desempenha, com diferentes ênfases e combinações, nas democracias contemporâneas: 1) informação (o dever de informar, de forma clara, completa e rigorosa); 2) investigação (investigar a ação dos agentes de poder); 3) análise (a capacidade de fornecer quadros interpretativos do mundo complexo em redor); 4) empatia social (promover histórias de interesse humano); 5) espaço público (criar espaço e gerar debate público de ideias); e 6) mobilização (a possibilidade de tomar partido de determinados programas e perspetivas políticas e mobilizar o apoio do público).

<sup>2</sup> Depois de reeditada, em 2007, a obra *Os Elementos do Jornalismo* (2014), de Bill Kovach e Tom Rosenstiel, passou a conter dez princípios orientadores do jornalismo. Este assunto será retomado na página 14 da presente investigação.

que este constitui um agente crucial na transformação dos indivíduos em cidadãos, ao fornecer-lhes toda a informação de que precisam para serem livres e autônomos. Como sintetiza Harris (2001:107), o fim do jornalismo “é um público informado e um público informado é a pedra angular da democracia”.

É comumente aceite a ideia de que os meios de comunicação social medeiam a nossa relação com o mundo, mas ao atribuir-lhes este papel de mediadores<sup>3</sup> devemos igualmente reconhecer que a forma como operam afeta os quadros mentais e os universos cognitivos dos indivíduos (Burgh, 2005). Esta perspetiva remete-nos para as teorias dos efeitos da comunicação social, mais precisamente a Teoria (ou hipótese) do *Agenda-Setting*, ou do Agendamento, de McCombs e Shaw (1972). A Teoria do Agendamento, como o próprio termo indica, salienta que os meios de comunicação social possuem a capacidade de agendar temas que são objeto de conversação pública num dado momento, transpondo a agenda mediática para a agenda pública (e política). Os autores estudaram a campanha eleitoral para a Presidência dos Estados Unidos da América, em 1968, e verificaram que os meios de comunicação social podem exercer efeitos cognitivos diretos sobre os indivíduos: quanto maior o destaque dos meios de comunicação sobre um tema, maior a importância que o público lhe concede na sua agenda.

Esta posição é sustentada por Behr e Iyengar (1985), para quem as notícias com maior impacto são as que os meios de comunicação realçam na hierarquia da informação. Na chamada segunda geração da Teoria do Agendamento, McCombs e Shaw (1993) concluíram que os meios de comunicação social também nos dizem “como” pensar sobre os temas que se inscrevem nas preocupações gerais. De acordo com os autores, “os *media* não só nos dizem sobre o que é que devemos pensar, como também nos dizem como pensar sobre isso, portanto, e conseqüentemente, o que pensar” (cit. por Traquina, 2000:153). Ou seja, o agendamento operado pelos meios de comunicação passa a sugerir não apenas assuntos, mas também interpretações para esses assuntos, e o seu sucesso varia consoante a necessidade informacional de cada um.

---

<sup>3</sup> Na perspetiva de Michel Logié (1971:169), o jornalista assume o papel de mediador “entre os que governam e os governados; entre os que têm poder e os que democraticamente devem julgar o seu exercício; entre os que comandam as alavancas económicas e os que esperam uma melhoria constante do seu nível de vida; entre os que devem difundir a cultura e os que a devem receber”.

A Teoria do *Agenda-Setting*, lançada por McCombs e Shaw, veio mostrar que a capacidade de influenciar os temas de debate público confere ao jornalismo um papel ativo na “construção social da realidade”. O conceito foi criado no âmbito da Sociologia do Conhecimento<sup>4</sup> e apresentado por Peter Berger e Thomas Luckmann (1976) para designar o processo durante o qual os indivíduos, interagindo entre si, atribuem significado às suas ações o que, por sua vez, gera novos significados sobre a realidade social. “O conhecimento social, construído e distribuído com base [nas representações e percepções constantemente produzidas no contexto das interações], é um recurso para a ação na vida quotidiana” dos indivíduos (Sousa, 2008:90).

Transportando este conceito para o campo das Ciências da Comunicação, podemos encarar os meios de comunicação social como mediadores do processo de construção social da realidade, na medida em que participam “por um lado, na modelação e na reconstrução sucessiva (e na mudança) da realidade social e, por outro lado, na construção de referentes para a ação individual” (*ibidem*:91-92). Partindo do pressuposto de que a informação é indispensável para um bom funcionamento da sociedade, devemos olhar para o jornalismo na sua dupla dimensão como produto e produtor de sentidos. Assim, entendendo os *media* (e o jornalismo) como um sistema, devemos estudá-los em todas as suas dimensões (política, económica, cultural e social), tendo sempre presente que não só marcam a agenda (e contribuem para a nossa compreensão do mundo), mas também são marcados pela interação e relação que estabelecem com outros atores sociais (logo, são produto resultante de uma grande variedade de forças presentes numa sociedade).

Uma vez que as notícias são as estruturas nas quais assentam as representações e os relatos dos media da realidade, o primeiro passo (e talvez o mais importante) é perceber o que implica o respetivo processo de produção. No âmbito das rotinas produtivas associadas à prática jornalística, é recorrente a ideia de que as notícias não resultam apenas da realidade nem são o seu reflexo fiel. De acordo com Frederico Pinheiro (2017), existem cinco fatores que poderão ajudar a explicar porque é que as notícias são como são: 1) os “interesses financeiros”; 2) os “jornalistas”; 3) a “organização empresarial”; 4) a “interação social”; e 5) os “valores-notícia”. Em primeiro

---

<sup>4</sup> O objeto de estudo da Sociologia do Conhecimento são as condições de produção de conhecimento.

lugar, temos de constatar o óbvio: o jornalismo é uma atividade profissional inserida na economia capitalista, cuja prática enfrenta um clima de constante tensão entre a sua lógica e os interesses financeiros. O segundo fator explicativo releva o papel do jornalista na produção noticiosa. Assim, as notícias são, sobretudo, fruto do processo de decisão e de escolha que os “jornalistas” operam. A este propósito, Nelson Traquina (1999:107) refere que “os jornalistas têm os seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira coisas que veem”, ou seja, “operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado”. No entanto, as opções efetuadas devem ir ao encontro do quadro normativo e institucional definido pela “organização empresarial”.

De seguida, devemos sublinhar que as notícias são igualmente condicionadas pela natureza e pelo tipo de relações socioculturais que se estabelecem entre os jornalistas e as fontes. A “interação social” entre ambos determina o fluxo contínuo de informação na sociedade. Por fim, os “valores-notícia”<sup>5</sup> são critérios de noticiabilidade que se fazem presenciar ao longo de todo o processo de produção, desde da seleção e tratamento à apresentação da informação. Na perspetiva de Mauro Wolf (2006:203), a aplicação dos valores-notícia é feita a dois níveis: em primeiro lugar, “são critérios para selecionar, do material disponível para a redação, os elementos dignos de serem incluídos no produto final”; posteriormente, “funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser enfatizado, o que deve ser omitido, onde dar prioridade na preparação das notícias”. De um modo geral, tratam-se de critérios que determinam se um acontecimento é ou não suscetível de se tornar notícia a ser apresentada ao público.

A par dos fatores explicativos das notícias elencados por Frederico Pinheiro (2017), podemos referir outras conclusões produzidas por autores pioneiros no entendimento da notícia como construção, nomeadamente Gaye Tuchman (1978) ou Michael Schudson (1988). Na tentativa de compreender a forma como os jornalistas

---

<sup>5</sup> Frederico Pinheiro (2017:87-88) apresenta, a título de exemplo, “preocupações de entreter a audiência, procura do imediatismo, de diretos e de notícias de última hora, individualização das estórias, a participação de figuras públicas, o posicionamento do país envolvido e a proximidade cultural e geográfica, a atualidade, a agenda da concorrência, motivos ideológicos, a relevância, os interesses da audiência, o tempo e espaço para a notícia, os meios disponíveis e o exclusivo”.

processam de modo rotineiro a sua atividade profissional, Gaye Tuchman (1978) propôs a classificação dos acontecimentos em função de cinco categorias, nomeadamente *hard news*, *soft news*, *spot news*, *developing news* e *continuing news*. Assim, perante uma grande diversidade de acontecimentos e escassez de tempo ou recursos para a sua cobertura, os jornalistas aplicam esta classificação para distinguir as notícias importantes das interessantes ou as notícias em desenvolvimento das notícias em continuação.

Mais tarde, Michael Schudson (1988) chamou a atenção para o facto de o processo de produção noticiosa compreender várias fases, com as respetivas rotinas, e as notícias serem o resultado da complexa dinâmica que emerge da sua articulação. “A criação das notícias é sempre uma interação de repórter, diretor, editor, constrangimentos da organização da redação, necessidade de manter os laços com as fontes, os desejos da audiência, as poderosas convenções culturais e literárias dentro das quais os jornalistas frequentemente operam sem as pensar”, refere o autor (1988:26). Pamela Shoemaker e Stephen Reese (1996) complementam a visão de Schudson ao descrever as organizações mediáticas como um negócio do qual fazem parte práticas repetidas e convencionadas destinadas a atingir um fim específico. Em síntese, podemos afirmar que a realidade oferecida pelas notícias é configurada (involuntária, mas inevitavelmente) por uma série de fatores internos e externos às empresas jornalísticas, o que sustenta a ideia do papel ativo do jornalismo na construção social da mesma.

### **I.1. Jornalismo e convergência: oportunidades que geram dificuldades**

Até ao momento, o foco da nossa argumentação constituiu o papel do jornalismo na sociedade contemporânea. Encarando o jornalismo como uma prática profissional destinada, sobretudo, a dar corpo ao direito dos indivíduos à informação, procurámos chamar a atenção para a complexidade e a responsabilidade a ela subjacentes. O ponto seguinte diz respeito à mudança de paradigma no campo jornalístico, mais precisamente o advento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e os desafios/constrangimentos por elas impostos no exercício da profissão. Mas para

melhor compreender o impacto das TIC no jornalismo, temos de olhar para o contexto económico que potenciou (e beneficiou) o seu desenvolvimento.

De acordo com Richard Sennett (2006) ou José Luís Garcia (2016), a transição do século XX para o século XXI ficou marcada pela consolidação de uma nova ordem económica mundial – a era do capitalismo informacional. “Se a ‘era industrial’ do capitalismo estava marcada pela acumulação de capital e pela detenção da propriedade física, na ‘nova era’ valorizam-se as formas intangíveis de poder” (Rifkin, cit. por Camponez, 2012:160). Assim, a afirmação do novo capitalismo surge em estreita relação com a transformação operada no seu núcleo operativo, isto é, a passagem do material (recursos materiais e bens de consumo) para o imaterial (tecnociência e informação). Estas mudanças foram potenciadas pelas tecnologias de informação que, “ao mostrarem potencialidades para se constituir como uma indústria fornecedora de novos produtos, bem como novos modos de produção” (Garcia, 2016:10) rapidamente se tornaram no motor central da economia do século XXI, “abrindo mercados e concentrando investimentos” (*ibidem*).

Para além do contributo das TIC na economia, em termos de oportunidades e possibilidades, estas têm, também, um forte impacto no jornalismo, quer na sua conceção quer no seu exercício. Ao longo do tempo, a mudança tecnológica foi determinante para a evolução e a profissionalização do jornalismo e foi precisamente no campo tecnológico que o impacto das TIC foi mais visível. “Se olharmos para a história da tecnologia na comunicação social, poderíamos afirmar que o século XIX está ligado à (aparição, crescimento e solidificação da) imprensa escrita, o século XX está ligado à radiotelevisão e o século XXI muito provavelmente irá ligar-se às plataformas multimédia digitais (sem fios)” (Deuze, 2006:17).

De entre os marcos mais importantes na evolução tecnológica, podemos assinalar a digitalização, o advento da Internet e a emergência dos dispositivos móveis como aqueles que mais alterações produziram na atividade jornalística. Em primeiro lugar, a passagem do sistema analógico para o sistema digital facilitou o processo de produção jornalística, através da introdução de novos equipamentos e ferramentas para mais rápida captação e melhor tratamento de som e imagem. Por conseguinte, diversos



dispositivos de gravação e programas informáticos de edição passaram a integrar o quotidiano profissional do jornalista.

Posteriormente, também a Internet teve impacto no jornalismo e respetiva prática que, segundo Helder Bastos (2000), ocorreu a dois níveis: a Internet não só alterou o modo de pesquisa de conteúdos, recolha de informações e contacto com as fontes, mas também impulsionou a produção noticiosa exclusiva para as edições eletrónicas dos *media*. Numa primeira fase, os jornalistas passaram a ter acesso a uma multiplicidade de conteúdos e ferramentas que contribuíram para o aumento do ritmo produtivo e da variedade de produtos jornalísticos. Ou seja, a Internet passou a constituir, para os jornalistas, uma fonte valiosa de informações, utilizada sobretudo para identificar especialistas e localizar fontes de informação ou verificar informações e procurar novas ideias para notícias ou reportagens.

É importante, ainda, sublinhar que a Internet facilitou o contacto com as fontes de informação, sendo o correio eletrónico (e mais tarde, os blogues e as redes sociais) uma das ferramentas mais atrativas e mais utilizadas para este fim. Usando esta ferramenta, os jornalistas obtêm informação passível de ser citada e sem os constrangimentos do tempo, espaço e custo. Esta perspetiva é corroborada por John Pavlik (1996:141), para quem a Internet é sinónimo de “utilizar melhor os recursos, utilizar melhores recursos e utilizar menos horas de pessoal para se produzir o produto”.

Porém, o contributo mais significativo da Internet ocorreu na criação de condições favoráveis ao aparecimento das edições online dos *media*. “Se numa primeira fase se assistiu à mera transposição de conteúdos dos meios tradicionais para o novo meio, posteriormente registou-se uma evolução, com o aparecimento de novos formatos e o nascimento de meios nativos caracterizados pela sua hipertextualidade, multimedialidade, interatividade, instantaneidade, memória, personalização e ubiquidade”, nota João Canavilhas (2016:30). Mais do que facilitar o processo de produção jornalística (sobretudo na fase de pesquisa), a Internet ofereceu aos meios de comunicação social um alcance global, passando estes a estar disponíveis a qualquer hora e em qualquer lugar à distância de um clique.

Por fim, não podemos subestimar o fenómeno mais recente na evolução tecnológica – a emergência dos dispositivos móveis de comunicação, nomeadamente os

smartphones. Estes dispositivos potenciam ainda mais a produção noticiosa, graças às múltiplas funcionalidades que reúnem para emitir de imediato uma pluralidade de conteúdos nas mais diversas plataformas. A par da multifuncionalidade, o tamanho e o baixo custo são alguns dos benefícios destes dispositivos que se tornaram imprescindíveis na sociedade contemporânea. Como afirma Canavilhas (*ibidem*), “depois do *backpack journalism*, em que o jornalista se tornou autónomo graças ao equipamento transportado na sua mochila, ganha agora forma o *pocket journalism*, com o jornalista a transportar no bolso toda a tecnologia necessária para a captação, edição e difusão de uma notícia”.

Paralelamente às mudanças anteriormente referidas, assistimos à transfiguração da própria atividade profissional, especialmente no que concerne à emergência do novo perfil do jornalista, que passa a acumular diversas funções (multitarefa) em vários meios (multiplataforma). Após a evolução tecnológica, sobretudo o advento da Internet, um quarto tipo de jornalismo começou a ganhar contornos – o jornalismo online. Enquanto prática profissional específica, o jornalismo online distingue-se de outros tipos de jornalismo por possuir uma componente ou essência multimédia e ser produzido quase exclusivamente para a *Web*<sup>6</sup>.

Por conseguinte, aos jornalistas passou a ser exigido um novo conjunto de competências e qualidades em termos de atividade profissional. “O jornalista *online* tem que fazer escolhas relativamente ao(s) formato(s) adequado(s) para contar uma determinada história (multimédia), tem que pesar as melhores opções para o público responder, interagir ou até configurar certas histórias (interatividade) e pensar em maneiras de ligar o artigo a outros artigos, arquivos, recursos, etc., através de hiperligações (hipertexto)”, escreve Deuze (2006:18). Ou seja, às fases do processo de produção noticiosa já dominadas pelos jornalistas, acresce a capacidade de conceptualizar uma peça em termos multimédia e interativos e, deste modo, explorar as características-chave dos novos *media*.

---

<sup>6</sup> A *World Wide Web* (*WWW* ou *Web*) é um sistema hipertexto ou interface gráfica que funciona sobre a Internet. A visualização da informação e navegação por parte do utilizador é feita através de uma aplicação específica – o navegador (*browser*).

John Pavlik (2001) propõe o termo “*cross-media-trained*” para designar o jornalista com um perfil mais tecnológico e um domínio amplo, cruzado e conjugado dos diferentes meios de comunicação. Mais recentemente, e devido à evolução permanente do sistema mediático, surgiu a necessidade de profissionais destacados para desempenhar novas funções, como, por exemplo, a gestão de conteúdos nas redes sociais. Trata-se de uma atividade cada vez mais relevante dentro do processo de produção jornalística, na medida em que as redes sociais como o *Facebook* ou o *Twitter* constituem novas fontes de informação e podem igualmente ser usadas como canais de distribuição a fim de potenciar a estratégia editorial do meio de comunicação a que se referem.

Para concluir, podemos, com segurança, afirmar que a revolução tecnológica, mais precisamente a digitalização, o aumento da taxa de penetração da Internet e a massificação dos dispositivos móveis, marca um ponto de viragem no jornalismo em direção a um futuro multimédia, interativo e personalizado<sup>7</sup>. Por outras palavras, o jornalismo não só reinventou o processo de produção noticiosa, através da integração de vários tipos de conteúdos num só produto, mas também estreitou a relação entre os profissionais e os seus públicos, concedendo aos últimos a dupla função de consumidores e participantes.

Note-se também que a alargada adoção das TIC está na origem do crescente esbatimento das fronteiras entre a produção e o consumo dos meios de comunicação social. A palavra-chave para designar esta tendência é a convergência. Como sustenta Henry Jenkins (2004:37), a convergência pode ser definida como “um processo de cima para baixo, iniciado nas corporações, bem como um processo de baixo para cima

---

<sup>7</sup> Na formulação de João Canavilhas (2016:33-34), “MULTIMÉDIA, porque é essa a exigência do mercado. A velha máxima ‘a rádio diz, a televisão mostra e a imprensa explica’ perdeu sentido porque é possível fazer tudo isto numa só plataforma. INTERATIVO, porque coloca o consumidor no centro do processo, oferecendo-lhe a possibilidade de participar e/ou transportando-o para uma nova dimensão: a imersão. Mais do que ser informado sobre determinado assunto, o utilizador pode agora explorar o tema da notícia até ao limite da sua curiosidade, clicando em links ou acrescentando informações às notícias (comentários, inquéritos, jogos, etc.). PERSONALIZADO, porque a participação do utilizador transforma a leitura numa experiência individual e única, que pode assumir pelo menos duas dimensões. A primeira é a possibilidade de escolher um percurso de leitura: ao optar por seguir determinados links em detrimento de outros, o leitor condiciona a forma como apreende o conteúdo da notícia, personalizando-a. A segunda dimensão está relacionada com os filtros de informação: por escolha do utilizador ou por recomendação da aplicação em que o utilizador recebe a notícia (padrão de consumo, localização, hora), o utilizador é conduzido para informação que responde a necessidades específicas e pessoais”.

iniciado no consumo. As empresas mediáticas estão a aprender a acelerar a corrente de conteúdo mediático através dos canais de distribuição de modo a expandir as suas oportunidades de lucro, alargar os mercados e reafirmar os compromissos dos utilizadores. Os consumidores estão a aprender a usar as diferentes tecnologias mediáticas para trazer a corrente dos *media* para dentro do seu campo de controlo e para interagir com outros utilizadores”. A perspetiva de Jenkins aponta para a abertura da produção jornalística à intervenção do público no papel de consumidor ou (co-)produtor de informação e conectividade e servirá de ponte para explicar o atual contexto comunicacional, com especial destaque para os desafios/constrangimentos impostos ao jornalismo.

Em primeiro lugar, temos de constatar que o advento das novas TIC consolidou o modelo de comunicação em tempo real, bidirecional e cada vez mais individual e personalizada na sociedade contemporânea. A audiência, embora massiva quanto ao seu número, é cada vez mais segmentada e diferenciada no que concerne à receção de mensagens. Perante esta tendência, surge a necessidade de afinidade cultural e partilha de interesses, materializada na prática de um jornalismo de hiperconcorrência. Os investigadores canadianos Jean Charron e Jean Bonville (2004:292-293) utilizam o termo hiperconcorrência para designar “o jogo concorrencial muito particular que caracteriza os setores assentes nas tecnologias da informação, particularmente o da informática e o das telecomunicações, e que têm de comum fundar a sua estratégia no crescimento e na inovação”. No campo jornalístico, a hiperconcorrência traduz-se na competição pela atenção da audiência, “recorrendo quer à segmentação e especialização dos temas, quer à confusão de géneros e à acentuação das funções expressivas e fácticas no discurso dos *media*” (Meyer, cit. por Camponéz, 2012:165).

Este aumento da concorrência no setor mediático pode potenciar uma miscelânea cada vez maior entre informação e entretenimento (*infotainment*) e entre informação e publicidade (*advertorials*). No primeiro caso, temos como exemplo a expansão de programas de sátira política como *The Daily Show*, de Jon Stewart, ou *Last Week Tonight*, de John Oliver, que ajudam a desconstruir a realidade que nos rodeia e, por conseguinte, cumprem a função tradicionalmente associada ao jornalismo. Apesar do cariz parcial, subjetivo e crítico destes programas, “a verdade é que cada vez mais

gente, sobretudo entre as gerações mais jovens, afirma que programas como o de Jon Stewart são a sua primeira, e mais fiável, fonte de informação em matéria política e, portanto, desempenham uma função muito relevante nos seus processos de formação de decisões, por exemplo quando se trata de votar” (Fidalgo, 2016:41). Estes programas não representam uma ameaça séria ao jornalismo, mas reduzem o seu poder centralizador e dominador do passado ao revelar as suas fraquezas e/ou insuficiências.

Por seu turno, o aparecimento de géneros híbridos como “*advertorials*” ou “*publireportagens*” tem repercussões mais graves para o jornalismo, na medida em que a diluição deliberada da fronteira existente entre informação e interesses comerciais coloca em causa a credibilidade do trabalho dos jornalistas. “Quando alguém chega à conclusão de que determinado ‘produto’ aparece disfarçado de informação, mas, em boa verdade, é uma peça de publicidade ou de marketing, escolhida e desenvolvida segundo critérios que não são os do jornalismo, fica lançada a dúvida sobre em que outros produtos noticiosos tal acontecerá também”, faz notar Joaquim Fidalgo (2016:45). Assim, a lógica comercial impõe-se de tal modo nas redações que os jornalistas acabam por ser forçados a produzir conteúdos publicitários em formato jornalístico só para angariar receitas, ignorando o facto de com isso minarem o voto de confiança do público e a independência do seu próprio trabalho.

O modelo comunicacional na sociedade moderna atual também é marcado por um papel mais ativo da audiência que, como já tivemos oportunidade de referir, de mera consumidora passou a produtora de conteúdos. Esta mudança de paradigma que confere aos cidadãos o estatuto de coprotagonista no processo de informação jornalística foi notada por Kovach e Rosenstiel que, na reedição de 2007 da sua obra *Os Elementos do Jornalismo*, acrescentaram um novo princípio aos outros nove princípios orientadores do jornalismo anteriormente referidos. “Os cidadãos também têm direitos e responsabilidades no que respeita às notícias”, sustentam os autores (2014:10). Quer isto dizer que “os cidadãos, que estavam até há pouco tempo circunscritos a ser audiências passivas, podem usar blogues, redes sociais e outras ferramentas para promoverem conversas sobre a atualidade noticiosa, criando outros ângulos de debate que podem introduzir novos dados na informação jornalística que está, em determinado momento, na ordem do dia” (Lopes, 2015:14).

Já Rosental Alves (2006) afirma que a transferência do controlo do emissor para o recetor foi propícia à afirmação de uma comunicação “eucêntrica”, na medida em que, perante um vasto conjunto de opções oferecidas pela Internet, o recetor decide o tipo, o formato, o local e a hora de acesso a um determinado conteúdo. O livre acesso à informação proporcionado pela Internet também conferiu à audiência o poder de confrontar, na fonte de informação, a veracidade dos factos relatados pelos jornalistas. Neste âmbito, Robert Picard (2009:3) observa que “o primeiro valor económico do jornalismo reside não no seu conhecimento próprio, mas na sua capacidade de distribuição do conhecimento dos outros”, vantagem essa que esmorece a partir do momento em que o público pode aceder ou comunicar sem recorrer à intermediação dos jornalistas.

À luz do pensamento de Picard, também os jornalistas Philippe Lefait e Patrick de Saint-Exupéry referiram, no âmbito da 4ª Conferência Internacional de Jornalismo, realizada em novembro de 2010, em Estrasburgo, que a ideologia da imediatez transformou o jornalismo numa indústria quase mecânica e relegou para os seus profissionais o papel de técnicos de informação, “uma vez que se incentiva a velocidade e a profusão de notícias, em detrimento da sua seleção cuidada e de um tratamento qualificado da informação” (Figueira, 2012:200). Desta forma, o papel ativo da audiência como potencial fonte de informação ou como fiscalizadora da atividade jornalística traduz-se na desprofissionalização do jornalismo e renova a pressão de sucessiva adaptação.

Porém, a nova realidade comunicativa, materializada pela Internet, pode fazer propagar não a sociedade do conhecimento, mas uma sociedade da desinformação. Como explica José Luís Garcia (2016:12), “a opulência informativa que caracteriza hoje o ambiente informacional não é apenas a expressão de abundância de conteúdos, onde qualquer busca ou interesse teriam garantias de concretização. É igualmente um lugar de descomedimento, desordem, ruído, redundância e fragmentação”. Assim, a proximidade com as fontes ou o alargamento da produção aos cidadãos em geral não implica necessariamente a qualidade da informação, dado que o fluxo contínuo de informação não só dificulta as tarefas de gestão e enquadramento dos acontecimentos, mas também aumenta o risco de transmitir factos manipulados ou deturpados. Também

Sofia Meireles Graça (2007:116-117) partilha esta visão e descreve o atual contexto de produção noticiosa como uma “ditadura de última hora”: sob a pressão de difundir a informação com rapidez, o jornalista deixa de ter tempo para pesquisar e espaço para refletir, apostando cada vez mais na “simplificação e uniformização expositiva”.

Assim sendo, o jornalista pouco contribuirá para o conhecimento coletivo se não assumir o papel de filtro informativo. Como sublinham Randy Reddick e King Elliot (1995:187), “à medida que as fontes de informação se multiplicam, que os canais através dos quais os jornalistas podem comunicar com as pessoas crescem e que os potenciais contextos dentro dos quais a informação pode ser entendida aumentam, os jornalistas terão de trabalhar de forma mais inteligente e eficiente para fazerem o seu trabalho com sucesso”. Mais, importa refletir sobre a função que o jornalismo deve desempenhar numa altura em que os ecossistemas digitais propiciam um ambiente quase perfeito para notícias distorcidas (ou falsas) prosperarem.

O estudo *Journalism, Media, and Technology Trends and Predictions 2017*, promovido pelo Reuters Institute for the Study of Journalism, concluiu que os indivíduos recorrem cada vez mais às redes sociais para se manterem informados. Aliás, para 28% de indivíduos, com as idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, as redes sociais constituem a principal fonte de informação. Perante este cenário, é preocupante a facilidade com que a informação sem coordenadas de relevo, credibilidade ou precisão pode circular e também gerar caos. Como exemplo ilustrativo, o estudo refere que, nas últimas semanas da eleição presidencial norte-americana, as “falsas” notícias de Papa Francisco apoiar Donald Trump ou Hillary Clinton vender armas ao Estado Islâmico superaram as notícias “reais” no que concerne às partilhas, reações e comentários no Facebook.

Tendo em conta a relevância que esta questão tem vindo a ganhar, o estudo prevê que, no decorrer deste ano, os órgãos de comunicação social em todo o mundo tornarão prioritários o rigor informativo e a disciplina de verificação no quotidiano dos seus profissionais. Posto isto, acreditamos que o advento das TIC pode ser um momento de excelência para o jornalismo refletir e quiçá operar um processo de mudança, tanto no campo profissional como no campo académico, na medida em que a qualidade do primeiro não pode ser equacionada sem o segundo. E terminamos este capítulo com a

perspetiva de Burgh (2003:95) que também adotamos: “a forma como os jornalistas são formados deveria interessar à sociedade em geral, que depende da qualidade do jornalismo que estes produzem para garantir a eficácia das suas instituições e a compreensão dos fenómenos em todas as esferas”.



## CAPÍTULO II

### O ENSINO E OS LABORATÓRIOS DE JORNALISMO

Os desenvolvimentos tecnológicos dos últimos anos (a digitalização, o advento da Internet e a emergência dos dispositivos móveis), ao mesmo tempo que propiciaram muitas e cada vez mais ousadas formas de procurar e transmitir informação, também tiveram impacto na redefinição das competências profissionais dos jornalistas e, sobretudo, na desvalorização do seu papel enquanto mediadores entre as fontes de informação e os cidadãos. Como afirma Rui Miguel Gomes (2009:54), a “nova realidade comunicativa”, materializada pela tecnologia e, em especial, pela Internet, “possibilita uma comunicação em rede global com uma estrutura e uma arquitetura singulares de movimentos multidirecionais, fundamentados por uma variedade incomputável de produtores”. Assim, a Internet passa a constituir o tecido da sociedade contemporânea, na medida em que ao atenuar os constrangimentos espaciais e temporais e ao potenciar a interconexão ente distintos campos, permite aceder a um menu informativo muito diversificado, no qual proliferam outros meios de mediação (websites, blogues, redes sociais, etc.) para além dos especializados (órgãos de comunicação social).

Nelson Traquina (2001) descreveu o novo paradigma comunicacional como uma arena de disputa entre os membros da sociedade. “A digitalização do jornalismo, as novas capacidades que a Internet oferece aos jornalistas na obtenção de dados e de acesso à informação, a proliferação de canais e a explosão de locais de comunicação e de informação, nomeadamente os milhares de sites no ciberespaço, a nova e potencialmente revolucionária dinâmica da interatividade, em particular entre jornalistas e fontes e jornalistas e público, as novas oportunidades de acesso aos jornalistas para as vozes alternativas da sociedade são fatores que apontam para a debilitação do controle político dos media noticiosos e a para a existência dum campo jornalístico que é cada vez mais uma arena disputada entre todos os membros da sociedade”, ressalva (*ibidem*:126). A observação do autor não podia ser mais assertiva, sobretudo numa altura em que a contínua associação às novas tecnologias está na origem de uma ampla distorção de valores não só no jornalismo, mas também na

sociedade em geral. Ao eleger como palavra do ano de 2016 o termo “pós-verdade”<sup>8</sup>, a Oxford Dictionaries mais do que designar um fenómeno, espelhou o grau de distorção que se apodera do campo jornalístico. No artigo de opinião<sup>9</sup> publicado a 5 de dezembro de 2016, na Rádio Renascença, Manuel Pinto explica que à medida que “os referenciais (gostos, interesses, causas, opiniões, crenças) do mundo de cada um, de cada grupo ou tribo são tomados [ainda que erradamente] como critério de verdade”, assiste-se “a um resvalar permanente para a diluição das fronteiras entre jornalismo e o entretenimento, o espetáculo, o comércio de interesses e de ideologias”.

Perante este cenário, importa questionar qual é o papel que o jornalista deve assumir no fluxo de informação, como já vimos, nem sempre rigorosa e escrutinada. No capítulo anterior, já tivemos a oportunidade de referir que o advento das TIC não coloca em causa a importância do jornalismo em si, na medida em que a sua prática visa esclarecer o público para dinamizar o jogo democrático. No entanto, defendemos a urgência do processo de reinvenção do jornalismo no novo contexto global, de modo a que possa desempenhar a função de filtro da comunicação, isto é, não tanto transmitir, mas transformar a informação em conhecimento, “com o que isso significa de investigação, de elaboração, de contextualização, de interpretação” (Fidalgo, 2004:70). Como afirma José Luís Garcia (2009:30), “o que é melhor em termos de informação não virá à superfície sem um constante trabalho de seletividade, o qual não pode dispensar profissionais competentes e exigentes”. E para que a reconfiguração desta prática tenha sucesso, deve começar, primeiramente, na base que a sustenta, isto é, a formação dos seus profissionais. Assim, pretendemos neste capítulo refletir sobre o ensino de jornalismo, sobretudo a sua dimensão laboratorial, não só pelo peso crescente que tem vindo a ganhar na discussão no âmbito das Ciências da Comunicação, mas também pela convicção de se tratar de um elemento essencial, senão o mais importante, em todo o processo de reconstrução jornalística.

---

<sup>8</sup> A palavra “post-truth” remete para um fenómeno que ganhou contornos com os acontecimentos recentes como o Brexit (Reino Unido) e a eleição de Donald Trump (EUA), e que se caracteriza por uma diluição das fronteiras entre a realidade e a ficção, a verdade e a mentira.

<sup>9</sup> Disponível em [http://rr.sapo.pt/artigo/70161/a\\_auto\\_referencialidade\\_no\\_jornalismo\\_e\\_na\\_cultura](http://rr.sapo.pt/artigo/70161/a_auto_referencialidade_no_jornalismo_e_na_cultura).

## II.1. Os primórdios do ensino de jornalismo

Devido ao papel que se espera que cumpra na sociedade contemporânea, o jornalismo é mais do que uma atividade cívica: é um labor profissional destinado a dar corpo, de modo adequado e competente, ao direito dos cidadãos à informação. Seguindo este ponto de vista, a sua profissionalização implicou a definição de um território próprio. “Isto significa que [os jornalistas] devem estar bem preparados para fazer o trabalho, que deve ser-lhes concedida alguma proteção, a fim de trabalharem sem restrições, e que devem ter direitos e deveres específicos; em contrapartida, espera-se que assumam o compromisso público de respeitar certos padrões profissionais e de obedecer aos valores e normas éticas específicas do *métier*, aceitando ser responsabilizados e prestar contas pelo que fazem”, explica Joaquim Fidalgo (2016:36). Com esta afirmação, o autor sintetiza o processo de profissionalização do jornalismo que, a seu ver, é recente e ainda inacabado.

No entanto, devemos notar que à semelhança do que sucede com qualquer ocupação que deseja alcançar o estatuto de profissão, também o jornalismo teve de assegurar determinados critérios, sobretudo de natureza cognitiva. Quer isto dizer que a legitimação do jornalismo do ponto de vista profissional não seria possível sem a afirmação de um saber próprio, mas também transmissível. Há décadas que se reconhece a importância de estudar o processo de produção, desde a seleção e tratamento à apresentação da informação, mas não nos podemos esquecer de que este é uma dimensão primordial da formação dos jornalistas e, de modo mais amplo, a formação em jornalismo. Ou seja, a prática jornalística surge em estreita relação com a profissionalização dos indivíduos nela envolvidos, cuja configuração se inicia desde logo em instituições criadas para esse fim.

É precisamente neste contexto que as instituições de ensino superior ganham relevo, na medida em que asseguram e estandardizam a aprendizagem da profissão, logo dos princípios, das normas e dos procedimentos a ela subjacentes, e são, por isso, consideradas as principais fontes formadoras de futuros profissionais. Tendo em conta a vasta experiência – moldada por condições diversas (políticas, económicas, tecnológicas, etc.) – corporizada por estas instituições, iremos, de seguida, lançar um breve olhar sobre a história do ensino de jornalismo por estarmos convictos de que a

reflexão crítica não dispensa tomar em linha de conta o surgimento e a evolução do seu percurso.

### **II.1.1. O nascimento e a chegada do ensino de jornalismo à Europa**

A institucionalização do ensino de jornalismo na academia teve início no século XIX devido à influência direta do mercado. O crescimento da imprensa a que se assistiu neste período reforçou a necessidade de aumentar o grau de eficácia do ofício no novo fluxo de informação, motivado pelo desejo de vender mais jornais e, desta forma, gerar mais receitas. “Sendo o lucro farol da equação, havia que conquistar leitores sem hostilizar empregadores. Os empresários apercebem-se que as novas exigências do ofício reclamam mais do que escribas dotados, mas avessos a regras. O impulso do mercado exige novo grau de eficácia na transmissão da mensagem”, refere Pedro Coelho (2015:234). Por isso, o ensino de jornalismo e a formação dos respetivos profissionais afigura-se como a solução mais acertada para chegar a resultados eficazes.

O aparecimento de manuais de jornalismo representa o primeiro fôlego nesse sentido, entre os quais podemos destacar *Writing for the Press: A Manual for Editors, Reporters, Correspondents, and Printers* (Grã-Bretanha, 1886), de Robert Luce; *Le Journalisme* (França, 1892), de E. Dubief; ou *Manual del perfecto periodista* (Espanha, 1891), dos irmãos Carlos e Ángel Ossorio y Gallardo. A preocupação com a deontologia profissional também se manifestou nas tentativas de criação de uma formação superior em jornalismo um pouco por todo o mundo<sup>10</sup>. Para Christian Delporte (2016:17), o verdadeiro impulso da profissionalização do jornalismo pela via académica teve lugar nos EUA e está associado ao projeto ideológico (político, moral ou espiritual), assente “sobre a suposta influência da imprensa, sobre o seu papel na formação da opinião pública, sobre a sua função de ‘Quarto Poder’”. De acordo com o autor, o projeto ideológico presidiu ao nascimento das primeiras escolas de jornalismo naquele país ainda em finais da década de 60 do século XIX: o primeiro curso de jornalismo foi criado

---

<sup>10</sup> Em 1806, a Universidade de Breslau (Polónia) concretizou a primeira experiência em formação profissional dos jornalistas. Mais tarde, Albert Bataille reuniu esforços com o jornal francês *Le Figaro* e fundou, em 1899, a Escola Superior de Jornalismo. Estes são apenas dois exemplos das iniciativas que foram surgindo neste período, porque a institucionalização do ensino de jornalismo na academia é considerada uma invenção norte-americana (Coelho, 2015).

em 1869, na atual Washington and Lee University, numa iniciativa do general Robert E. Lee, com o objetivo de formar jornalistas que contribuíssem para a reconstrução do Sul destruído pela Guerra da Secessão. “É também sobre ideais morais e cívicos que Walter Williams, na Universidade do Missouri (1906)” concebe o curso de jornalismo, refere o autor (*ibidem*). Mais tarde, o empresário Joseph Pulitzer compromete-se em elevar o estatuto dos jornalistas e oferece uma doação considerável à instituição de ensino superior que acolha um curso de jornalismo. Inicialmente, as negociações foram feitas com a Universidade de Harvard, mas foi a Universidade de Columbia que criou, em 1912, a Escola de Jornalismo e marcou o arranque do ensino de jornalismo na Europa.

Em Espanha, o ideário de Joseph Pulitzer e o currículo da Universidade de Columbia inspiraram a criação, em 1926, da Escola de Jornalismo ligada ao jornal católico *El Debate*. Com o início da guerra civil, em 1936, e a instalação do regime ditatorial no país, dois anos depois, o curso acabou por ser extinguido e o acesso à profissão de jornalista passou a ser condicionado pelos ideais vigentes (os institutos da Igreja Católica). Em 1971, o jornalismo espanhol retoma o passo inicial e nos anos que se seguem consolida o estatuto de disciplina académica.

A Grã-Bretanha revelou resistência em integrar o ensino de jornalismo na academia, relegando as rédeas para as necessidades do mercado. Assim, até 1970, a formação no local de trabalho constituiu a única via de acesso à profissão de jornalista. Mas apesar do atraso inicial, a Grã-Bretanha acabou por recriar uma réplica do modelo norte-americano. “Se o mercado conseguiu afastar o jornalismo da academia até 1970, teve efeito direto, igualmente, na estruturação do primeiro curso, uma pós-graduação, inspirada no programa de Columbia, muito dedicada a cumprir as exigências da profissão”, nota Coelho (2015:239). Só a partir de 1991, o ano em que foi criada a primeira licenciatura, é que o estudo académico de jornalismo começou a impor-se de forma mais intensiva.

A influência norte-americana estendeu-se também aos países como a França e a Alemanha e traduziu-se na criação, em 1924, da Escola Superior de Jornalismo, em Lille, e do Instituto Alemão para Jornalistas, em Berlim. Apesar da rápida consolidação, o ensino de jornalismo nestes países continua a ser encarado de modo relutante: no primeiro caso, este “permanece condicionado pelo sistema de acreditação das escolas,

dominado pelos empresários do setor e pelos sindicatos, e a reclamar ‘reforma urgente’” (Charon, cit. por Coelho, 2015:240); já na Alemanha, perdura a convicção de que a prática em contexto académico não consegue substituir a experiência adquirida na redação. “Juntamente com a França (20 por cento), a Alemanha reflete os menores índices de contratados licenciados na área (14 por cento)”, sublinha Coelho (*ibidem*:241).

Neste âmbito, gostaríamos também de fazer uma breve referência ao percurso italiano, por se tratar de um caso único na Europa. Contrariamente ao que sucedeu em Espanha, a primeira tentativa de institucionalização do ensino de jornalismo na academia data de 1934 pela mão direta do fascismo. Curiosamente, o argumento utilizado pelos seus percursores – “O jornalismo é uma profissão que pode e deve ser ensinada; só a formação permite ao repórter trabalhar de forma conscienciosa” (Agostini, cit. por Coelho, *ibidem*:242) – apresenta como base de sustentação o ideário de Pulitzer. Para além do regime ditatorial, o acesso restrito à profissão constituiu outro entrave à associação do jornalismo à academia. Como explica Paolo Mancini (2003:97), “ter os amigos certos, ou ligações ao partido ou grupo político que controlasse determinado meio de comunicação social, era tudo o que interessava”. Assim, o verdadeiro despoletar do ensino de jornalismo só ocorreu na década de 80 do século passado, quando o advento da televisão comercial exigiu novos profissionais para dar resposta às necessidades do mercado.

É inquestionável a importância do papel desempenhado por Joseph Pulitzer como o principal impulsionador da formação académica em jornalismo à escala global, mas um breve olhar sobre os exemplos atrás elencados permite verificar que a formalização do mesmo não acompanhou a rapidez e o ritmo com que a imprensa e, por conseguinte, o jornalismo se afirmaram enquanto instituição e profissão.

### **II.1.2. O caso português**

Em Portugal, a chegada do jornalismo à academia foi tardia e só ganhou vigor em 1974, após a reconquista da liberdade de expressão. O primeiro passo na institucionalização do ensino superior na área deu-se em 1979, com a inauguração do curso de Comunicação Social, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Em oposição aos casos espanhol e italiano, o percurso histórico do ensino de jornalismo em Portugal apresenta marcas da ditadura de maior envergadura. “Em Portugal, começamos a ouvir os mesmos argumentos em defesa<sup>11</sup> de uma educação formal em jornalismo, sediada na universidade, no período em que as ideias de Pulitzer começam a impor-se nos EUA, mas os argumentos dos críticos e a apatia que, mais tarde, a ditadura haveria de promover, bloquearam o caminho”, refere Pedro Coelho (2015:243). Aliás, mais do que afastar o jornalismo da academia, o regime autoritário que se viveu em Portugal de 1926 a 1974 teve o devido cuidado em manter sob controlo a liberdade de expressão, recorrendo à censura e apreensão das publicações. A par disso, a própria classe não demonstrava consenso sempre que a formação superior para o exercício da profissão se colocava na ordem do dia: aos defensores do “talento inato” e do acesso à profissão pela “cunha” juntaram-se os adeptos do conservadorismo que viam nos recém-formados uma ameaça ao estatuto já conquistado. Portanto, numa altura em que a liberdade de expressão e de reunião ou associação era reprimida, o ensino de jornalismo não constituía um problema premente e não constava na agenda. A propósito, Sandra Marinho (2011:334) constatou: “uma análise da produção intelectual em Portugal até 1974 revela que apenas 3 de 387 textos (0,8%) poderiam ser classificados como ‘formação em jornalismo’, todos publicados entre 1930 e 1960”.

Apesar do contexto desfavorável, a preocupação com a formação académica em jornalismo não desvaneceu e houve várias tentativas (ainda que efémeras) de intervenção, entre as quais merecem destaque duas lideradas pelo Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ), criado em 1934 e presidido por António Ferro. Em 1941, o SNJ propôs a criação do Curso de Formação Jornalística, com duração de dois anos, cujo público-alvo constituíam indivíduos com pelo menos 9 anos de educação formal ou jornalistas com pelo menos um ano de experiência profissional. O projeto, a ser desenvolvido nas instalações do SNJ, destinava-se a promover “a valorização profissional dos jornalistas e o elevar do seu nível cultural até aos limites exigidos pela missão que desempenham na vida portuguesa” (Sobreira, 2003:70). O curso admitia anualmente 30 alunos e oferecia uma ampla componente teórica complementada com

---

<sup>11</sup> Em 1898, teve lugar, em Lisboa, o IV Congresso Internacional da Imprensa que juntou 343 jornalistas de 18 países para debater o tema das “Escolas de Jornalismo”. Desde encontro resultou a criação da primeira, em Paris, em 1899.

conferências livres e visitas de estudo às redações e às gráficas dos jornais. Apesar de ter sido detalhadamente planeado, o projeto não chegou a ser concretizado pois não obteve o apoio necessário no seio da classe.

Mais tarde, já nos anos 60, a sociedade começa a despertar da letargia e os órgãos de comunicação social tomam consciência de que a vocação já não é suficiente para dar resposta às exigências “de uma imprensa responsável e moderna” (*idem, ibidem*: 153). Assim, em 1967, o SNJ retoma a publicação do boletim *Jornalismo* (inativo há 22 anos), onde faz também referência às práticas e experiências no ensino de jornalismo no contexto internacional e, em 1971, esboça o Projeto do Ensino de Jornalismo em Portugal<sup>12</sup>, que previa a aliança entre o jornalismo e a academia sustentada nas Ciências Sociais e Humanas. Este projeto propunha a criação de um curso superior de cinco anos, cujo plano curricular incluía cadeiras teóricas e práticas no âmbito das ciências sociais e humanas, nos primeiros três anos, e no domínio específico da comunicação e do jornalismo, nos últimos dois.

A proposta foi entregue a Veiga Simão, Ministro da Educação na altura, mas também acabaria por não vingar. “O regime político de então, apesar das contradições internas, continuava a temer uma iniciativa que não controlava e que se propunha concretizar o ensino e a aprendizagem de matérias vedadas na Universidade, como era o estudo da História Contemporânea ou as Metodologias das Ciências Sociais”, refere Manuel Pinto (2004:51) como justificação para o fracasso do projeto.

Só depois da revolução de 1974 e da queda da ditadura o esforço para inverter o rumo daria resultado. Assim, a inauguração do primeiro curso de Comunicação Social em Portugal, na Universidade Nova de Lisboa, daria origem à expansão da oferta de formação superior na área<sup>13</sup>. “Se é verdade que foram os jornalistas a conduzir o debate e os esforços pela institucionalização da formação em jornalismo em Portugal, também é verdade que esse objetivo acabou por ser atingido pelos académicos”, nota Marinho (2011:337). Fortemente orientado para uma formação geral em torno da Comunicação

---

<sup>12</sup> Sobre este assunto ver Sobreira (2003) e Teixeira (2010).

<sup>13</sup> Este curso, pioneiro na área, constituiu uma referência para a criação de outros cursos análogos sob a designação de Comunicação Social ou Ciências da Comunicação. A título de exemplo, em 1980, o Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa inaugura a licenciatura em Comunicação Social; três anos mais tarde, a Universidade do Minho inicia a especialização em Comunicação Social como parte integrante da licenciatura em Ciências Sociais.



(Mendes, 2011), o curso oferecia um leque variado de saídas profissionais, mas não enquadrava as necessidades da classe. Por esse motivo, na década de 80, nascem em paralelo outros projetos de pendor mais técnico, nomeadamente o Centro de Formação de Jornalistas, no Porto, e o Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas, em Lisboa.

Já nos anos 90, os cursos de Comunicação continuam a proliferar nas instituições de ensino superior público e privado, mas o seu carácter generalista sofre alteração e passa a albergar um tronco comum inicial, completado com uma especialização no final. Entretanto, em 1993, surge a primeira licenciatura exclusivamente em Jornalismo, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que se diferencia no meio da crescente oferta precisamente por evidenciar as suas orientações profissionais no jornalismo escrito, radiofónico e televisivo. Mais tarde, em 2000, nasceu a licenciatura em Jornalismo e Ciências da Comunicação, na Universidade do Porto e também marca a diferença por assentar num protocolo assinado entre a Faculdade de Letras e outras faculdades. De acordo com os dados recolhidos por Pedro Coelho e Sandra Marinho, disponibilizados no site *LabForm*<sup>14</sup>, no ano letivo de 2014/2015, o número de cursos que enunciam o acesso à profissão de jornalista fixou-se nos 29. Como podemos ver, apesar de tardia, a oferta formativa em jornalismo multiplicou-se e diversificou-se num curto período de tempo e acabou por conduzir ao que Nordenstreng (2009) denomina de sobreoferta de cursos e diplomados.

## **II.2. O ensino de jornalismo no e para o século XXI**

Conforme nota João Carlos Correia (1998), a discussão em torno do jornalismo e, em particular, da formação superior dos jornalistas, radica em duas posições antagónicas. “De uma forma simplista, podemos pensar que de um lado estão os defensores da boa ‘tarimba’, que acreditam que o talento jornalístico não pode ser ensinado nas academias (...) Do outro, surgem os teóricos que afirmam que sem uma cuidada preparação ética, deontológica, filosófica, sociológica, cultural e técnica, o jornalista não está preparado para exercer a sua profissão” (*idem, ibidem*:1).

---

<sup>14</sup> *LabForm* “é um site/blogue para debater pontos de vista, experiências de ensino e ideias para novas formas de ensinar/aprender Jornalismo”, lê-se na página do projeto. Disponível em <http://www.lasics.uminho.pt/labform/>.

Embora se compreendam as razões pelas quais o debate tende a desenrolar-se nestes moldes, partilhamos a posição de outros autores que tomam em linha de conta estas duas dimensões aludidas por Correia (*ibidem*) para questionar que formação deve existir para dotar o futuro jornalista de conhecimentos e competências para exercer em pleno a profissão e, sobretudo, enfrentar a paleta de desafios no universo digital. Esta visão vai ao encontro do que Manuel Pinto (2004: 58-59) preconiza: “é nas redações e nas organizações que se aprende verdadeiramente a praticar jornalismo”, reconhece, mas é inquestionável a importância da formação académica que ensina a “ver o que é notícia em tudo aquilo que se revela não ser o que aparenta”. Também Sandra Marinho (2011:203) entende que “mais profícuo do que tentar saber se se aprende jornalismo nas escolas ou ‘na tarimba’ é partir do princípio que ambas são indispensáveis e complementares e procurar articulá-las”. Para Joaquim Fidalgo (2009), o quadro atual do jornalismo implica o “saber de ação”, isto é, a associação entre as dimensões teórica e prática no quotidiano profissional. A seu ver, a aprendizagem em contexto académico potencia a aprendizagem em contexto profissional, e vice-versa, “sendo certo que o saber ‘da escola’ não se deve ficar apenas pelos domínios da teoria, mas o saber da ‘tarimba’ deve igualmente ir além da mera execução técnica ou reproduzida” (*idem, ibidem*:461).

Neste âmbito, devemos referir que encontramos um consenso na generalidade de opiniões: o ensino superior de jornalismo é essencial e, por conseguinte, a universidade desempenha um papel de serviço à sociedade, na medida em que se compromete a formar técnica, académica e profissionalmente os futuros jornalistas. “Isto não implica apenas um compromisso direto com as expectativas dos jovens que procuram este ensino, o que já não é pouco, mas também um compromisso indireto com a sociedade como um todo, que sofrerá as consequências do desempenho profissional destes jovens, para o bem e para o mal”, reflete Eduardo Meditsch (2004:25).

Na linha de pensamento do autor, as instituições de ensino superior não podem ser dissociadas da qualidade do jornalismo existente e devem assumir essa corresponsabilidade. “Ensinar para a prática não é formar para o primeiro emprego, mas formar para toda uma vida profissional, cuja responsabilidade social transcende os

constrangimentos organizacionais eventuais (...) e cuja base de conhecimento necessária estará em mutação permanente”, reitera o mesmo autor (*idem, ibidem*:36). Se ainda assim houver dúvidas se deve ou não existir formação superior em jornalismo, um facto é suficiente para atestar o seu reconhecimento: há cada vez mais jornalistas com formação científica especializada de nível superior, como constatou Joaquim Fidalgo (2004). Dados recentes do relatório *Jornalistas e Condições Laborais: Retrato de uma Profissão em Transformação*, realizado pelo Obercom – Observatório da Comunicação, refere que de um total de 1494 jornalistas inquiridos, 66,7% (aproximadamente dois terços dos jornalistas) possui formação superior – 40,5% em Ciências da Comunicação/Comunicação Social e 26,2% em Jornalismo<sup>15</sup>.

Retomando o ensino de jornalismo em Portugal, podemos concluir que do seu percurso sobressaem três momentos: “em primeiro lugar, o círculo da formação sócio-humanística e cultural clássica; segue-se o círculo das ciências que incidem na ‘problemática da comunicação’; e, finalmente, no centro, o círculo correspondente aos estudos jornalísticos” (Pinto, 2004:54).

Não descurando a importância destas componentes para a formação de futuros jornalistas, a questão que agora se levanta diz respeito ao peso a atribuir a cada uma delas. Para Jorge Pedro Sousa (2004), o ensino de jornalismo encontra-se diluído no amplo campo da comunicação que constitui, também, a via académica de acesso à profissão<sup>16</sup>. A seu ver, a formação superior em jornalismo pode seguir dois rumos, o da “banda larga”, para “dotar os estudantes de conhecimentos e competências em áreas afins”, ou o da “banda estreita”, a fim de “formar para o exercício performativo de uma determinada profissão”, sendo esta última mais vantajosa para transmitir a existência de fronteiras no campo comunicacional (*idem, ibidem*:5).

São várias as linhas orientadoras da formação superior em jornalismo apresentadas pelo autor, entre as quais destacamos as seguintes: o plano curricular dos

---

<sup>15</sup> Disponível em <https://obercom.pt/jornalistas-e-condicoes-laborais-retrato-de-uma-profissao-em-transformacao/>.

<sup>16</sup> “Hoje, há em Portugal 64 cursos de 1º ciclo no domínio alargado da comunicação, na qual se incluem as Relações Públicas, a Publicidade, a Comunicação Multimédia na sua vertente mais técnica ou a Comunicação Corporativa. Desses, apenas quatro cursos incluem na sua designação a palavra ‘Jornalismo’ e somente dois - na Escola Superior de Comunicação Social e no Instituto Superior Miguel Torga - têm a designação exclusiva de ‘Jornalismo’” (Peixinho *et al.*, 2016:25).

cursos de jornalismo/comunicação deve ser traçado em função do potencial mercado de trabalho e integrar duas fases (prática, num primeiro momento, seguida da intelectual e criativa); os cursos devem oferecer espaço para a experimentação e inovação e múltiplas e variadas disciplinas optativas para que o aluno possa definir o seu percurso académico; por fim, a universidade deve promover uma maior mobilidade internacional de alunos e docentes. De facto, a reforma pedagógica operada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no ano letivo de 2015/2016 reproduz na prática a visão de Sousa (2004) ao implementar “cursos de banda larga, que dotem os estudantes de um conjunto de saberes dialogantes, incentivando a sua autonomia, a sua responsabilização e a sua liberdade de escolha e de decisão” (Peixinho *et al.*, 2016:27).

Já G. Stuart Adam (2001) relega a responsabilidade da formação de futuros profissionais de jornalismo para os docentes. Na sua opinião, são eles quem devem avaliar a relevância das matérias lecionadas para a formação de futuros “repórteres, escritores e críticos”, não esquecendo que o plano curricular ideal se destina a promover a consolidação destas capacidades (*idem, ibidem*:327).

No entanto, também a reflexão sobre a formação em jornalismo nas instituições de ensino superior deve ser feita à luz da era digital. O alerta já foi dado por Thomas E. Patterson (2013), na sua obra *Informing the News: The Need for Knowledge-Based Journalism*, na qual reconhece a urgência em definir um modelo formativo capaz de preparar os futuros profissionais para um mundo complexo, fugaz, com excesso de ruído e (falsa) informação. Se é verdade que o advento das novas TIC teve repercussões na prática de jornalismo, não podemos ignorar que também trouxe oportunidades e desafios para a formação em jornalismo.

No decurso da sua investigação de doutoramento, Pedro Coelho (2016a:53) analisou seis cursos de jornalismo/comunicação<sup>17</sup> e identificou a integração de unidades curriculares ligadas à tecnologia no plano formativo, mas “a forma como essas unidades curriculares se organizam no interior desses planos ainda não pressupõe a existência de

---

<sup>17</sup> A análise de Pedro Coelho (2015) recaiu sobre as formações oferecidas pela Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Porto, Escola Superior de Educação de Coimbra, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa, Universidade Lusófona do Porto e Instituto Superior da Maia.

uma estratégia definida”. De acordo com o docente e investigador, a tríade representada pela tecnologia, jornalismo e academia exige um plano de formação que estabeleça “laços estratégicos entre as dimensões teórica e técnico-prática, e entre o tronco comum e a variante profissional, tornando-a mais reflexiva” (*idem, ibidem*:60).

Para isso, e de modo a gerar melhor resposta às necessidades do mercado, a oferta curricular já existente deve integrar outras unidades, como por exemplo Jornalismo e Literacia Mediática, destinada a abordar o conceito de jornalista-cidadão e guiar o jornalista profissional na ação sobre os conteúdos produzidos pelo público. Uma outra unidade curricular – Elementos do Jornalismo – passa por identificar e analisar os elementos centrais do jornalismo, com especial enfoque para “a forma como o mercado e as novas tecnologias influenciaram a aplicação desses elementos” (Coelho, 2016a:61). Decorre do que foi dito até agora que o advento das novas TIC constitui um momento de excelência para a reaproximação entre a academia e o mercado, oferecendo soluções para as dificuldades e os desafios no cenário em mudança que temos vindo a descrever. E essas soluções passam por dotar os futuros profissionais de “competências tecnológicas e competências de pensamento crítico e criativo” (Huang, 2009:246). Scallon (2015) vai mais além no entendimento da formação por competências e diz tratar-se de uma característica desejável dos indivíduos em geral que consiste em combinar conhecimento, habilidade e atitude.

### **II.3. A dimensão laboratorial do ensino de jornalismo**

Em Portugal, mas também no contexto internacional, a dicotomia teoria vs. prática parece ser o problema mais recorrente quando se fala do ensino de jornalismo. Enquanto uns defendem uma formação sustentada em bases teóricas e outros chamam a atenção para um maior investimento na prática, as instituições de ensino superior encontram uma forma de conciliar ambos os lados da questão: os laboratórios de jornalismo.

De acordo com Luís Bonixe (2016:44), sem descurar a “visão teórica e reflexiva das questões do jornalismo e da comunicação”, os cursos introduziram nos seus planos curriculares “o ‘saber-fazer’ em disciplinas denominadas de ‘oficinas’, ‘laboratórios’ ou ‘atelier’”. Neste sentido, a criação de unidades curriculares voltadas para a prática

jornalística visava aproximar dois polos tidos como opostos – a teoria e a prática – e terá sido o marco mais importante na história do ensino de jornalismo em Portugal.

À medida que a prática ganhava terreno no plano curricular dos cursos de jornalismo/comunicação, surgiu a necessidade de criar ferramentas de apoio às disciplinas de caráter profissionalizante e espaços de visibilidade dos trabalhos produzidos pelos alunos. Foi precisamente neste contexto que nasceram os órgãos laboratoriais no ensino superior, e nos mais variados suportes: jornal (impresso e online), rádio e televisão.

A primeira experiência neste âmbito data da década de 90, pela mão da Universidade do Minho, da qual resultou a criação do *ComUM*. De acordo com Rui Barros (2016:119), “o *ComUM* começou por ser revista, depois jornal, tendo chegado à sua versão online a 12 de dezembro de 2005” e assume-se, deste então, “como uma plataforma informativa online vincadamente independente de estruturas e entidades”. Promovido pelos alunos de Ciências da Comunicação, o *ComUM* visa cumprir o papel de “uma oficina de aprendizagem prática e real” (*ibidem*).

Em 2000, nasceu o programa radiofónico *Flash IPS*, produzido na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Setúbal, pelos estudantes do curso de Comunicação Social. O programa, coordenado pelos docentes Pedro Brinca e Ricardo Nunes e divulgado na rádio *Popular FM*, foi criado “para que os alunos sentissem a responsabilidade de trabalhar ‘a sério’ e conhecessem a pressão do cumprimento de prazos e dos critérios de exigência de qualidade” (Nunes, 2009:8).

No domínio televisivo, é de destacar a *UTAD TV*, web-TV criada em 2007, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com o intuito de divulgar diversas atividades desenroladas na academia. A *UTAD TV* “conta com emissões semanais, das quais constam: um telejornal emitido em direto e programas de informação e entretenimento, em várias áreas, tais como: Emprego e Empreendedorismo, Saúde, Cultura, Reportagem, entre outros” (Aroso, 2016:123). Para além de proporcionar espaço para a prática de jornalismo televisivo, o projeto aposta numa maior aproximação à comunidade académica.

Os projetos jornalísticos aqui referidos são apenas exemplos de várias experiências académicas que culminaram na criação de canais de interligação entre as esferas teórica e prática e que representam, ao mesmo tempo, as marcas distintivas da ampla oferta formativa na área do jornalismo/comunicação.

Neste âmbito, devemos sublinhar também que as potencialidades oferecidas pela Internet propiciaram a criação de plataformas informativas digitais transversais às unidades curriculares dos cursos de jornalismo/comunicação, como é o caso do *Urbi et Orbi* e do *JornalismoPortoNet (JPN)*, dinamizados pelos estudantes de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior e da Universidade do Porto, respetivamente. Ambos os projetos, que aqui designamos de jornais-laboratório<sup>18</sup>, foram concebidos para cumprir uma dupla função: por um lado, constituir um laboratório de iniciação ao jornalismo, sobretudo para os alunos finalistas do curso de Ciências da Comunicação; e, por outro, funcionar como um veículo de comunicação e divulgação de notícias a nível académico e regional.

Desde a sua fundação, em 2000, o *Urbi et Orbi* “explorou as novas linguagens multimédia, e aproveitou os recursos de interatividade e multimedialidade do meio, tornando-se uma plataforma indispensável na formação dos alunos de Comunicação e num meio que deu a universidade a conhecer a si própria e aos outros” (Gradim, 2016:120). O *JPN* arrancou a 22 de março de 2004 e assume-se atualmente como “um jornal multimédia de informação geral e atualização permanente, acompanhando a evolução das novas tecnologias de comunicação e pondo em prática as mais modernas técnicas de expressão jornalística na Internet”. Mais do que criar espaço para a reprodução da prática jornalística, os jornais-laboratório estabelecem o elo de ligação entre a academia e o mercado. Em primeiro lugar, permitem “que os estudantes treinem, e, desse modo, errem e entendam a extensão e a gravidade dos seus erros, o que, conseqüentemente, os torna mais conscientes da profissão”, explica Gabriela Vilaça (2011:26).

A par da experiência, os jornais-laboratório oferecem aos alunos a oportunidade de divulgarem os seus trabalhos e, desta forma, iniciarem a construção de um portefólio

---

<sup>18</sup> O termo jornal-laboratório foi introduzido e desenvolvido pelos investigadores brasileiros José Marques Melo (1984) e Dirceu Fernandes Lopes (1989).

antes de ingressarem no mercado de trabalho cada vez mais saturado e competitivo. Como nota Vieira Júnior (2002:100), “a existência de um jornal-laboratório nos cursos de jornalismo é imprescindível. Porém isso não significa que qualquer projeto é condição suficiente. Tem que ter público definido, periodicidade respeitada, para que o aluno acredite que realmente ele existe e que o leitor o tenha como fonte de informação segura e fiável”. A nosso entender, o *Urbi et Orbi* e o *JPN* não só cumprem os requisitos dos jornais-laboratório, mas também constituem o principal meio em que se aplica a função exigida às instituições de ensino superior nos dias de hoje: reproduzir a realidade e criar inovação. Como afirma Pedro Coelho (2016b:12), “os cursos de jornalismo são, afinal, o lugar onde todas as experiências são possíveis... e desejáveis”.



## CAPÍTULO III

### METODOLOGIA

“A investigação é uma atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, flexível e objetivo de indagação e que contribui para explicar e compreender os fenómenos sociais. É através da investigação que se reflete e problematizam os problemas nascidos na prática, que se suscita o debate e se edificam as ideias inovadoras” (Coutinho, 2014:5). Por se tratar de uma forma de obtenção de conhecimento, a investigação, tanto em Ciências da Comunicação como noutras áreas do saber, deve obrigatoriamente adequar-se ao objeto de estudo e ser pautada pela sistematização e pelo rigor. Neste capítulo, será apresentada e explicada a metodologia adotada a fim de concretizar os objetivos e responder às perguntas sobre as quais assenta a presente investigação.

#### **III.1. Objetivos e perguntas de investigação**

O ensino de jornalismo tem vindo a ganhar visibilidade nos últimos anos, suscitada sobretudo pelo advento da Internet que impôs inúmeros constrangimentos ao seu exercício. Assim, debater o tipo de competências que um jornalista deve possuir para desempenhar a sua função sob permanente pressão do tempo (ser o primeiro a noticiar a última coisa que acontece) e do espaço (multiplicar conteúdos em diversas plataformas) e, sobretudo, o tipo de formação mais adequado para fornecer esta aprendizagem nunca foi tão pertinente. Apesar da multiplicidade e diversidade de pontos de vista, o consenso parece residir na ideia de que a formação superior desempenha um papel fundamental e deve encorajar o jornalismo de qualidade direcionado para o interesse público.

Desta forma, o principal objetivo desta investigação é compreender de que modo se estabelece e promove a ponte entre a academia e o jornalismo. Uma vez que a associação entre as dimensões teórica e prática do ensino se traduz na criação e desenvolvimento de laboratórios de jornalismo, o segundo objetivo passa por caracterizar e avaliar a prática jornalística em contexto académico. Assim, pretendemos com esta investigação contemplar o ensino de jornalismo em Portugal, mas restringimos o objeto à sua dimensão laboratorial, mais precisamente ao estudo de caso dos jornais-

laboratório *JornalismoPortoNet (JPN)* e *Urbi et Orbi*, dinamizados pelos estudantes de Ciências da Comunicação da Universidade do Porto e da Universidade da Beira Interior, respetivamente. O terceiro e o último objetivo desta investigação é procurar compreender a importância destes meios para a formação de futuros jornalistas.

Tendo por base a problemática e os pressupostos até agora apontados, tentaremos responder a um conjunto de questões que norteiam a presente investigação. Que características apresentam os jornais-laboratório? Como são as rotinas de produção de informação? Quais são os temas predominantes e as fontes utilizadas? Os assuntos abordados são de interesse interno ou externo à comunidade académica? Quais os desafios/constrangimentos com que se deparam os colaboradores? Os jornais-laboratório desempenham o papel de um meio de comunicação institucional ou uma ferramenta para a prática jornalística? O que pensam os profissionais sobre o jornalismo universitário?

Como se pode depreender a partir das perguntas de investigação enunciadas, ambiciona-se conseguir uma visão abrangente sobre os jornais-laboratório no ensino superior, incluindo na análise os vários componentes desta realidade.

### **III.2. Universo e amostra de análise**

Sendo os jornais-laboratório *JPN*, criado em 2004 na Universidade do Porto, e *Urbi et Orbi*, nascido em 2000 na Universidade da Beira Interior, o alvo desta investigação, devemos explicar o universo da análise e a constituição da respetiva amostra. Ambos os jornais cumprem o propósito de laboratório de jornalismo para os alunos de Ciências da Comunicação, na medida em que oferecem espaço e condições para por em prática as técnicas de expressão jornalística adquiridas durante a frequência do curso.

No entanto, a escolha destes jornais como objeto empírico prende-se com o carácter experimental dos mesmos, ou seja, a forma como o aproveitamento das novas tecnologias de comunicação permitiu que de meros laboratórios evoluíssem para jornais multimédia generalistas. A par disso, ressalve-se que houve uma preocupação em procurar jornais-laboratório semelhantes, quer devido às suas características de jornal em suporte digital, quer devido à organização da redação.

Para a realização da análise comparativa da produção noticiosa dos jornais-laboratório *JPN* e *Urbi et Orbi*, houve que selecionar o período temporal. Contrariamente ao *Urbi et Orbi*, que tem periodicidade semanal durante todo o ano letivo, no *JPN*, a atualização informativa ganha mais vigor durante o período de estágio curricular dos finalistas do curso. Desta forma, decidiu-se que a análise recairia sobre os conteúdos publicados no período entre 25 de janeiro e 23 de fevereiro de 2017 nas plataformas dos jornais-laboratório. Foram excluídos da nossa análise os conteúdos produzidos no âmbito do jornalismo radiofónico e televisivo.

Aquando da criação do *JPN*, a inclusão de notícias na área de online, rádio e televisão visava como resultado um produto multimédia e perdura até hoje. No entanto, optamos por excluir as peças jornalísticas produzidas nas vertentes de rádio ou televisão porque não encontramos equivalente no *Urbi et Orbi*. Ou seja, a rádio (*RUBI*) e a televisão (*TUBI*) universitária da Beira Interior possuem espaços próprios e, contrariamente ao que se verificou no *JPN*, as peças jornalísticas produzidas neste âmbito não são veiculadas através do jornal. Para além disso, existe uma clara predominância de conteúdos escritos disponibilizados no jornal-laboratório da Universidade do Porto. Sendo assim, a amostra é composta por 144 peças do *JPN* e 48 peças do *Urbi et Orbi*, o que perfaz um total de 192 peças jornalísticas em estudo.

### **III.2.1. História e evolução das publicações**

O *Urbi et Orbi*, criado a 31 de janeiro de 2000, é o decano dos jornais-laboratório digitais em Portugal, concebido como um laboratório para o estudo e a prática do jornalismo para os alunos de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior (UBI). “O jornal nasceu associado a um livro de estilo/manual de jornalismo que produzi em 2000 com o objetivo de facilitar o treino dos alunos nas diversas tarefas a desenvolver no jornal. Esse, de algum modo, tem sido o fio condutor da atividade dos alunos, mantendo uma abertura à inovação técnica que se relaciona com o seu carácter de laboratório experimental”, explica Anabela Gradim, diretora do jornal<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Em entrevista a nós concedida a 30 de março de 2017.

No *Editorial* publicado na edição número 0<sup>20</sup>, António Fidalgo (2000) referiu que a criação do jornal visava “matar dois coelhos com uma só cajadada, ou então juntar o útil ao necessário”. Para o então diretor do jornal, “numa época em que a informação domina a sociedade e ganha cada vez mais a forma do digital e do online, o coelho necessário é dotar os alunos de um instrumento para treinarem e desenvolverem as suas competências jornalísticas. O coelho útil é conseguir simultaneamente dotar a UBI de um meio de informação rápido, eficaz e cómodo”. Assim, o *Urbi et Orbi* cumpre uma dupla função: por um lado, constitui um laboratório para a prática dos valores intemporais do jornalismo, e, por outro, um veículo de comunicação interna na UBI.

Desde a sua criação, o *Urbi et Orbi* afirma-se como um “jornal de informação geral atento à Universidade, à Covilhã, à região e ao mundo”. Os princípios e objetivos fixados em 2000 no *Estatuto Editorial* mantêm-se atuais, mas ao longo de mais de uma década de existência, o jornal procurou explorar as novas linguagens multimédia e aproveitar as potencialidades oferecidas pelas novas TIC. “O jornal foi-se alterando para se adaptar às inovações técnicas que invadiram o campo, nomeadamente a explosão das comunicações móveis, alterações que são visíveis nos diferentes *layouts* que foi tendo”, afirma Anabela Gradim, em entrevista realizada no contexto desta dissertação.

Assim, à semelhança da imprensa tradicional, os primeiros anos de *Urbi et Orbi* são marcados pela associação do texto à imagem fotográfica. O marco mais importante da entrada no mundo digital ocorreu em 2007, quando o jornal começa a explorar a linguagem multimédia, integrando vídeo e áudio nas notícias, e os novos formatos, nomeadamente a infografia. Posteriormente, o *Urbi et Orbi* também desenvolveu quatro versões mobile para o telemóvel/smartphone/PDA e, a partir de 2015, marca presença nas redes sociais.

Atualmente, o *Urbi et Orbi* constitui uma ferramenta indispensável na formação dos alunos de Ciências da Comunicação da UBI que, semanalmente, sob a supervisão do chefe de redação e dos docentes de Atelier de Jornalismo e Webjornalismo, dão vida ao jornal. Os conteúdos produzidos são distribuídos por quatro secções temáticas principais, nomeadamente *UBI*, *Região*, *Desporto* e *Cultura*. A página principal apresenta

---

<sup>20</sup> Disponível em <http://www.urbi.ubi.pt/000131/index.html>.

também secções secundárias – *GeoUrbi* (remete para as notícias georreferenciadas), *Made In UBI* (rubrica com alunos exemplos de sucesso formados na UBI), *Opinião*, *Reportagens*, *Infografias* e *Especiais* –, de atualização esporádica. O jornal online possibilita também o acesso direto a outros meios de comunicação da UBI, nomeadamente a rádio e a televisão universitária – *RUBI* e *TUBI*, a newsletter *ubinforma* ou a unidade de investigação *LabCom.IFP*.

O nascimento do *JornalismoPortoNet (JPN)* foi mais tardio. O jornal-laboratório digital do curso de Ciências da Comunicação: Jornalismo, Assessoria, Multimédia da Universidade do Porto (UP) foi criado em março de 2004. “Este projeto, inovador em Portugal na aplicação das mais avançadas técnicas de produção ciberjornalística, resultou do trabalho articulado do corpo docente da licenciatura, designadamente das áreas de Jornalismo, Informática e Design” (Zamith et al., 2004:3). O *JPN* surgiu em moldes semelhantes ao *Urbi et Orbi*: aprofundar as competências teórico-práticas dos alunos adquiridas no âmbito das disciplinas práticas de Jornalismo e Multimédia.

De acordo com Ana Isabel Reis, diretora do *JPN*<sup>21</sup>, formar e experimentar são os pilares que sustentam o projeto. “Formar e dar alguma experiência aos estudantes com vista a prepará-los melhor para o estágio e o mercado de trabalho, proporcionar um local para praticar e experimentar e aprender e, ao mesmo tempo, contribuir para a constituição de um primeiro portefólio. Experimentar e publicar mesmo que não resulte, para que se perceba através de um exemplo real a evolução do meio online: das ferramentas que vão surgindo e desaparecendo, da evolução da linguagem e da escrita online, perceber ainda as potencialidades do meio”, explicita.

O *JPN* assume-se como um “jornal multimédia de informação geral e atualização permanente”, e, sobretudo, um “jornal independente, plural e equilibrado”. O *JPN* funciona todo o ano, mas durante o período letivo, além de publicar os trabalhos produzidos pelos alunos nas aulas práticas, o jornal digital funciona como local de estágio interno de finalistas do curso de Ciências da Comunicação: Jornalismo, Assessoria, Multimédia. Assim, “no segundo semestre, o *JPN* acolhe os finalistas que, obrigatoriamente, cumprem ali um período do estágio curricular. Nessa altura, a

---

<sup>21</sup> Entrevista a nós concedida a 9 de março de 2017.

redação é dividida em dois turnos e funciona como uma redação profissional” (Reis, 2016:122). Para além dos coordenadores e dos alunos, a equipa da redação inclui dois editores a tempo inteiro e com carteira profissional de jornalista. Assim, o turno da manhã (08-16) e o turno da tarde (11-19) possuem um editor que organiza a agenda e acompanha o trabalho dos alunos. Uma vez que o *JPN* inclui as vertentes rádio e televisão, a passagem pelo jornal também permite aos alunos praticar e desenvolver os conceitos e as técnicas apreendidos neste âmbito.

Para além das renovações de carácter técnico ou alterações nos recursos humanos, “ao longo dos 13 anos houve um apuramento e uma firmação da linha editorial do *JPN* e no desenvolvimento do tipo de conteúdos”, afirma Ana Isabel Reis, em entrevista realizada no contexto desta dissertação. “Hoje acho que há um equilíbrio maior entre trabalhos de maior envergadura e *hardnews* – ambos importantes na formação dos futuros jornalistas”, acrescenta neste âmbito.

Atualmente, o *JPN* dispõe de sete editorias, designadamente *UP*, *Academia*, *Grande Porto*, *Portugal*, *Cultura*, *Desporto* e *Mundo*. Para além das notícias integradas nestas secções temáticas, o *JPN* produz *Dossiers* e *Especiais*, que exigem mais tempo e maior planificação. A par dos noticiários de rádio e de televisão emitidos semanalmente, o jornal-laboratório da UP contém programas de índole variada, entre os quais *Quarto Árbitro*, *PortOuvido*, *Grande Ecrã*, *Pequeno Ecrã*, *4 em Linha* e *Gente Comum*. Mais recentemente, foi criado *3 em 1*, a fim de apresentar três destaques da semana num minuto.

### **III.3. Métodos de investigação**

#### **III.3.1. Análise de conteúdo**

A fim de cumprir os objetivos propostos, o recurso à análise de conteúdo como método de investigação encontra a sua sustentação na capacidade de proporcionar a inferência de conhecimentos. Embora tenha nascido nos EUA, no início do século XX, como um método quantitativo utilizado para aferir, por exemplo, a percentagem de notícias de política na informação total, a análise de conteúdo não se limita apenas a descrever o conteúdo: trata-se de uma técnica de investigação que, segundo Jorge Vala

(1986:104), permite “efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas”.

Para Laurence Bardin (2009:44), a análise de conteúdo corresponde ao “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

De acordo com o que Vala e Bardin teorizam, o ato de inferência na análise de conteúdo corresponde precisamente à procura pela contextualização, isto é, a extrapolação da mensagem para o seu contexto. Ou seja, ao analisar e interpretar os dados recolhidos, o investigador não só lhes atribui significado, mas também identifica o seu contexto, viabilizando, por conseguinte, “alcançar tendências, conflitos, ambiguidades, interesses e ideologias presentes” (Herscovitz, 2007:124).

A análise de conteúdo é, hoje em dia, um dos métodos científicos mais utilizados na investigação empírica em Ciências da Comunicação, na medida em que, ao fornecer dados quantificáveis, facilita o cruzamento de informação e promove o rigor na pesquisa. Neste âmbito, é importante referir que o carácter quantitativo deste método implica que os dados selecionados para medição sejam reduzidos a unidades simplificadas e, sobretudo, mensuráveis. Este processo corresponde à chamada categorização que tem por pretensão “tomar em consideração a totalidade de um ‘texto’, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (Bardin, 2009:37).

No decorrer do processo, o investigador deve definir as unidades de registo, isto é, todos os elementos (formais ou semânticos) de conteúdo a codificar, tendo sempre em conta a sua pertinência. Estas, por sua vez, abrem as unidades de análise, passíveis de serem submetidas à regra de enumeração sob a forma de frequência (aparência de determinado elemento) ou de direção (favorável, desfavorável ou neutra). No entanto, não se deve descurar a definição das categorias de análise (rubricas ou classes), as quais, segundo Bardin (2009:145), “reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns desses elementos”. Para assegurar a fiabilidade da

pesquisa, as categorias devem reunir determinados requisitos, nomeadamente, a exclusão mútua (cada elemento deve pertencer a apenas uma divisão); a pertinência (adequação ao material de análise escolhido e ao quadro teórico definido); a objetividade e a fidelidade. Em suma, “um sistema de categorias é válido se puder ser aplicado com precisão ao conjunto de informação e se for produtivo no plano das inferências” (*ibidem*:57).

Sendo a prática jornalística em contexto académico o alvo desta investigação, focámos a nossa análise no conteúdo produzido nos jornais digitais *JPN* e *Urbi et Orbi*, dinamizados pelos estudantes de Ciências da Comunicação da Universidade do Porto e da Universidade da Beira Interior, respetivamente.

A tabela apresentada abaixo reflete as categorias de análise e as respetivas unidades de registo criadas com o objetivo de apurar semelhanças e/ou diferenças entre os jornais-laboratório em estudo.

<b>Categorias de análise</b>	<b>Unidades de registo</b>	<b>Unidades de análise</b>
Tema	Política	Frequência
	Sociedade	
	Mundo	
	Economia	
	Cultura	
	Ciência	
	Desporto	
	Tecnologia	
	Academia	



Gênero jornalístico		Notícia	Frequência
		Entrevista	
		Reportagem	
		Crônica	
		Editorial	
		Artigo de opinião	
		Outros	
Valores-notícia		Atualidade	Frequência
		Novidade	
		Proximidade	
		Relevância	
		Notoriedade dos sujeitos envolvidos	
		Notabilidade	
		Negatividade	
Fontes de informação	Número	Zero	Frequência
		Uma	
		Duas	
		Três	
		Quatro ou mais	

	Identificação	Identificadas	
		Não-identificadas	
		Anónimas	
	Estatuto	Oficiais	
		Profissionais	
		Não-profissionais	
		Cidadãos	
		Documentos	
		Media	
		Web 2.0	
		Outros	
Forma	Texto	Frequência	
	Texto + Fotografia		
	Texto + Vídeo		
	Texto + Infografia		
	Fotogaleria		
	Vídeo		
	Multimédia		

Foram, assim, definidas cinco categorias de análise em estreita relação com os objetivos traçados para este estudo empírico e as perguntas de investigação genéricas que o nortearam:

- a. **Tema:** Esta variável foi criada com o intuito de conhecer o universo temático dos jornais digitais *JPN* e *Urbi et Orbi*. Deste modo, a análise dos assuntos abordados e a posterior distribuição por sectores temáticos *Política, Sociedade, Mundo, Economia, Cultura, Ciência, Desporto, Tecnologia* e *Academia* permite conhecer a linha editorial e verificar quais os temas predominantes nestas publicações.
- b. **Género jornalístico:** Segundo Jorge Pedro Sousa (2005:168), “os géneros jornalísticos correspondem a determinados modelos de interpretação e apropriação da realidade através de linguagens”. Por conseguinte, a inclusão desta variável visa contribuir para a caracterização do objeto de estudo, em geral, e do produto jornalístico, em particular. Foram, assim, considerados os principais géneros jornalísticos utilizados no tratamento noticioso da informação:
- *Notícia:* enunciado constituído por um conjunto de dados novos e atuais sobre um ou vários acontecimentos de interesse geral;
  - *Entrevista:* modelo discursivo que consiste na apresentação das perguntas feitas pelo jornalista e respostas dadas pela fonte de informação sobre um determinado assunto;
  - *Reportagem:* género jornalístico que aprofunda, contextualiza e interpreta um acontecimento a fim de elucidar o leitor sobre as suas causas e consequências;
  - *Crónica:* relato subjetivo e pessoal de factos de interesse jornalístico;
  - *Editorial:* género jornalístico argumentativo que expressa o posicionamento coletivo de um órgão de comunicação social sobre um determinado assunto;
  - *Artigo de opinião:* mais do que informar, o seu autor procura comentar e avaliar numa perspetiva pessoal os acontecimentos e, desta forma, contribuir para o debate de ideias;
  - *Outros:* géneros jornalísticos que não cabem na classificação anterior.
- c. **Valores-notícia:** Para Nelson Traquina (2002:276), “as notícias apresentam um ‘padrão’ geral bastante estável e previsível”, derivado dos chamados critérios de noticiabilidade sobre os quais assenta o processo de seleção de informação. Podemos definir os critérios de noticiabilidade como um “conjunto de valores-

notícia que determinam se um acontecimento, ou um assunto, são suscetíveis de se tornar notícia, isto é, serem julgados como transformáveis em matéria noticiável, por isso, possuindo ‘valor-notícia’” (*ibidem*:173). A investigação sobre as qualidades que permitem que algo se torne notícia teve início com Johan Galtung e Mari Ruge (1965) e tem evoluído desde então. No caso particular desta investigação, recorreremos aos valores-notícia de seleção identificados por Nelson Traquina (2002), com o objetivo de aferir os valores intrínsecos aos acontecimentos que contribuíram para a sua transformação em notícia nos jornais-laboratório em estudo. Foram, assim, considerados os seguintes valores-notícia de seleção:

- *Atualidade*: quanto mais recente for um acontecimento, mais hipóteses tem de se tornar notícia;
- *Novidade*: valoriza-se o facto de a informação ser sobre algo que não existia ou não era do conhecimento público;
- *Proximidade*: quanto mais próximo ocorrer um acontecimento – seja a nível geográfico, social, cultural ou psicoafectivo – mais probabilidade tem de se tornar notícia;
- *Relevância*: o que mais importa é o impacto do acontecimento, tanto pela sua dimensão e pelo número de pessoas envolvidas como pela sua intensidade e pelas suas consequências;
- *Notoriedade dos sujeitos envolvidos*: quanto maior for a proeminência social dos sujeitos envolvidos num acontecimento, mais hipóteses este tem de se tornar notícia;
- *Notabilidade*: para Traquina (2002), existem vários critérios de notabilidade dos acontecimentos, nomeadamente, a tangibilidade, o número de pessoas envolvidas ou afetadas, o insólito, a surpresa, etc., que determinam a sua noticiabilidade.

Aos valores-notícia de seleção de Nelson Traquina (2002) acrescentámos outro critério frequentemente apontado pelos autores que se dedicaram ao estudo deste tema:

- *Negatividade*: quanto maior a carga negativa de um acontecimento, mais probabilidade este tem de se tornar notícia (Bond, 1962; Van Dijk,

1990). O foco da informação incide sobre crimes, mortes, acidentes e violência (física ou simbólica).

**d. Fontes de informação:** De acordo com Rogério Santos (2006:75), as fontes de informação correspondem à “entidade (instituição, organização, grupo ou indivíduo, seu porta-voz ou representante) que presta informações ou fornece dados aos jornalistas, planeia ações ou descreve factos, ao avisar o jornalista da ocorrência de realizações ou relatar pormenores de um acontecimento”. Assim, enquanto detentoras de conhecimento, as fontes são atores sociais fundamentais no processo de produção de notícias, pois é delas que depende o fluxo contínuo de informação na sociedade. É importante referir que, dada a complexidade do universo das fontes de informação, existem múltiplos estudos que nos auxiliam no seu entendimento. Com o objetivo de identificar as fontes de informação jornalística que o *JPN* e o *Urbí et Orbi* utilizam na construção das suas peças, seguimos a tipologia classificativa sugerida por Felisbela Lopes (2016). O modelo taxonómico que a autora propõe para um retrato completo das fontes de informação citadas nos textos jornalísticos assenta em seis variáveis: número de fontes, composição, identificação, geografia, sexo e estatuto. Dentro destas, selecionamos as que mais pertinentemente poderiam contribuir para a classificação das fontes de informação nestes meios:

- *Número*: permite averiguar o número de fontes citadas que sustentam a informação veiculada nos textos jornalísticos;

- *Identificação*: serve para avaliar, através da identificação da fonte, se a informação reproduzida é credível. Assim, as fontes de informação podem ser **identificadas** (exemplo: Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República), **não-identificadas** (exemplo: fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros) ou **anónimas** (exemplo: fonte que pediu anonimato);

- *Estatuto*: remete para a condição em que determinada fonte de informação fala, sendo possível distinguir fontes **Oficiais** (indivíduos com cargos públicos que falam em nome de órgãos do Estado ou respetivas instituições – Procurador Geral da República, por exemplo), **Profissionais** (indivíduos que, por exercerem uma determinada profissão, se

pronunciam em nome de um grupo – diretor de um centro de investigação – ou em nome próprio – oncologista de um hospital), **Não-profissionais** (indivíduos que exercem determinada atividade em paralelo com a sua profissão, como por exemplo, membro da Liga para a Proteção da Natureza), **Cidadãos, Documentos** (abarca comunicados de imprensa, documentos oficiais, textos especializados, etc.), **Media, Web 2.0** (incide sobre blogues, redes sociais, sites, etc.) e **Outros** (todos os documentos não abrangidos pelas categoriais anteriores).

- e. **Forma:** A última variável que compõe a grelha foi criada com o intuito de aprofundar a análise do produto jornalístico reproduzido nos jornais-laboratório em estudo. Por conseguinte, procuramos verificar se os textos jornalísticos surgem associados a elementos imagísticos como fotografia, vídeo ou infografia e apurar a forma de apresentação de conteúdos mais recorrente.

### **III.3.2. Entrevista semiestruturada**

Com o intuito de assegurar a validade e a fiabilidade da presente investigação, adotamos uma abordagem multimetodológica, utilizando como métodos de pesquisa a análise de conteúdo e a entrevista semiestruturada. Neste sentido, o chamado processo de triangulação de dados, que consiste em “encontrar convergência noutras fontes de informação, quer com diferentes investigadores, quer com diferentes métodos” (Aroso, 2016:368), permite obter não só uma compreensão mais completa, mas também um retrato mais fidedigno do fenómeno em estudo.

Para Teresa Haguette (1997:86), a entrevista corresponde a “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”, utilizando um guião de entrevista, isto é, um conjunto de tópicos ou questões previamente estabelecidas de acordo com o tema tratado. A principal vantagem deste método de investigação reside, de acordo com Jorge Pedro Sousa (2006:378), “na possibilidade de se obterem informações pormenorizadas e aprofundadas sobre valores, experiências, sentimentos, motivações, ideias, posições, comportamentos, etc. dos entrevistados”.

Almeida e Pinto (1995) identificam três tipos de entrevista que se diferenciam em função do respetivo grau de estruturação: entrevista estruturada, entrevista semiestruturada e entrevista não-estruturada<sup>22</sup>. Para efeitos da presente investigação, a entrevista semiestruturada foi considerada a mais indicada para a recolha de dados, sobretudo devido ao elevado grau de flexibilidade e adaptabilidade que a caracterizam. Como explica Áurea Conde (2009: s.p.), “na entrevista semiestruturada, o investigador tem uma lista de questões ou tópicos a ser cobertos (guião de entrevista), mas a entrevista em si permite uma relativa flexibilidade. As questões podem não seguir exatamente a ordem prevista no guião e poderão, inclusivamente, ser colocadas questões que não se encontram no guião, em função do decorrer da entrevista. Mas, em geral, a entrevista seguirá o que se encontra planeado”. Assim, apesar de assentar num guião previamente elaborado, este tipo de entrevista dota o entrevistado de uma maior liberdade de resposta no seu seguimento e oferece uma maior riqueza informativa e interpretativa ao entrevistador.

No entanto, para que uma entrevista alcance o êxito desejado, é necessário conhecer e respeitar as etapas do procedimento, nomeadamente, a preparação e a aplicação da entrevista e o posterior tratamento e interpretação dos dados obtidos. Ou seja, o entrevistador deve não só estar bem informado sobre o tema, mas também selecionar o entrevistado adequado e preparar um guião de entrevista centrado nos objetivos da investigação. Para além disso, deve propiciar condições favoráveis ao conforto dos entrevistados e demonstrar sensibilidade, interesse e respeito pelas suas respostas. Finalmente, “os dados recolhidos devem ser registados, sistematizados e categorizados para posterior análise e interpretação” (Sousa, 2006:379). Como podemos ver, as capacidades do entrevistador determinam a qualidade da entrevista e a respetiva utilidade para a investigação.

Anteriormente, referimos que a entrevista semiestruturada desempenha uma função complementar face à análise de conteúdo. No caso da presente investigação, o

---

<sup>22</sup> A entrevista estruturada apresenta um formato rígido no que concerne à formulação e sequência da apresentação das perguntas. Na entrevista semiestruturada, existe um conjunto de perguntas cuja ordem sequencial pode variar de modo a recolher mais informação. A entrevista não-estruturada dota o entrevistador de maior liberdade: apesar de existir um conjunto de tópicos previamente estabelecidos, a formulação das perguntas é feita durante e em função do fluxo da conversa.

recurso a este método visa cumprir dois propósitos: por um lado, fornecer informação pertinente sobre os jornais-laboratório da Universidade do Porto e da Universidade da Beira Interior; e, por outro, auscultar a perspetiva dos respetivos diretores e colaboradores acerca destes e outros laboratórios de jornalismo. Consideramos, assim, relevante ouvir três grupos de entrevistados: os diretores, os colaboradores dos jornais-laboratório *JPN* e *Urbi et Orbi* e os jornalistas no ativo que tenham passado pelas respetivas redações.

Neste sentido, entre fevereiro e março de 2017, contactamos e entrevistamos Ana Isabel Reis, docente e diretora do *JPN*, e Anabela Gradim, docente e diretora do *Urbi et Orbi*, com o intuito de aprofundar a história e a evolução das publicações, bem como obter uma perspetiva do futuro das mesmas; Rita Neves Costa, subeditora e redatora do *JPN*, e Rafael Mangana, chefe de redação e redator do *Urbi et Orbi*, com o objetivo de explorar os processos de produção jornalística nestes meios e conhecer as posições pessoais sobre a dimensão laboratorial do ensino de jornalismo; por fim, os jornalistas Tiago Dias (*Agência Lusa*) e José António Pereira (*RTP*), cuja passagem pelo *JPN* em 2006 e 2014, respetivamente, ajudaria a avaliar as vantagens/desvantagens dos laboratórios de jornalismo, bem como o seu contributo para o exercício da profissão.

O guião de entrevista foi elaborado não só em concordância com os objetivos de investigação, mas também com os grupos de entrevistados. Desta forma, a par de perguntas mais específicas como, por exemplo, os pilares e os constrangimentos do projeto (diretores), a organização e o funcionamento do jornal (colaboradores) e as vantagens/desvantagens da experiência laboratorial (jornalistas), procuramos inquirir cada um dos entrevistados sobre o ensino de jornalismo em geral (tipo de formação mais adequada para fornecer a aprendizagem de conhecimentos que um jornalista deveria ter para desempenhar as suas funções) e os laboratórios de jornalismo em particular (que função desempenham e de que forma influenciam a transição para o mercado de trabalho).

A propósito dos visados, gostaríamos também de realçar o seguinte pressuposto de Danielle Ruquoy (2005:103): “nos estudos qualitativos interroga-se um número limitado de pessoas, pelo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca. O critério que determina o valor da amostra passa a ser a sua



adequação aos objetivos da investigação, tomando como princípio a diversificação das pessoas interrogadas e garantindo que nenhuma situação importante foi esquecida. Nesta ótica, os indivíduos não são escolhidos em função da importância numérica da categoria que representam, mas antes devido ao seu caráter exemplar”. Com efeito, consideramos que os entrevistados cumprem os objetivos propostos e os dados obtidos nas entrevistas realizadas auxiliam o processo de investigação.

Para concluir, resta apenas referir que à exceção de Anabela Gradim e Rafael Mangana – na impossibilidade de nos deslocarmos a Covilhã, as entrevistas foram realizadas via Skype –, as restantes entrevistas foram conduzidas nos locais de trabalho dos entrevistados e gravadas em áudio com a sua devida autorização.

## CAPÍTULO IV

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre 25 de janeiro e 23 de fevereiro de 2017, foram recolhidas 192 peças publicadas nos jornais-laboratório em estudo (Gráfico 1). As peças jornalísticas – 144 do *JPN* e 48 do *Urbi et Orbi* – foram devidamente categorizadas e analisadas a fim de obter resultados concretos e reais que iremos apresentar de seguida.

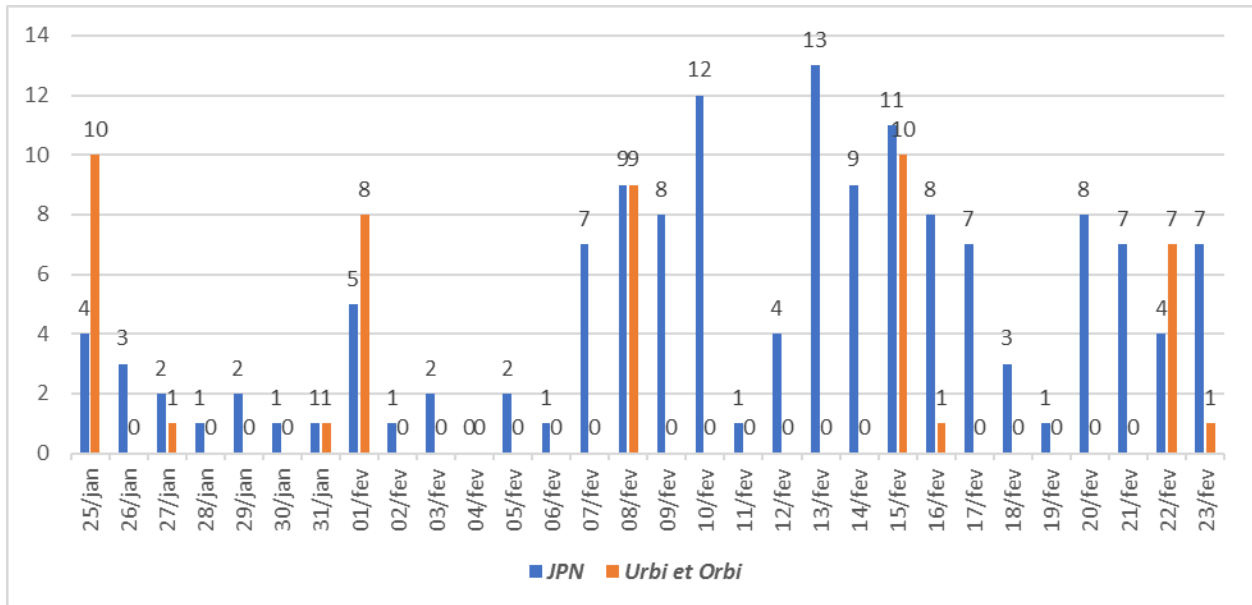


Gráfico 1 – Número de notícias publicadas por dia em cada jornal.

Em primeiro lugar, devemos salientar que a discrepância no valor total de peças publicadas em cada jornal não prejudicou a análise nem os objetivos a que nos propusemos a cumprir na presente investigação. No capítulo anterior já tivemos a oportunidade de referir que o recorte temporal da amostra dependeu do contexto de produção de informação levada a cabo nos jornais-laboratório em causa. Em ambos os casos, a redação apresenta uma estrutura semiprofissional, ficando a cargo do editor ou do chefe de redação a atualização do jornal nas interrupções letivas. Uma vez que nos interessava focar a atenção sobre a prática jornalística dos alunos do curso de Ciências da Comunicação da UP e da UBI, foi preciso estabelecer o período de análise adequado para tal e que correspondeu ao início do estágio curricular no *JPN*. O *Urbi et Orbi*, de caráter semanal, também fez atualizações na respetiva página fora do dia definido, pelo que acreditamos ter conseguido um meio termo nos dois casos. Desta forma, o *Urbi et Orbi* publicou em 9 de 30 dias analisados; já no *JPN*, a publicação foi feita diariamente,

exceto no dia 4 de fevereiro de 2017. Em média, o jornal-laboratório da UP publicou 5 peças jornalísticas por dia.

Devido às características organizacionais do *JPN* e do *Urbi et Orbi*, devemos referir que ao analisar as peças jornalísticas de cada jornal, prestamos, primeiramente, atenção à respetiva autoria. No *JPN*, 127 de 144 peças jornalísticas publicadas foram produzidas pelos alunos; as restantes peças foram atribuídas à redação (1 peça) ou à sua editora (8 peças) e subeditora (8 peças). Contrariamente no *Urbi et Orbi*, a participação dos alunos foi muito reduzida durante o período de análise: 36 de 48 peças jornalísticas foram assinadas pela redação (21 peças) ou pelo chefe de redação (15 peças).

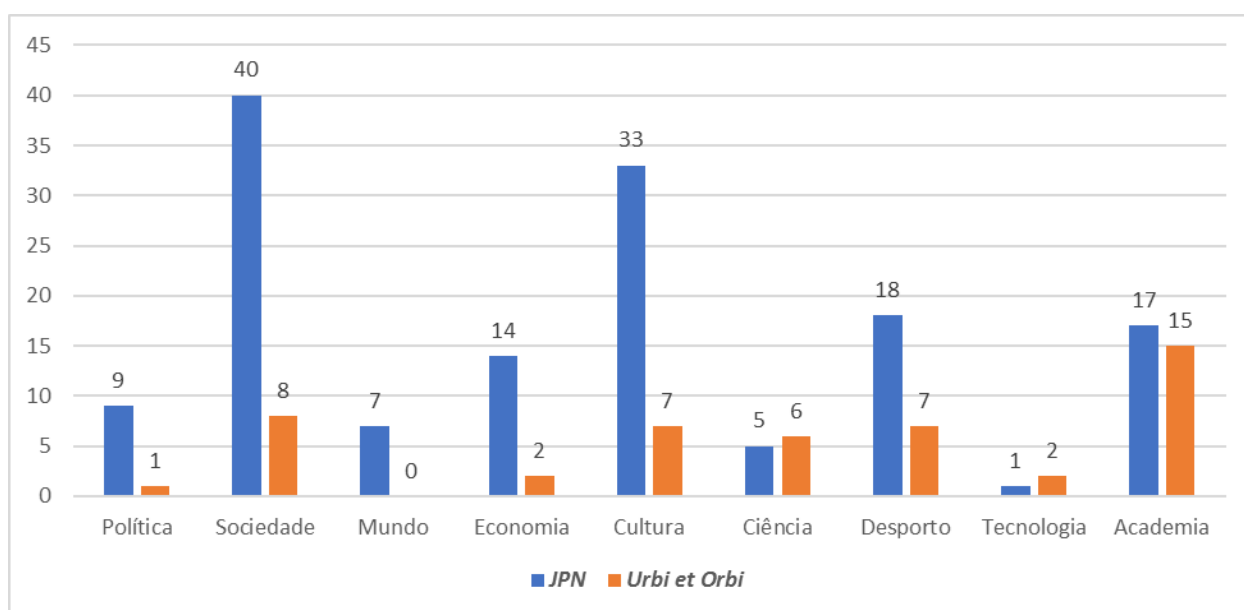


Gráfico 2 – Principais temas abordados pelos jornais.

Depois de recolhidas, as peças jornalísticas foram distribuídas por diferentes secções temáticas, designadamente *Política*, *Sociedade*, *Mundo*, *Economia*, *Cultura*, *Ciência*, *Desporto*, *Tecnologia* e *Academia* (Gráfico 2). No que concerne às temáticas mais abordadas no *JPN*, o destaque recai sobre *Sociedade* e *Cultura*, que marcam presença em 50,7% do total de peças publicadas. Estas temáticas, que englobam desde os acontecimentos mais relevantes na região do Porto (expansão da linha de metro, concursos públicos, iniciativas sociais, entre outros), até aos assuntos de interesse geral (o aborto, a eutanásia, a descentralização, etc.), inclusive a promoção de eventos culturais, reforçam o carácter generalista do *JPN*. Ainda dentro das temáticas mais focadas, estão *Desporto* (12,5%) e *Academia* (11,8%), sendo o futebol e a UP os assuntos

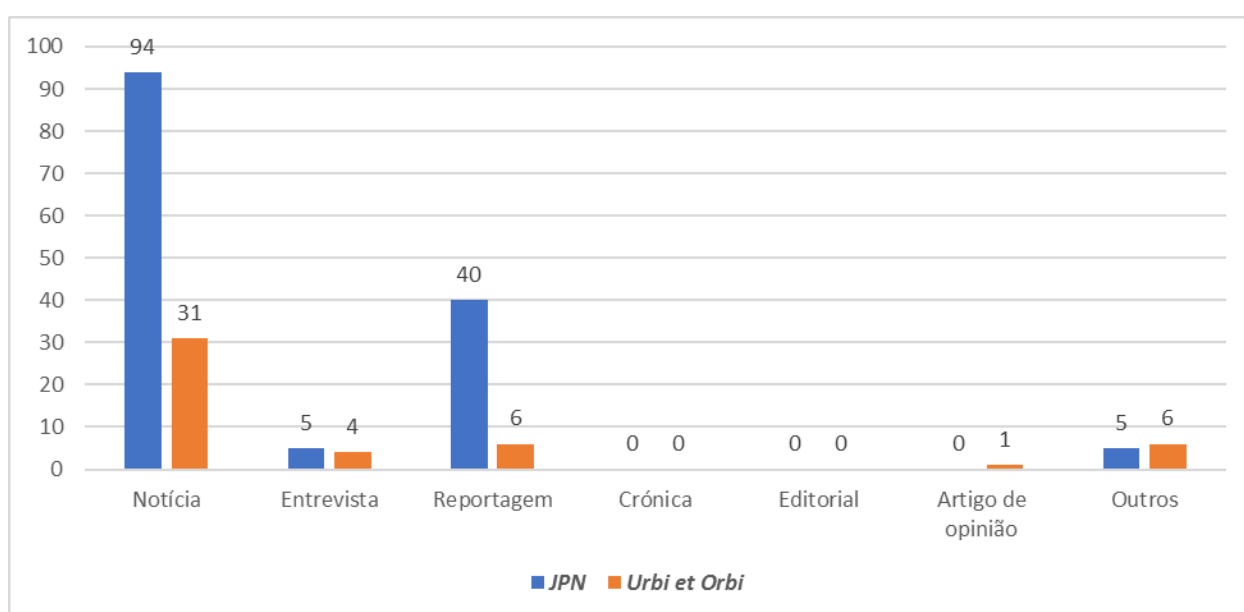
mais referidos neste âmbito. Num nível inferior de importância, encontram-se *Economia* (9,7%) e *Política* (6,3%), referentes à atualidade regional e/ou nacional. *Mundo* (4,9%) e *Ciência* (3,5%) são as temáticas com menor expressão no jornal-laboratório da UP, cuja abordagem foi mais ou menos uniforme durante o período de análise. No final da lista das preferências encontra-se *Tecnologia* (0,7%): a abertura do novo escritório da empresa tecnológica Critical Software no centro do Porto foi a única peça produzida e integrada nesta categoria.

Já no *Urbi et Orbi*, a temática predominante foi *Academia*, com 15 peças jornalísticas publicadas neste âmbito. A saliência atribuída aos assuntos referentes aos colóquios, publicações e personalidades do círculo académico da UBI vai ao encontro da linha editorial do próprio *Urbi et Orbi*. Em entrevista (Anexo 5), Rafael Mangana, chefe de redação do jornal-laboratório, explicou que o *Urbi et Orbi* privilegia a informação intrínseca à UBI. “Em 99,9% dos casos, os dois destaques do *U@O* são sempre UBI”, afirma. Apesar de reconhecer que seria “impossível noticiar todas as semanas tudo o que se passa na UBI”, nota o esforço para “que essa seja a premissa”, porque, a seu ver, “jornais deste tipo cumprem a função que mais nenhum cumpre”.

No que se refere à segunda temática mais abordada, o jornal online da UBI coincide com o *JPN* na saliência atribuída à temática *Sociedade*: durante o período analisado, 8 peças publicadas foram subordinadas, sobretudo, aos assuntos autárquicos. *Cultura* e *Desporto* surgem equilibrados em termos de presença temática, com 7 peças publicadas em cada categoria. Quanto às temáticas menos tratadas, enumeram-se as seguintes: *Ciência*, *Economia* e *Tecnologia*. Por fim, a peça jornalística sob o título “Cisnes negros ameaçam a Europa” (08/02/2017), centrada na obra sobre o passado, o presente e o futuro da hegemonia europeia, de António Cavas, constitui o único exemplo de natureza política. Importa ainda referir que durante o período de análise, não foi possível identificar qualquer abordagem de assuntos de foro internacional. Contrariamente ao que o próprio título (em latim) preconiza – jornal dirigido à cidade e ao mundo –, não houve esforço no sentido inverso, ou seja, a temática *Mundo* permaneceu intocável nas quatro semanas analisadas.

Como podemos ver, os temas tratados por cada um dos jornais-laboratório correspondem à forma como estes encaram a realidade ao seu redor. Tanto no *JPN*

como no *Urbi et Orbi*, o foco recai sobretudo na divulgação de eventos, passados e futuros. Contudo, enquanto o primeiro estende a sua cobertura à região do Porto, o segundo debruça-se mais sobre a UBI, daí a predominância das secções temáticas *Sociedade e Academia*, respetivamente. Independentemente da diversidade temática que lhes é característica, podemos vislumbrar o papel que os jornais-laboratório em estudo pretendem desempenhar junto do seu público-alvo: contrariamente ao *Urbi et Orbi*, que procura uma maior proximidade no seio da comunidade académica da UBI, o *JPN*, ao apostar em informação geral, assume o papel de um órgão de comunicação local/regional.



**Gráfico 3** – Géneros jornalísticos utilizados na produção de informação nos jornais.

Por se tratarem de laboratórios para os alunos de Ciências da Comunicação da UP e da UBI, seria de esperar que estimulassem a prática jornalística a vários níveis, como por exemplo, a utilização de diferentes géneros jornalísticos na produção noticiosa. No entanto, como demonstra o Gráfico 3, predominam os géneros jornalísticos *Notícia* e *Reportagem*. No *JPN*, aproximadamente 65,3% do total de peças publicadas correspondem a notícias; no *Urbi et Orbi*, mais de metade de peças publicadas são notícias (31 de 48). O género nobre do jornalismo – a reportagem – também ocupa, porém, uma posição de destaque nos jornais-laboratório: foram publicadas 40 reportagens no *JPN* e 6 no *Urbi et Orbi*. Enquanto a *Entrevista* representa 5 peças publicadas no *JPN* e 4 peças publicadas no *Urbi et Orbi*, a *Crónica* e o *Editorial* não surgem em qualquer uma das publicações. Assim, feita a comparação entre os

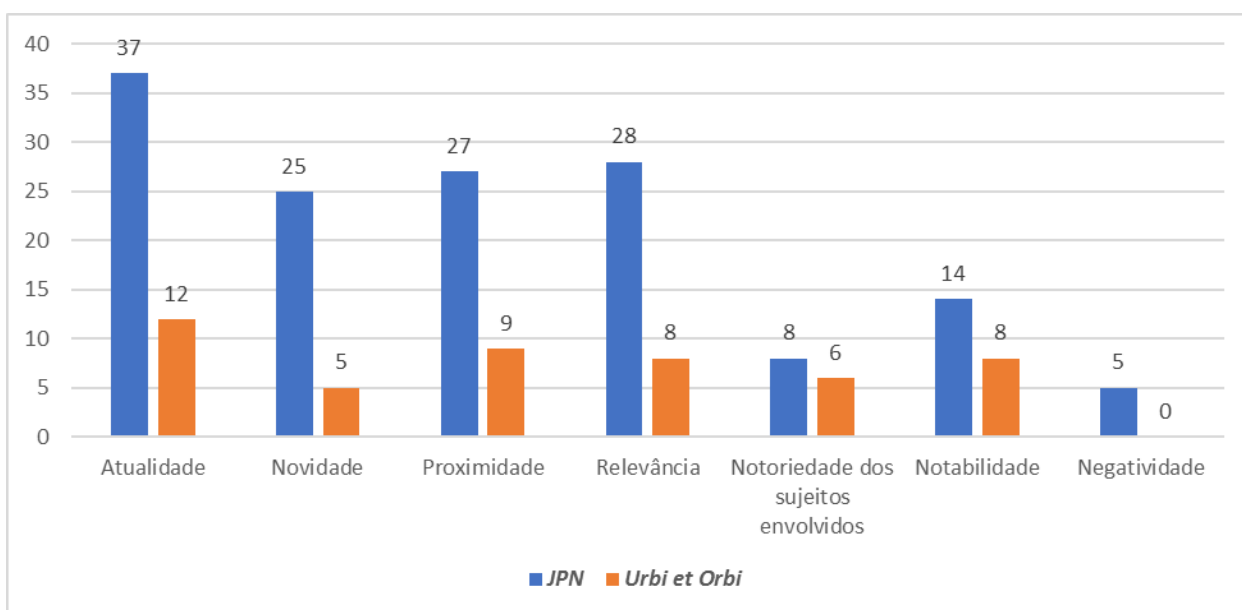
gêneros jornalísticos mais utilizados, e partindo do pressuposto de que a reportagem é uma notícia aprofundada, a principal conclusão a que chegamos é que os jornais-laboratório da UP e da UBI privilegiam a informação objetiva, com o intuito de dar expressão ao direito de informar.

Ainda a propósito dos gêneros jornalísticos, devemos fazer uma breve referência à unidade de registo *Outros*. Apesar de reduzida frequência, deparamo-nos com peças jornalísticas de difícil classificação quanto ao seu género. A título de exemplo, temos a peça publicada a 27 de janeiro de 2017 no *Urbi et Orbi* sob o título “Docentes da UBI nos ‘Encontros da Biblioteca’”, na qual se anuncia no *lead* outra sessão promovida no âmbito da iniciativa e se dedica o restante texto ao resumo biográfico dos participantes. Por um lado, poderíamos considerar esta peça como uma notícia breve, mas devido à incerteza gerada pela predominância de elementos biográficos, optámos por integrá-la em *Outros*.

Por sua vez, o *JPN* publicou, a 14 de fevereiro, a peça “Tatuagens, filmes e cine-concertos: Um programa alternativo de São Valentim”, baseada numa sugestão de roteiro de eventos para celebrar o Dia dos Namorados. As propostas (quatro, no total) publicitavam eventos promovidos por instituições relevantes na área da cultura como a Casa da Música ou o Coliseu do Porto e, uma vez que não houve continuidade na publicação de conteúdos deste tipo, relegamos a peça em questão para *Outros*. Mesmo assim, o *Urbi et Orbi* foi o jornal que mais apostou na diversidade de gêneros jornalísticos, talvez devido à periodicidade do próprio jornal que reduz consideravelmente a pressão do fator tempo. Na altura do período de análise, estavam em curso no *JPN* diversos *Especiais*, outra razão que poderá ser apresentada para justificar a aposta na notícia em detrimento dos restantes gêneros jornalísticos.

Para evitar a subjetividade no quotidiano profissional, existem mecanismos – critérios de noticiabilidade – que guiam o jornalista na seleção dos acontecimentos e posterior transformação em informação. O objetivo de perceber quais são os valores-notícia subjacentes aos acontecimentos noticiados passa por conseguir obter outro traço definidor dos jornais-laboratório analisados. Conforme o Gráfico 4 demonstra, é a categoria cujas unidades de registo se encontram mais uniformemente distribuídas. Ambos os jornais demonstram a preocupação em diversificar a informação através dos

diversos critérios de noticiabilidade utilizados no processo produtivo, desde a atualidade à negatividade. Desde logo, podemos inferir que os critérios menos utilizados no *Urbi et Orbi* – *Negatividade* (0 peças) e *Novidade* (5 peças) – são os mais condicionados pela periodicidade do próprio jornal. Podemos dizer que a contratação de um jogador ou a morte de uma figura pública são assuntos frios para um semanário, daí a aposta em acontecimentos próximos (permitem uma maior extensão temporal) ou atuais (oferecem a possibilidade de desenvolver algo já noticiado). É o caso das peças publicadas a 25 de janeiro de 2017: “Trilhar caminhos nunca antes trilhados”, no âmbito da conferência “Trilhos da Ciência – Descobrir, Comunicar e Aplicar” realizada na UBI, e “Antes de informar, é necessário educar”, relativa à apresentação da publicação “Literacia para os Media e Cidadania Global – Caixa de Ferramentas”, desenvolvida pela Associação Par – Respostas Sociais e CIDAC.

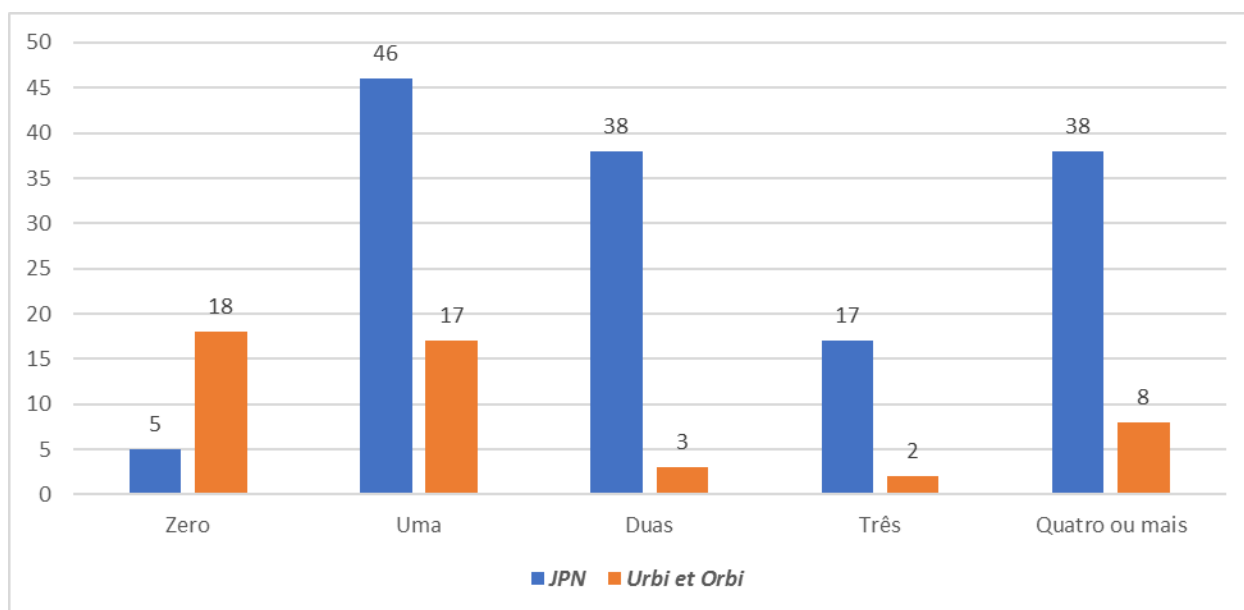


**Gráfico 4** – Valores-notícia intrínsecos aos acontecimentos noticiados nos jornais.

No JPN, a escolha de temas assentou nos seguintes critérios: *Atualidade* (25,7%), *Relevância* (19,4%), *Proximidade* (18,8%) e *Novidade* (18,1%). Nos meses de janeiro e fevereiro, a expansão da rede de metro bem como a requalificação do mercado do Bolhão, no Porto, estava na ordem do dia e os desenvolvimentos sobre o tema não passaram despercebidos ao JPN: títulos como “Rede de Metro alargada no Porto e em Gaia” (07/02/2017), “Bolhão perde 23 comerciantes” (13/02/2017) ou “É possível ir

mais além’ na expansão da rede de metro” (14/02/2017) refletem, por exemplo, a aplicação do valor-notícia *Atualidade*.

As fontes de informação são um elemento essencial no processo de transformação de dados em matéria noticiável: tratam-se de pessoas, grupos ou instituições que não só fornecem, mas também conferem credibilidade à informação noticiada. Na presente investigação, as fontes de informação utilizadas pelos jornais-laboratório foram analisadas sob três aspetos: o número, a identificação e o estatuto. No *Urbi et Orbi*, 18 de 48 peças publicadas não faziam qualquer referência à fonte de informação que sustentou a informação veiculada, apesar de ter sido possível identificar o contexto em que foi obtida (departamentos de comunicação, comunicados de imprensa, sessões de apresentação ou lançamentos, etc.). Aconteceu precisamente o contrário no *JPN*: exceto em 3,5% dos casos, toda a informação foi devidamente atribuída à respetiva fonte de informação, sejam pessoas reais ou documentos por elas produzidos.

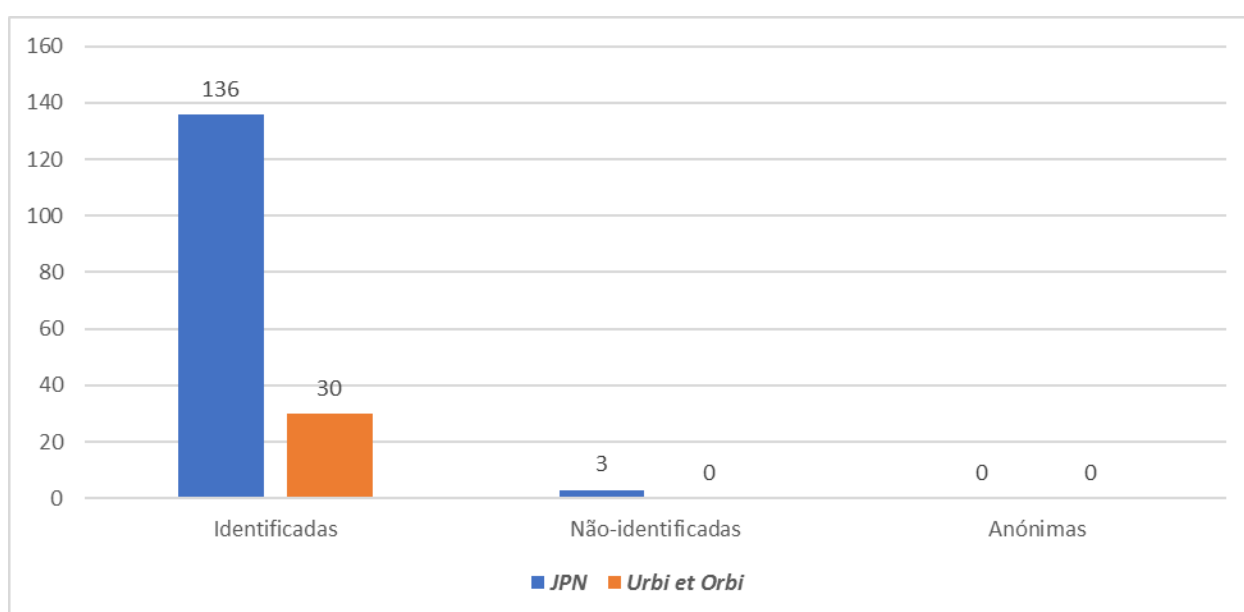


**Gráfico 5** – Número de fontes de informação citadas pelos jornais.

De modo geral, predomina o recurso a uma ou quatro ou mais fontes de informação por cada peça jornalística (Gráfico 5). Estes resultados encontram-se em consonância com os géneros jornalísticos mais utilizados – *Notícia* e *Reportagem* –, na medida em que existe preocupação em contactar e citar fontes para conferir credibilidade e legitimidade à informação transmitida. Em vários momentos, os redatores do *JPN* tiveram o cuidado de obter uma declaração dos protagonistas à



margem dos eventos coletivos, sobretudo para esclarecer uma dúvida ou questão surgida no decurso do mesmo. Por exemplo, na sessão de apresentação da exposição “Olhares de Rua” que reúne 24 fotografias tiradas por sem-abrigo do Porto (14/02/2017), as autoras da notícia não só interrogaram os participantes, mas também abordaram Manuel Pizarro, vereador da Habitação e Ação Social, sobre a ação da Câmara Municipal do Porto para ajuda dos sem-abrigo. Por oposição, na notícia “Trilhar caminhos nunca antes trilhados” (25/01/2017) do *Urbi et Orbi* foi feito um resumo sequencial das apresentações integradas no âmbito do V Ciclo de Conferências da Faculdade de Ciências da UBI.

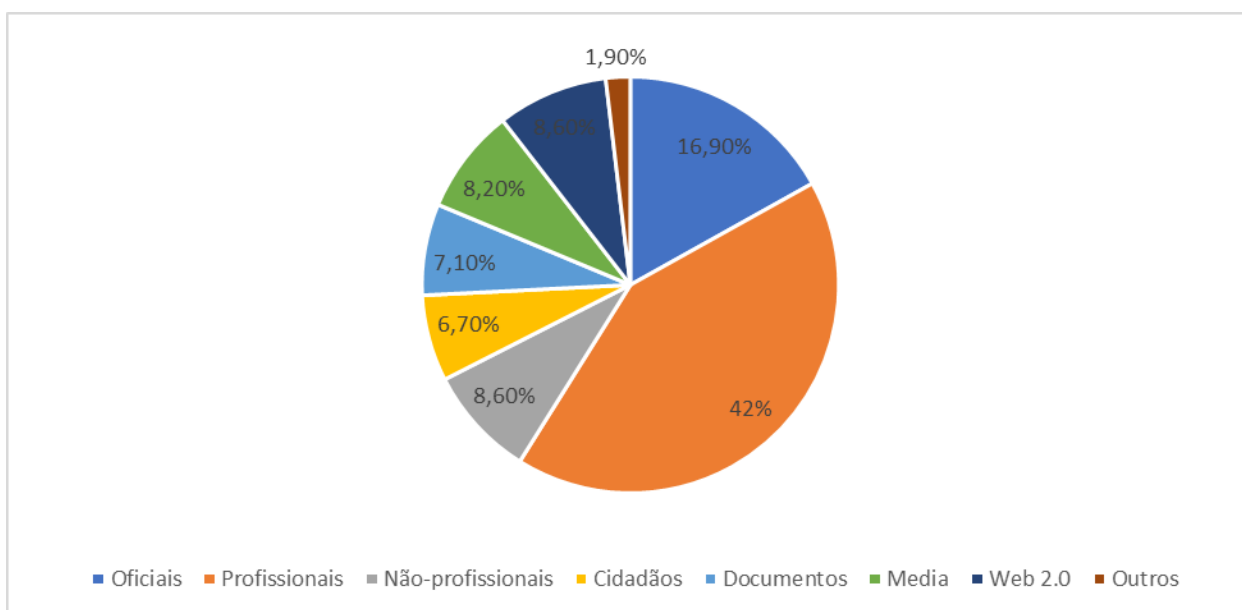


**Gráfico 6** – Identificação das fontes de informação citadas pelos jornais.

Quanto à identificação, não foram encontradas fontes de informação anónimas. Do total de 192 peças publicadas nos jornais-laboratório em análise, registámos 169 ocorrências de fontes de informação identificadas (166) e não-identificadas (3). Como podemos ver no Gráfico 6, houve constante atenção à identificação (quando aplicável) completa da fonte, nomeadamente o nome e o cargo/função do protagonista. Por conseguinte, as fontes de informação citadas pelos jornais são maioritariamente profissionais (Gráfico 7<sup>23</sup>), expressas nas figuras dos membros da comunidade académica (reitor, docentes, presidente da Associação Académica, entre outros) e especialistas de diversas áreas (economistas, analistas, jornalistas, etc.). A segunda

<sup>23</sup> Uma vez que determinadas peças jornalísticas possuem quatro ou mais fontes de informação, a frequência de registo do respetivo estatuto (255) supera o total de fontes (169) citadas pelos dois jornais.

unidade de registo com maior expressão neste âmbito diz respeito às fontes oficiais, das quais fazem parte Presidente da República e ministros de diversas pastas. Como o exercício da profissão de jornalista implica o contacto diário com as fontes de informação oficiais e profissionais, devemos salientar que a passagem pelos jornais-laboratório da UP e da UBI permite aos futuros profissionais adquirir mais segurança na abordagem a este tipo de fontes.

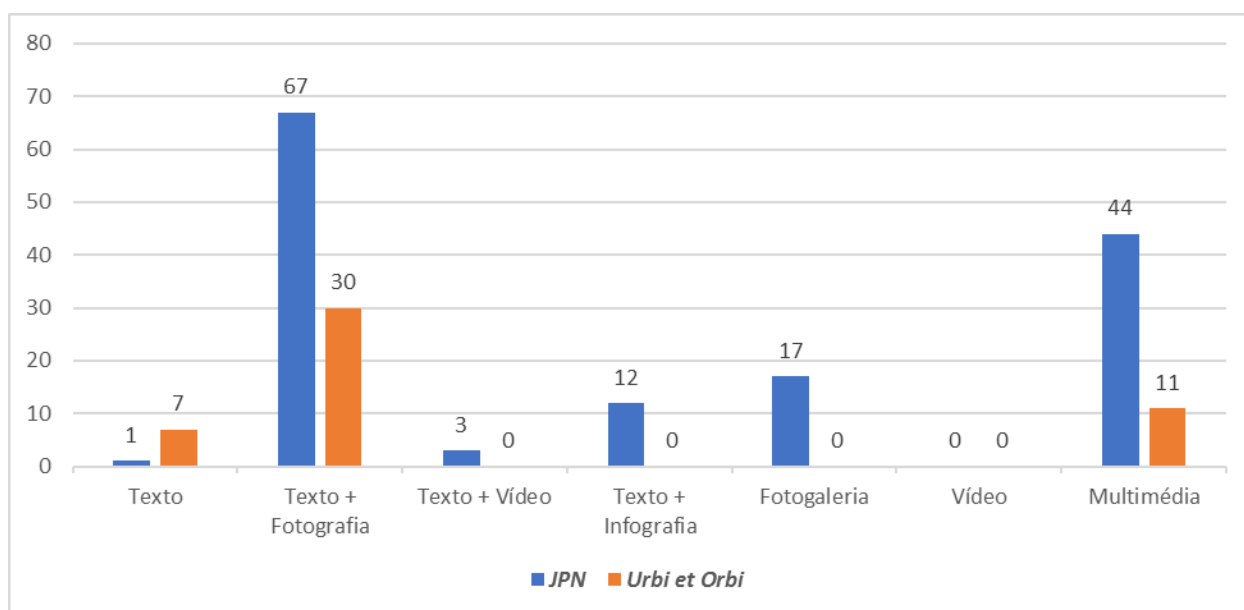


**Gráfico 7** – Estatuto das fontes de informação citadas pelos dois jornais.

Ainda no âmbito das fontes de informação, procurou-se perceber de que forma eram citadas, ou seja, a prevalência do discurso direto, indireto ou misto em cada um dos jornais-laboratório. Tanto no *JPN* (131 peças) como no *Urbi et Orbi* (18 peças), conjugam-se as citações com as paráfrases, o que nos remete, mais uma vez, para a predominância de um discurso jornalístico informativo nestes meios.

O advento das novas TIC permitiu o acesso a uma multiplicidade de conteúdos e ferramentas, cujo aproveitamento, ainda que diferenciado, foi visível nos jornais-laboratório analisados (Gráfico 8). Assim, a conjugação entre o texto e a fotografia ou imagem e o recurso à multimedialidade foram predominantes nas peças produzidas tanto no *JPN* (77,1% das publicações) como no *Urbi et Orbi* (41 de 48 publicações). Ambos os jornais coincidem na inclusão de fotografias e outras imagens (tratando-se, maioritariamente, de atores sociais envolvidos ou locais retratados nas peças produzidas), mas o seu tamanho e disposição variam de publicação para publicação.

No *Urbi et Orbi*, os elementos imagéticos apresentam 500 *pixels* de largura e 374 *pixels* de altura e surgem, maioritariamente, no canto superior direito da peça jornalística. Através do título e do *lead* (à esquerda) e da imagem (à direita), o leitor retém a informação essencial sobre o acontecimento noticiado. No *JPN*, os elementos imagéticos, mais do que informar, cumprem a função de cativar o leitor. Em primeiro lugar, o tamanho dos elementos imagéticos (720 por 474 *pixels*) faz com que sejam os primeiros a resgatar o olhar do leitor para, de seguida, incitá-lo a percorrer os restantes elementos que compõem a peça. A utilização regular de fotografias e outras imagens foi uma das regras básicas introduzidas no *JPN* em 2004 e ainda hoje respeitada pelos alunos. Como explicitou Zamith *et al.* (2004:11), “produzir imagens para o portal implica ter em consideração que a imagem é mais uma das muitas mensagens e estímulos sensoriais que o espectador recebe online; compreender que a mensagem traduzida pela imagem deve ser clara e de fácil descodificação sem renunciar o lado estético e emocional”.



**Gráfico 8** – Forma de apresentação de conteúdos produzidos nos jornais.

Tendo em conta a localização, bem como a política de valorização de fotografias produzidas pelos alunos, atentamos na respetiva autoria<sup>24</sup>. No *JPN*, apenas em cerca de 33% dos casos os elementos imagéticos que acompanhavam as peças eram da autoria

<sup>24</sup> Os elementos imagéticos de autoria própria marcam presença em 48 peças do *JPN* e 7 peças do *Urbi et Orbi*. Já os elementos imagéticos de autoria não própria foram identificados em 85 peças do jornal da UP e 2 peças do jornal da UBI. Devemos também referir a existência de peças jornalísticas (10 no *JPN* e 32 no *Urbi et Orbi*), cujos elementos imagéticos carecem de qualquer indicação quanto à sua origem.

do redator. As restantes fotografias/imagens são de arquivo ou fornecidas por outrem. Quanto ao *Urbi et Orbi*, não podemos confirmar a autoria das fotografias/imagens pela falta de indicação na respetiva legenda. Contudo, os resultados obtidos neste âmbito suscitam a seguinte questão: estarão estes meios a introduzir uma prática confinada ao universo tecnológico (centrado no computador e na Internet)?

Independentemente do género jornalístico, a generalidade de peças publicadas dispunha de um *lead* curto (entre 25 e 35 palavras), claro e conciso, o que demonstra a adoção da estrutura tradicional de resposta às cinco perguntas (o quê, quem, quando, onde, como e porquê), mas também o desejo de manter as páginas principais e sectoriais de informação equilibradas. A par do recurso aos elementos imagéticos, ambos os jornais exploraram a potencialidade da Internet como fonte de inesgotável armazenagem de informação: a inserção de hiperligações (internas ou externas), bem como a tradicional coluna de “Relacionado” possibilitava ao leitor definir o seu próprio percurso de navegação caso quisesse confirmar ou aprofundar a matéria. Merece igualmente destaque o vasto e organizado arquivo oferecido pelo *JPN* e pelo *Urbi et Orbi*.

Conforme temos vindo a mostrar, os jornais-laboratório da UP e da UBI ganham vida pela mão dos alunos de Ciências da Comunicação que, durante o período letivo, são estimulados a produzir conteúdos para manter o jornal atualizado, mas sobretudo para ganhar experiência na prática jornalística. Existem ligeiras diferenças na rotina produtiva de cada jornal que se devem ao facto de o *JPN* funcionar como local de estágio interno de finalistas do curso<sup>25</sup>. Para Rita Neves Costa (Anexo 1), ex-aluna e atual subeditora do *JPN*, a rotina que rege a produção informativa do jornal é um misto de três vertentes: “explorar novos formatos, novos temas que não estamos habituados e também coisas que gostamos de fazer e temas nos quais temos interesse”. No *Urbi et Orbi*, os alunos “geralmente orientam-se tendo em conta a agenda que lhes é dada nas aulas todas as semanas”, mas têm liberdade em todo o processo de produção, desde a seleção à

---

<sup>25</sup> Durante o período de estágio no *JPN*, que decorre entre fevereiro e junho, os alunos são divididos em turnos. O turno da manhã reúne às 08:30 e o da tarde às 11:30 para definir a agenda do dia e distribuir temas/tarefas. A par das sugestões dos alunos, tanto o *JPN* como o *Urbi et Orbi* constroem a agenda a partir da informação que recebem por e-mail ou contacto telefónico institucionais.

apresentação de informação e “são incentivados” a tomar a iniciativa, explica o chefe de redação Rafael Mangana (Anexo 5).

Tanto Rita Neves Costa como Rafael Mangana veem benefício no caráter laboratorial de jornais como o *JPN* ou o *Urbi et Orbi*. Em primeiro lugar, os laboratórios de jornalismo permitem uma maior aproximação e recriação das “práticas de uma redação convencional”, explica a subeditora do *JPN*. Para além disso funcionam como um local de experimentação, na medida em que “estimulam muita criatividade e abordagens diferenciadas”, acrescenta. Para Rafael Mangana, a mais valia é óbvia: “quando chegamos ao mercado de trabalho cada vez mais competitivo, quem tem sucesso na área é quem sabe fazer, é quem marca a diferença”. Mais do que oferecer a oportunidade de adquirir experiência ou construir portefólio, é inegável a importância da componente formativa dos laboratórios de jornalismo. “Tanto no *U@O*, como na *RUBI* ou na *TUBI*, os alunos têm margem para errar, têm um professor que corrige, têm-me a mim para dar conselhos. Quando chegam ao mercado de trabalho, não há margem de erro. Se tu não consegues, estão 20 na fila à espera de uma oportunidade”, salienta o chefe de redação do *Urbi et Orbi*.

Para José António Pereira (Anexo 3), jornalista da *RTP*, a passagem pelo *JPN* constituiu uma ponte importante na transição para o mercado de trabalho. O *JPN* “não é uma escola só de rádio, nem uma escola só de imprensa, é uma escola de jornalismo, porque quando estás a escrever um texto, estás de repente a fazer um vídeo (que não deixa de ser jornalismo, porque multimédia assume um lugar cada vez mais importante), como estás a fazer uma fotogaleria ou um trabalho de rádio. Esta dinâmica, esta envolvência é muito abrangente. Obviamente que nós nos identificamos mais ou menos com um determinado meio, mas aqui o *JPN* consegue ter uma abrangência que te vai deixar preparado minimamente em todos os campos e é uma mais-valia sem dúvida”, afirma.

Já Tiago Dias (Anexo 4), jornalista da *Agência Lusa*, admite que o *JPN* “é um laboratório extraordinário de jornalismo e para os jornalistas”. A seu ver, a passagem pelo *JPN* “permite ganhar rotinas, hábitos e ritmo”, permite “estar em pleno, a velocidade cruzeira” quando se chega ao mercado de trabalho. Para além disso, valoriza a liberdade providenciada pelo *JPN* e reconhece que “as pessoas muitas vezes não

tinham noção disso e deviam ter, porque tinham momentos que poderiam aproveitar para fazer algo que as enriquecesse a elas, ao mesmo tempo que enriqueciam a instituição *JPN*". Quanto às perspectivas futuras dos jornais-laboratório, as opiniões são unânimes: procurar inovar, mas sem descuidar a formação dos futuros profissionais. Trata-se de uma missão pertinente da academia a concretizar por estes meios.

## CONCLUSÃO

Concluída a investigação, a primeira ideia a reter é que o ensino de jornalismo em Portugal, apesar de tardio, nasceu, cresceu e evoluiu com uma rapidez e um ritmo surpreendentes: desde a criação da primeira licenciatura, em 1979, a oferta formativa multiplicou-se e diversificou-se de tal forma que no ano letivo de 2014/2015 foram identificados 29 cursos que enunciam o acesso à profissão de jornalista. A numerosa oferta também encontrou a crescente procura: o estudo conduzido pelo Obercom (2017) refere que, de um total de 1494 jornalistas inquiridos, aproximadamente dois terços possuem formação superior na área. Independentemente da divergência de opiniões e da resistência inicial, estes dados confirmam que, em Portugal, as instituições de ensino superior são o lugar privilegiado para a aprendizagem da prática jornalística. Em todo o caso, se a dúvida persistiu, perdeu fôlego com os novos desafios que se colocam ao jornalismo e, conseqüentemente, ao seu ensino, na sequência do advento da Internet.

Se os anos 90 foram propícios à criação e multiplicação da oferta formativa em comunicação/jornalismo, a partir do início do século XXI assistiu-se ao nascimento e florescimento de laboratórios de jornalismo no ensino superior, entre os quais o *JPN* e o *Urbi et Orbi*, os decanos neste âmbito. Uma vez que o debate em torno do ensino de jornalismo tende a desenrolar-se sob a forma de dicotomias, a ideia com que ficámos finda a nossa investigação é que a criação dos jornais-laboratório *JPN* e *Urbi et Orbi* foi a solução conseguida pela Universidade do Porto (UP) e pela Universidade da Beira Interior (UBI) para dar resposta aos problemas suscitados. Assim, estes laboratórios visam, por um lado, aliar a teoria à prática, ambas indispensáveis para o exercício em pleno da profissão e, por outro, contrariar a ideia de que uma formação abrangente em comunicação não produz bons jornalistas.

Por isso, a existência de experiências semelhantes às da UP e da UBI faz-nos pensar se valerá a pena centrar o debate nas dicotomias, ou, pelo contrário, procurar resultados concretos para avaliar a eficácia destas experiências na formação de futuros jornalistas. E, tendo em conta o atual esbatimento de fronteiras no campo do jornalismo, até que ponto a formação generalista não será uma mais-valia para o futuro

jornalista compreender e aprender a enfrentar a crescente pressão (informação disfarçada de publicidade, *fake news*, etc.)?

Quanto aos laboratórios de jornalismo propriamente ditos, as vantagens são óbvias: mais do que formar e até recriar a estrutura e a organização de uma redação convencional, são espaços propícios para a experimentação (de conteúdos, formatos, etc.). Para além disso, a variedade em termos de suporte que lhes é característica constitui também um elemento de diferenciação para a instituição de ensino superior a que se encontram vinculados. Os jornais-laboratório da UP e da UBI estão de tal forma enraizados na academia, e na região em seu redor, que a sua continuidade nem se coloca em questão. Aliás, as perspetivas futuras passam pela inovação e a ambição é de crescimento (seja do ponto de vista do reconhecimento, seja do ponto de vista dos recursos tecnológicos, humanos, etc.). Tiago Dias, que colaborou com o *JPN* enquanto aluno finalista do curso e, mais tarde, enquanto editor, chega a dizer que ao longo dos anos a estrutura se solidificou de tal forma que agora são as pessoas que se moldam em função do jornal, e não o contrário.

Quando partimos para a realização desta dissertação, questionámos se os jornais UP e da UBI desempenhariam, a par de laboratório, a função de um meio de comunicação institucional. É evidente o destaque que a academia assume na informação veiculada por cada jornal, mas só um deles é que realmente apresenta um pendor institucional – o *Urbi et Orbi*. No momento da idealização do jornal, estipulou-se que funcionaria como um veículo para promover a ligação e a comunicação dentro da academia, dado o tamanho e o peso na região da Covilhã. A questão que se coloca é se, em caso de polémica que envolvesse a UBI, cumpriria a sua função informativa...

Durante a análise desenvolvida, verificamos que o *JPN* e o *Urbi et Orbi* apresentam poucos pontos em comum: à exceção da essência e do propósito para o qual foram criados – órgão laboratorial para a prática jornalística –, as rotinas produtivas são distintas, o que se refletiu não só nos temas abordados, mas também nos géneros jornalísticos e nos formatos adotados, precisamente a tendência que se verifica no quadro informativo das diferentes empresas de comunicação. Em conversa com os entrevistados apercebemo-nos que a preocupação com a popularidade das peças produzidas está, pouco a pouco, a ganhar contornos nas redações em questão,



sobretudo após a entrada no mundo das redes sociais. Será que representa uma ameaça à prática dos valores intemporais do jornalismo nestes meios?

Um dos aspetos mais salientes resultante da análise de conteúdo aplicada às peças produzidas nos jornais-laboratório *JPN* e *Urbi et Orbi* foi a cobertura de temas e eventos das regiões do Porto e da Covilhã, respetivamente. Na sociedade contemporânea, o jornalismo de proximidade tem vindo a recuperar a sua pertinência porque à medida que a globalização avança, e tendo em conta que ninguém se interessa por tudo, surge a necessidade de afinidade cultural e partilha de interesses, materializada na crescente procura de informação no âmbito da realidade individual de cada um. Tendo em conta a aposta do *JPN* e do *Urbi et Orbi* em informar o respetivo público-alvo em primeiro lugar sobre o que se passa à sua volta e só depois acerca dos acontecimentos nacionais e mundiais, tendo sempre presente o cuidado de interpretar os factos à luz das vivências locais, terminamos com uma sugestão para futuro desenvolvimento, ou seja, aprofundar o estudo destes jornais-laboratório sob o ponto de vista de meios de comunicação sociais de proximidade. Diversos investigadores na área das Ciências da Comunicação têm vindo a questionar se a reconstrução do jornalismo não passará pelo investimento nesta sua vertente. Outro caminho pelo qual se poderia enveredar passa por estender a análise a outros laboratórios de jornalismo no ensino superior para melhor compreender a dimensão laboratorial do ensino de jornalismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, G. S. (2001). The education of journalists. *Journalism*, Vol. 2, n.º 3, pp. 315-339.
- AIVES, R. C. (2006). Jornalismo digital: Dez anos de web... e a revolução continua. *Revista Comunicação e Sociedade*, Vol. 9, n.º 10, pp. 93-102.
- AROSO, I. (2016). *Jornalismo na Imprensa Médica em Portugal*. Covilhã: Livros LabCom.
- BARDIN, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARROS, R., GRADIM A., REIS, A. I., & AROSO, I. (2016). Experiências/MCS Internos. *Revista Media e Jornalismo*, n.º 28, pp. 119-125.
- BASTOS, H. (2000). *Jornalismo Electrónico: Internet e Reconfigurações de Práticas nas Redacções*. Coimbra: Minerva.
- BEHR, R. L., & IYENGAR, S. (1985). Television news, real-world cues, and changes in the public agenda. *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 49, pp. 38-57.
- BERGER, P., & LUCKMANN, T. (1976). *The Social Construction of Reality*. Harmondsworth: Penguin.
- BONIXE, L. (2016). Percursos da formação superior do jornalismo radiofónico em Portugal. *Revista Media e Jornalismo*, n.º 28, pp. 39-53.
- BRIN, C., CHARRON, J., & BONVILLE, J. (2004). *Nature et transformations du journalisme: Théories et recherches empiriques*. Québec: Les Presses de l'Université Laval.
- BURGH, H. D. (2003). Skills are not enough: the case for journalism as an academic discipline. *Journalism*, Vol. 4, n.º 1, pp. 95-112.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Making Journalists: Diverse Models, Global Issues*. London: Routledge.
- CAMPONEZ, C. (2012). Jornalismo: o fracasso de um contrapoder entre poderes. Em A. T. Peixinho, C. Camponez, & A. Sá, *Aprofundar a crise: olhares multidisciplinares* (pp. 159-174). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CANAVILHAS, J. (2016). Jornalismo e convergência: renovação permanente. *Digital Media Portugal - ERC 2015*, pp. 27-34.

- COELHO, P. (2015). *Jornalismo e Mercado: os novos desafios colocados à formação*. Covilhã: Livros LabCom.
- \_\_\_\_\_. (2016a). A formação dos jornalistas no universo digital. *Digital Media Portugal - ERC 2015*, pp. 49-64.
- \_\_\_\_\_. (2016b). Editorial: A Dimensão Laboratorial do Ensino do Jornalismo. *Revista Media e Jornalismo*, n.º 28, pp. 7-12.
- CONDE, Á. (2009). *Entrevista semi-estruturada*. Obtido de Metodologias de Investigação em Educação: <http://metodologiasua.blogspot.pt/>
- CORREIA, J. (1998). *O ensino do jornalismo visto pelos jornalistas*. Obtido de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-ensino-jornalismo.pdf>
- COUTINHO, C. P. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- DELPORTE, C. (2016). A formação em jornalismo é útil/indispensável? Algumas lições do passado e do presente para preparar o futuro. *Mediapolis – Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, n.º 3, pp. 13-25.
- DEUZE, M. (2006). O jornalismo e os novos meios de comunicação social. *Revista Comunicação e Sociedade*, Vol. 9, n.º 10, pp. 15-37.
- FIDALGO, J. (2004). Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança. *Revista Comunicação e Sociedade*, n.º 5, pp. 63-74.
- \_\_\_\_\_. (2009). *O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e FCT.
- \_\_\_\_\_. (2016). Disputas nas fronteiras do jornalismo. *Digital Media Portugal - ERC 2015*, pp. 35-48.
- FIGUEIRA, J. (2012). A pegada jornalística na paisagem mediática. Em A. T. Peixinho, C. Camponez, & A. Sá, *Aprofundar a crise: olhares multidisciplinares* (pp. 193-212). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- FREITAS, H. d. (2009). Os media no ensino superior: Laboratórios de Jornalismo. *Jornalismo e Jornalistas*, n.º 39, pp. 6-21.
- GARCIA, J. L. (2009). *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfoses e Encruzilhadas no limiar do séc. XXI*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- \_\_\_\_\_. (2016). A Web, a expansão do digital e a nova economia política da informação. *Digital Media Portugal - ERC 2015*, pp. 9-14.
- GOMES, R. M. (2009). *A Importância da Internet para Jornalistas e Fontes*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GRAÇA, S. M. (2007). *Os Jornalistas Portugueses: Dos problemas da inserção aos novos dilemas profissionais*. Coimbra: Minerva.
- HAGUETTE, T. (1997). *Metodologias qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes.
- HARRIS, J. (2001). The Bottom Line: Profits and Journalism in Newspapering. *The International Journal of Press/Politics*, Vol. 6, pp. 106-112.
- HERSCOVITZ, H. (2007). Análise de conteúdo em jornalismo. Em C. Lago, & M. Benetti, *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes.
- HUANG, E. (2009). Teaching Button-Pushing versus Teaching Thinking: The State of New Media Education in US Universities. *Convergence*, Vol. 15, n.º 2, pp. 233-247.
- JENKINS, H. (2004). The cultural logic of media convergence. *International Journal of Cultural Studies*, Vol. 7, n.º 1, pp. 33-43.
- KOVACH, B., & ROSENSTIEL, T. (2007). *The Elements of Journalism: What Newspeople Should Know and the Public Should Expect*. New York: Three Rivers Press.
- \_\_\_\_\_. (2014). *The Elements of Journalism, Revised and Updated 3rd Edition: What Newspeople Should Know and the Public Should Expect*. New York : Three Rivers Press.
- LOGIÉ, M. (1971). Informação e Direito à Informação. Em M. Logié, *Publics et techniques de la diffusion collective* (p. 169). Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles.
- LOPES, F. (2015). *Jornalista: profissão ameaçada*. Lisboa: Alêtheia Editores.

- \_\_\_\_\_. (2016). *Uma proposta de um modelo taxonómico para a classificação de fontes de informação*. Obtido de Observatorio (OBS\*): <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/951/pdf>
- MANCINI, P. (2003). Between Literary Roots and Partisanship: Journalism Education in Italy. Em R. Frohlich, & C. Holtz-Bacha, *Journalism Education in Europe and North America: an International Comparison* (pp. 93-104). New Jersey: Hampton Press.
- MARINHO, S. (2011). *Formação em Jornalismo numa sociedade em mudança - modelos, percepções e práticas na análise do caso português*. Obtido de RepositóriUM: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19819/1/Sandra%20Cristina%20dos%20Santos%20Monteiro%20Marinho.pdf>
- MCCOMBS, M. E., & SHAW, D. L. (1972). The Agenda-Setting Function of Mass Media. *The Public Opinion Quarterly*, Vol. 36, pp. 176-187.
- MCMANUS, R. J. (1994). *Market-Driven Journalism: Let the Citizen Beware?* London: SAGE.
- MEDITSCH, E. (2004). A formação para a praxis profissional do jornalista: uma experiência brasileira inspirada em Paulo Freire. *Revista Comunicação e Sociedade*, pp. 25-38.
- MENDES, R. R. (2011). *A Primeira Licenciatura em Comunicação Social em Portugal (FCSH-UNL, 1979) - Contributo para uma reflexão acerca do ensino do jornalismo*. Obtido de Repositório da Universidade Nova de Lisboa: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/7240/1/renato.pdf>
- NEWMAN, N. (2017). *Journalism, Media, and Technology Trends and Predictions 2017*. Obtido de Reuters Institute for the Study of Journalism: <http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/Journalism%2C%20Media%20and%20Technology%20Trends%20and%20Predictions%202017.pdf>
- NORDENSTRENG, K. (2009). Soul-searching at the Crossroads of European Journalism Education. Em G. Terzis, *European Journalism Education* (pp. 511-518). Bristol: Intellect.

- PATTERSON, T. (2013). *Informing the News: The Need for Knowledge-Based Journalism*. New York: Penguin Random House.
- PAVLIK, J. V. (1996). *New Media Technologies and the Information Highway*. Boston: Allyn & Bacon.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Journalism and New Media*. New York: Columbia University Press.
- PEIXINHO, A. T., SANTOS, S., FIGUEIRA, J., SANTOS, & ALMEIDA, C. (2016). Experiência de ensino do jornalismo: modelo pedagógico da Universidade de Coimbra. *Revista Estudos de Jornalismo, n.º 6, Vol. 1*, pp. 22-35.
- PICARD, R. (2009). Why journalists deserve low pay. *Reuters Institute for the Study of Journalism Seminar Series*, (pp. 1-6). University of Oxford.
- PINHEIRO, F. (2017). Perceber as notícias. Em J. N. Matos, C. Baptista, & F. Subtil, *A Crise do Jornalismo em Portugal* (pp. 85-94). Porto: Deriva Editores.
- PINTO, M. (2004). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: crise de crescimento e notas programáticas. *Revista Comunicação e Sociedade, n.º 5*, pp. 49-62.
- REDDICK, R., & ELLIOT, K. (1995). *The Online Journalist: Using the Internet and Other Electronic Resources*. San Diego: Harcourt Brace.
- RUQUOY, D. (2005). *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- SANTOS, R. (2006). *A Fonte Não Quis Revelar: Um estudo sobre a produção das notícias*. Porto: Campo das Letras.
- SCALLON, G. (2015). *Avaliação da aprendizagem numa abordagem por competências*. Curitiba: Editoriais PUCPR.
- SENNETT, R. (2006). *La Cultura del Nuevo Capitalismo*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- SHOEMAKER, P., & REESE, S. (1996). *Mediating the Message: Theories of Influences on Mass Media Content*. White Plains: Longman.
- SHUDSON, M. (1988). Porque as notícias são como são. *Revista de Comunicação e Linguagens, n.º 8*, pp. 17-27.

- \_\_\_\_\_. (2008). *Why Democracies Need an Unlovable Press*. Cambridge: Polity Press.
- SOBREIRA, R. M. (20013). *Os Jornalistas Portugueses 1933-1974: Uma profissão em construção*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUSA, J. P. (2004). *Desafios do ensino universitário do jornalismo ao nível da graduação no início do século XXI*. Obtido de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-desafios-do-jornalismo.pdf>
- \_\_\_\_\_. (2005). *Elementos de Jornalismo Impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- \_\_\_\_\_. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- \_\_\_\_\_. (2008). *Os Estudos Jornalísticos após 1950: a consolidação de um campo científico*. Obtido de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-estudos-jornalisticos-apos-1950.pdf>
- TEIXEIRA, P. O. (2010). *O Ensino do Jornalismo em Portugal - Uma História e Análise dos Planos Curriculares*. Obtido de Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa: [http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1681/2/DM\\_19061.pdf](http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1681/2/DM_19061.pdf)
- TRAQUINA, N. (1999). *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Nova Vega.
- \_\_\_\_\_. (2000). *O Poder do Jornalismo*. Coimbra: Minerva .
- \_\_\_\_\_. (2001). *O Estudo do Jornalismo no Século XX*. Rio de Janeiro: Unisinos.
- \_\_\_\_\_. (2002). *O que é Jornalismo*. Lisboa: Quimera Editores.
- TUCHMAN, G. (1978). *Making News: A Study in the Construction of Reality*. New York: The Free Press.
- VALA, J. (1986). A Análise de Conteúdo. Em A. S. Silva, Pinto, & J. Madureira, *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.

VIEIRA JÚNIOR, A. (2002). *Uma Pedagogia para o Jornal-Laboratório*. Obtido de <https://pt.scribd.com/doc/17272445/VIEIRA-Jr-Uma-pedagogia-para-o-jornal-laboratorio>

VILAÇA, G. (2011). *Jornal Laboratório: uma análise da aplicação prática de critérios e conceitos jornalísticos no jornal Imprensa*. Obtido de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vilaca-gabriela-jornal-laboratorio-a-analise.pdf>

WOLF, M. (2006). *Teorias da Comunicação*. Barcarena: Editorial Presença.

ZAMITH, F., LEAL, P., NUNES, S., GIESTEIRA, B., LIMA, H., SÁ COUTO, S., . . . FONSECA, C. (2004). *O ciberjornal como instrumento de ensino: da teoria à prática*. Obtido de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/zamith-fernando-ciberjornal.pdf>



**ANEXO 1** – Entrevista a Rita Neves Costa, ex-aluna e subeditora do *JPN*, a 9 de março de 2017

**P – Em que período realizaste o estágio curricular no *JPN*?**

R – De meados de fevereiro a meados de maio de 2015. Eu saí daqui a 18 de maio de 2015 para ir estagiar para o *Público*. Geralmente nós saímos no início de maio, mas entrar no *Público* demorou mais um pouco.

**P – Como avalias a tua experiência no *JPN*?**

R – Eu já colaborava assiduamente com o *JPN* antes de fazer o estágio curricular no terceiro ano de jornalismo. Eu encaro como uma experiência interessante e uma coisa que eu fiz bastante no *JPN* foi forçar-me a sair da minha zona de conforto e abraçar temas a que não estava habituada. Antes de ir para o *Público*, eu não sabia exatamente em que editoria ia ficar (podiam calhar editorias tão diferentes como Política ou Desporto) e então tentei fazer um pouco de tudo no *JPN*. Uma coisa que também tentei fazer foi experimentar um pouco de tudo relativamente aos formatos, embora soubesse que ia para imprensa e não iria fazer vídeo ou rádio. Mas tentei experimentar um pouco de tudo, porque não sabia, nem sei ainda, o que o futuro me reserva. Achei que nós temos aqui uma boa forma de explorar vários formatos, também temos muita liberdade nos temas. Obviamente eles têm de passar pelos editores, ou pela diretora do *JPN*. Na altura, fiz um trabalho sobre o Bairro do Aleixo e sabia que à partida seria muito difícil fazê-lo no *Público*. Desde que fosse competente e tivesse um enfoque minimamente definido, eu achei que iria ter mais liberdade para trabalhar no tema no *JPN*. Tinha sensibilidade para determinados temas e em conjunto com os editores foi uma boa forma de fazer coisas que eu não iria ter a possibilidade de fazer noutros estágios, porque alguém já estava a fazer ou era especialista em bairros sociais do Porto. Acabamos todos por ser mestres em várias coisas, embora tenhamos mais aptidão para umas coisas do que outras. Mas sim, explorar novos formatos, novos temas que não estamos habituados e também coisas que gostamos de fazer e temas nos quais temos interesse. Foi um misto destas três vertentes.

**P – Na tua opinião, o *JPN* pode ser caracterizado como um laboratório de jornalismo (um meio que propicia a experimentação de novos formatos e linguagens)?**

R – Sim. Uma coisa que eu me apercebi é que chegando ao terceiro ano de jornalismo e estando num estágio curricular, eu já estava minimamente habituada ao estilo e à linha editorial do *JPN*. Se calhar outros colegas meus que ainda não tinham passado pelo *JPN* não tinham esse à vontade e muito do calo que eu ganhei, ganhei-o no *JPN* ao sair em reportagem. Eu gostava e gosto imenso de sair em reportagem e uma coisa que fazia era propor temas para sair, porque sei que nas saídas estão os desafios do jornalismo. Obviamente que não há experiências iguais nem há situações iguais, mas sei que esse desconforto a que me obriguei e que me obrigaram aqui no *JPN* foi um crescimento que me permitiu também estar mais qualificada para a experiência no *Público*.

**P – Qual é a tua opinião sobre a organização e o funcionamento do jornal?**

R – Eu acho que se aproxima bastante de uma redação real. Atrevo-me a dizer que está mais organizado do que determinadas redações. Nós temos aqui um horário muito bem estipulado, sabemos perfeitamente que mesmo chegando a nossa hora de saída, e se houver trabalho, temos de arrastar o dia como em todas as redações. Mas sim, acho que se aproxima do cenário real de muitas redações lá fora. Aqui, o que há de bom é que temos uma proximidade mais direta não só com os colegas, mas também com os editores. Quando chegamos a uma redação como a do *Público*, não temos tanta proximidade, porque somos estagiários e há jornalistas que já estão a trabalhar lá há vários anos. Mas acho que a proximidade e o debate de ideias que eu encontrei aqui está, infelizmente, a diminuir em muitas redações. Já não se debate tanto, é mais o chapa cinco. E aqui não. Nós sempre fomos estimulados a ter um outro olhar, uma outra visão das coisas, o que está, de facto, a reduzir em várias redações. Olhando para o panorama geral, vemos um mimetismo de abordagens, que é o contrário daquilo que nós queremos fazer aqui no *JPN* e somos estimulados desde o primeiro dia pelos seus editores e diretora a não fazer isso. Digamos que o *JPN*, não sendo perfeito, tenta ser o exemplo perfeito do que o jornalismo deva ser.

**P – Como avalias as orientações recebidas para a redação das peças e o acompanhamento em geral?**

R – Senti que foi positivo. Eu procurei sempre ser autónoma, nunca procurei os editores para me verem as perguntas, porque já achava que estava confortável com isso. Os anos anteriores do curso, em que fizemos entrevistas e reportagens, já nos prepararam o

suficiente para estarmos seguros das perguntas que iríamos fazer. Muitas vezes dirigia-me aos editores pela definição dos enfoques das reportagens, porque às vezes sentia-me um pouco perdida e queria fazer sobre um tema bastante vago, mas precisava de encontrar um enfoque. Aí solicitava a ajuda deles, porque obviamente tinham um olhar mais geral da situação, eram mais velhos e já tinham passado pelo *JPN*. Em termos de temas, a ajuda era mais com os editores, os formatos, nomeadamente para rádio, com a professora e diretora do *JPN* Ana Isabel Reis e o vídeo com os Laboratórios de Audiovisual.

**P – Como avalia o *JPN* em relação ao uso e aproveitamento das novas tecnologias?**

R – Eu acho que tem explorado, mas podia ir mais além. Mas acho que isso de ir mais além podiam ir muitos órgãos de comunicação social. Para mim, é aquela dupla visão: nós estamos a preparar jornalistas para as redações (para trabalhar texto, som e vídeo) ou estamos a preparar jornalistas já para a inovação (para o 360º, para a realidade virtual)? Eu acho que há esses dois lados e se calhar o *JPN* ainda não explorou muito a parte da inovação. Mas isso está a mudar pouco a pouco. Pela minha experiência em 2015 e este ano, parece-me que a inovação é uma preocupação bastante grande, mas ainda precisa de crescer muito para chegar até à parte dos 360º e até mesmo das redes sociais. Precisa de trabalhar bastante essa área, ter uma estratégia.

**P – Quanto à sua natureza, o *JPN* assume a função de um meio de comunicação institucional ou de âmbito local?**

R – Eu não colocaria o *JPN* como um meio de comunicação institucional, porque eu acho que para isso já existe, por exemplo, o *Notícias UP*, com base na Reitoria. O *JPN* tem naturalmente um grande enfoque na Universidade do Porto (UP) e na academia, mas não é necessariamente um meio de comunicação institucional. Se acontecesse uma coisa de grave na UP, uma polémica, o *JPN* daria essa notícia, mas o *Notícias UP* não daria. Portanto, acho que há essa diferença. Eu diria sim, é um jornal universitário, tem muito enfoque no local, mas não o colocaria dentro dos parâmetros de um meio de comunicação institucional, embora tenha um vínculo com a UP.

**P – Que vantagens/desvantagens vê na dimensão laboratorial do ensino do jornalismo?**

A vantagem é o facto de adquirirmos experiência e de nos aproximarmos o máximo possível daquelas que são as práticas de uma redação convencional. Acho que isso é a maior vantagem. Outra das vantagens é o facto de achar que os laboratórios de jornalismo estimulam muita criatividade e abordagens diferenciadas. Acho que a maioria dos laboratórios de jornalismo estimula isso. Uma das desvantagens vai ao encontro do reconhecimento do próprio jornal, que é uma coisa que o *JPN* tem estado a trabalhar desde que foi fundado. O facto de nós chegarmos a uma conferência de imprensa e as pessoas não saberem o que é o *JPN*, não nos darem tanto crédito e valor. Mas acho que isso é normal: nós somos um jornal universitário, não somos um jornal nacional. Mas eu sentia muito isso. Mandar um email enquanto colaboradora do *JPN* ou mandar um email enquanto estagiária do *Público* é totalmente diferente. As pessoas vão encarar de uma maneira totalmente diferente. Eu acho que isso parte um bocadinho do nosso valor e do trabalho que temos de fazer. Eu posso chegar à beira de um entrevistado e dizer que sou do *JPN* e ele não fazer a mínima ideia de quem eu sou ou do que é o *JPN*, mas ainda assim aceitar a entrevista e eu conseguir provar, através do valor e do trabalho que coloquei naquela entrevista, que afinal no *JPN* se estão a criar jornalistas com competências. O reconhecimento perante as instituições e personalidades no Porto é uma coisa que o *JPN* tem trabalhado. Inevitavelmente vai haver pessoas que não vão conhecer o *JPN*. Acho que a parte do reconhecimento não está muito consolidada, mas depende muito de nós.

**P – Que tipo de formação consideras mais adequada para fornecer a aprendizagem de conhecimentos que um jornalista deveria ter para desempenhar as suas funções? Académica ou profissional?**

R – Eu acho que deve combinar as duas. Deve combinar a parte prática com a parte teórica. Eu sempre senti muita necessidade de ter disciplinas para debater ideias, refletir sobre o jornalismo. Acho que esta coisa da reflexão e do debate faz muito bem. Sempre dei muito valor às disciplinas que estimulam esse debate crítico. Depois, acho que a formação prática é indispensável. Eu aqui na UP tive muito essa componente prática e ainda bem que a tive, porque me permitiu a não ficar tão acanhada em certas situações no mercado de trabalho. A partir do momento em que os alunos entram aqui, principalmente nos primeiros dias, sentem o peso de um jornalista, ao verem o nome

deles assinado. Deve ser um conjunto de ambas. A teoria é importante através do debate crítico e a formação prática por razões óbvias: quando o momento chegar, nós temos de nos desenrascar e sermos autónomos e independentes em relação àquilo que estamos a fazer, mas ainda assim termos a capacidade de aceitarmos as críticas que nos fazem.

**P – Enquanto subeditora do *JPN*, qual foi o maior desafio até agora?**

R – Eu sinto que eles principalmente nos primeiros dias e nas primeiras semanas sentem muito o peso da responsabilidade e então, às vezes, é um bocadinho difícil quebrar aquele vínculo entre a ajuda e o dar asas, do género – desenrasca-te. Tu já tens quase três anos de licenciatura, já fizeste notícias, já fizeste reportagens para muitas cadeiras, já tiveste de fazer trabalhos académicos em que tiveste de entrevistar pessoas, portanto, estás mais do que preparado para não vir até mim e perguntar “Rita, que perguntas é que eu faço? Estas perguntas estão corretas, estão bem?”. Hoje de manhã surgiu um imprevisto e fui eu a tentar resolvê-lo e eu preciso de quebrar isso. Eles têm de saber que o jornalismo é à base de imprevistos, de gestão de stress e de conflitos e têm de ser eles a lidar com isso. A editora obviamente pode orientar e tentar ajudar, mas não ser ela a resolver as situações, e o meu maior desafio tem sido esse – quebrar esse vínculo entre a ajuda e ser eu a fazer efetivamente as coisas. A outra dificuldade tem sido a minha idade. Eu faço parte da geração deles, sou um pouco mais velha, mas tenho sido também a figura de autoridade... Acho que é uma coisa que ainda tenho de trabalhar um bocadinho.

## **ANEXO 2** – Entrevista a Ana Isabel Reis, diretora do *JPN*, a 9 de março de 2017

### **P – Quando e em que moldes surgiu o *JPN*?**

R – O *JPN* surge em 2004, ano dos primeiros finalistas do curso de Jornalismo e Ciências da Comunicação da Universidade do Porto (UP). Em primeiro lugar, a fim de proporcionar aos estudantes um local de formação em que pudessem ter as primeiras práticas jornalísticas em ambiente próximo do real de uma redação, mas ainda sob a supervisão dos professores – um meio-termo entre as aulas e o mercado de trabalho. Em segundo lugar, a intenção era a de criar um laboratório de experimentação dos novos formatos jornalísticos que estavam a aparecer, neste caso, o online. Ter um laboratório em que as diversas áreas que estão na génese do curso (Letras, Economia, Engenharia e Belas Artes) pudessem trabalhar em conjunto e experimentar novas linguagens e formatos.

### **P – Após mais de uma década de existência, os pilares que sustentam o projeto mantêm-se?**

R – Sim: formar, experimentar. Formar e dar alguma experiência aos estudantes com vista a prepará-los melhor para o estágio e o mercado de trabalho, proporcionar um local para praticar e experimentar e aprender e, ao mesmo tempo, contribuir para a constituição de um primeiro portfólio. Experimentar e publicar mesmo que não resulte, para que se perceba através de um exemplo real a evolução do meio online: das ferramentas que vão surgindo e desaparecendo, da evolução da linguagem e da escrita online, perceber ainda as potencialidades do meio.

### **P – Quais foram os principais marcos na evolução do projeto?**

R – Ao longo dos 13 anos houve um apuramento e uma afirmação da linha editorial do *JPN* e no desenvolvimento do tipo de conteúdos. Hoje acho que há um equilíbrio maior entre trabalhos de maior envergadura e *hardnews* – ambos importantes na formação dos futuros jornalistas. Os marcos de evolução têm mais a ver, na minha perspetiva, com processos internos que passam por renovações de carácter técnico ou alterações nos recursos humanos – ambos essenciais à manutenção da estrutura do *JPN*. Esta estrutura tem sofrido alterações que permitem ou não desenvolver determinado tipo de conteúdos jornalísticos.

**P – Qual é o propósito que o *JPN* privilegia: dar visibilidade aos trabalhos produzidos pelos alunos ou recriar o ambiente de produção noticiosa de um órgão de comunicação social no contexto académico?**

R – Em primeiro lugar, recriar o ambiente de redação como parte da sua formação, em que possam experimentar e fazer sob orientação dos Editores e professores – o objetivo é aprenderem em ambiente real. A publicação das peças dá visibilidade ao estudante que pode ir constituindo um portefólio útil quando se candidata aos órgãos de comunicação social (OCS), além de ir ‘fazendo’ currículo.

**P – Como descreve a adesão dos alunos no âmbito extracurricular/fora do período de estágio?**

R – É um trabalho contínuo de sedução. Os estudantes, incompreensivelmente, escolhem jornalismo, mas não manifestam grande vontade em começar a praticá-lo. E este não é um problema exclusivo do *JPN*. Como contacto com vários órgãos académicos (rádio, televisão e online ou imprensa) apercebo-me que de todos os órgãos académicos se deparam com esta manifesta falta de interesse, mesmo que o órgão tenha visibilidade fora dos cursos, alguns até com presença em meios de comunicação nacionais. As razões são variadas, mas posso apontar algumas que me chegam como justificação: o tempo que a participação regular ocupa na vida do estudante; o facto de ter de se assumir um compromisso que implica uma colaboração mais ou menos regular ou com prazos definidos de entrega das peças; desvalorização do *JPN* por ser um órgão académico e interno.

**P – De que modo a passagem pelo *JPN* poderá influenciar a transição do aluno para o mercado de trabalho?**

R – O retorno que temos dos OCS são excelentes. Há uma clara distinção, ao nível da preparação, entre os estagiários que passaram primeiro pelo *JPN*. Ganharam ritmo, desenvoltura e prática. Ganharam experiência, e também aprenderam a lida com situações que só surgem quando se trabalha no terreno.

**P – Considera que a formação académica em jornalismo deveria possuir um carácter técnico (estudo e prática da atividade jornalística) ou mais reflexivo (estudo do jornalismo integrado no vasto universo da comunicação)?**

R – Ambas, porque ambas são essenciais na formação de um jornalista. O ideal é haver um equilíbrio entre a formação teórico e reflexiva e as práticas.

**P – Há quanto tempo está na coordenação do JPN?**

R – Desde 2010, portanto há 7 anos.

**P – Como avalia a sua experiência?**

R – Muito enriquecedora e gratificante. Fui jornalista durante 18 anos, depois dediquei-me à academia (aulas e investigação), o *JPN* permite-me não só fazer a ponte entre essas duas fases da minha vida, mas também desenvolver investigação fora da minha área natural, que é a rádio, e ampliar conhecimentos no âmbito da formação e ensino do jornalismo, das experiências laboratoriais e do jornalismo académico. Uma das experiências mais gratificantes é apresentar o *JPN* noutros cursos/instituições de ensino ou em seminários e conferências nacionais ou internacionais – o que revela também o reconhecimento do caráter único do projeto *JPN*. Há fatores que contribuem para este reconhecimento externo: o facto de funcionar 12 meses por ano e ter uma estrutura semiprofissional; ser um órgão de comunicação social generalista de âmbito académico, mas independente da UP; o facto de trazer jornalistas profissionais à redação e proporcionar ações de formação com profissionais da área. A direção do *JPN* não está incluída na distribuição de serviço docente. O tempo que dedico ao *JPN* não é contabilizado para efeitos de serviço, ou seja, é dedicação do meu tempo pessoal. Para que a ‘nossa’ relação resulte em pleno tem de ser muito enriquecedora e gratificante – das ‘recompensas’ fazem parte a relação que se constrói com os estudantes e o espírito de equipa que se cria; assistir diariamente ao crescimento dos futuros jornalistas e à sua evolução; a visibilidade e a compensação que os prémios que temos recebido nos dão – sinal de que o esforço é reconhecido externamente e que podemos ser um exemplo.

**P – Quais foram os principais desafios ou dificuldades sentidas durante esse período?**

R – Muitas e sempre diferentes: técnicas, recursos humanos, financeiras. Técnicas: manutenção do site; apoio técnico e multimédia; manutenção de todo o arquivo; alteração e personalização do *backoffice*; renovação do site; modernização do logotipo. Recursos Humanos: número de editores; apoio dos laboratórios; apoio multimédia. Financeiros: verbas para saídas em reportagem; aquisição de equipamentos



**P – Quais são as perspectivas de futuro do *JPN*?**

R – Ser melhor e mais inovador sem nunca perder de vista a formação dos futuros jornalistas. Mais do que acompanhar, antecipar formatos e linguagens, proporcionar aos estudantes experiências idênticas às que possam vir a encontrar no mercado de trabalho, ampliar-lhes perspectivas e competências.

### **ANEXO 3** – Entrevista a José António Pereira, jornalista da *RTP*, a 9 de março de 2017

#### **P – Em que período colaboraste no *JPN* e que atividades/funções desempenhaste?**

R – O estágio no *JPN* faz parte do nosso plano curricular e varia entre os dois e os três meses. No nosso caso foi um estágio de dois meses. Mas qualquer aluno do curso de Ciências da Comunicação pode ter uma ligação ao *JPN* se assim o entender; se achar por bem, pode começar bastante mais cedo. No meu caso, fiz o primeiro trabalho no segundo ano. Foi uma reportagem que sugeri e que fiz com o colega de turma Pedro Maia. Fizemos uma reportagem muito virada para a parte multimédia, porque é isso que se pretende no *JPN*, em que cruzamos o texto com o som, com as imagens e com o vídeo. Portanto, foi essa a primeira colaboração. Entretanto, fui colaborando pontualmente com ideias que iam surgindo, com reportagens com que me cruzava eu próprio na rua e que achava que fazia sentido desenvolver e depois também, de uma forma mais intensa, com o *PortOuvido*, um programa de rádio quinzenal (agora não sei se ainda está nos mesmos moldes). Constituímos a equipa e reavivamos o programa que estava parado há cerca de dois anos com uma nova imagem, uma nova estrutura e fizemos com que o programa voltasse a sair de quinze em quinze dias. O que é que isto obriga? Não só a relação com o *JPN* em que há esse trabalho, mas também toda a produção do projeto. Neste caso, a criação de uma imagem, aquilo que pode resultar mais: não só os conhecimentos de jornalismo propriamente ditos na estrutura do programa e nas rubricas que íamos preparar todas as semanas, mas também naquilo que é a imagem de um programa, no próprio desenvolvimento de contacto com o público, como é que nós podemos chegar mais longe, de certa forma, o marketing inicial. Numa primeira fase, era isso que nós queríamos – chegar a mais gente, promover o *JPN* e o *PortOuvido*. Depois, a parte da produção jornalística: que histórias queremos contar, de que forma as podemos contar e de que forma também podemos chegar a mais gente com a própria maneira de fazer jornalismo. Acho que isso me ajudou imenso enquanto aluno de rádio – estava a aprofundar os conhecimentos que aprendia nas aulas – e enquanto aluno também de comunicação visual, de design. Todas essas coisas se juntaram no *JPN*. Para além de uma história de jornalismo, foi uma história de design de um projeto. Portanto, não só os conhecimentos de jornalismo puro, mas também de design, de toda a envolvência que exige um programa destes. E nós estávamos

determinados a dar vida de novo ao *PortOuvido* e daí esta envolvência toda. Para além desta ligação que ia sendo quinzenal, ia estando em contacto direto com os editores para partilhar as ideias, para não repetirmos os conteúdos, para apostarmos em novas abordagens. E depois, de uma forma mais intensa, no terceiro ano, quando somos obrigados a fazer um estágio curricular dividido em dois meses numa empresa, no meu caso na *CMTV*, e dois meses no *JPN*. Eu preferi começar aqui no *JPN*, porque me iria dar uma preparação melhor para enfrentar a empresa, no bom sentido. E também porque na lógica do ano curricular em que tínhamos estado com um semestre muito completo, com muita prática, era uma ótima forma de exercer esses conhecimentos que fomos tirando (porque é com a prática que eles se vão aprofundando) e depois partir para a empresa muito melhor preparado com esta formação no *JPN*. No fundo não é uma escola só de rádio, nem uma escola só de imprensa, é uma escola de jornalismo, porque quando estás a escrever um texto, estás de repente a fazer um vídeo (que não deixa de ser jornalismo, porque multimédia assume um lugar cada vez mais importante), como estás a fazer uma fotogaleria ou um trabalho de rádio. Esta dinâmica, esta envolvência é muito abrangente. Obviamente que nós nos identificamos mais ou menos com um determinado meio, mas aqui o *JPN* consegue ter uma abrangência que te vai deixar preparado minimamente em todos os campos e é uma mais-valia sem dúvida. No meu caso, nos meses de estágio curricular no *JPN* fui fazendo parte dos noticiários de televisão, já a focar-me mais no que queria fazer, porque ia fazer estágio numa televisão. Todas as semanas tínhamos um noticiário em que íamos variando: ora apresentávamos as notícias, ora fazíamos as entrevistas, ora editávamos as reportagens. Portanto, é um trabalho muito abrangente, não estás limitado a uma única coisa, não estás limitado a um trabalho de rádio, não estás limitado a um trabalho de televisão. Há essas múltiplas tarefas que te vão dando conhecimentos para enfrentares o mercado real. Apesar de ser um laboratório, o *JPN* é muito real também.

**P – Na tua opinião, o *JPN* enquanto laboratório de jornalismo propicia a experimentação de novos formatos e linguagens?**

R – Claro que sim. A sociedade tem mudado a um ritmo alucinante e se nós olharmos para os anos 80, em qualquer forma de fazer jornalismo, em qualquer meio, seja numa rádio, seja numa televisão ou num jornal, as coisas foram mudando. Os meios de

comunicação social tiveram de se adaptar a novos públicos. E as universidades têm um papel fulcral no sentido em adaptar os alunos também a saberem lidar com isso. Quer queiramos quer não, as redes sociais e a Internet vieram trazer uma mudança gigante e hoje em dia nós temos de comunicar sobretudo para públicos-alvo específicos. Eu sei que no *JPN* o público-alvo é muito diferente do público-alvo que eu tenho na *RTP* e isso obriga-me a ter uma linguagem diferente, obriga-me a ter uma atenção redobrada aos conteúdos ligados à universidade, porque é isso mesmo que é o *JPN*. Obriga-me a pensar o que é que um jovem quer ver num meio de comunicação social. Acima de tudo é uma escola que nos faz estar atentos a essa reinvenção que é obrigatória porque a sociedade evoluiu e depois procurar essas novas formas de comunicação. Como é que nós podemos chegar às pessoas sempre com este cuidado, de forma isenta, de forma rigorosa, mas como é que nós podemos chegar com novas linguagens, como é que podemos ser mais cativantes? E é por isso que vai surgindo o online, porque as pessoas que querem estar informadas muito provavelmente não ligam a televisão numa primeira instância – abrem um site. Provavelmente a fotogaleria ganhou uma dimensão importante nos últimos anos. Para além da fotogaleria, o vídeo, porque as partilhas hoje em dia são de uma dimensão gigante. Nas redes sociais a partilha de um vídeo pode ter dimensões de facto muito grandes e é isso que o *JPN* nos ajuda a descobrir. Ou seja, transformar um simples texto em trabalho de multimédia. É um prazer descobri-lo e ao mesmo tempo mantemo-nos fiéis ao jornalismo e aos seus princípios, mas estando aptos para perceber que há novos caminhos. O *JPN* deu-nos isso, sem dúvida alguma.

**P – As rotinas produtivas do JPN diferem das do órgão de comunicação para o qual trabalhas?**

R – Sim. Há diferenças muito grandes na rotina de produção de cada órgão de comunicação social. E não senti só a diferença do *JPN* para a *CMTV*, como senti da *CMTV* para a *RTP*. Isso depois tem muito a ver com cada linha editorial e naturalmente o *JPN* é um meio de comunicação social feito por alunos essencialmente para os jovens e para a comunidade universitária, é esse o seu perfil. Portanto, as minhas rotinas são obrigatoriamente diferentes daquelas que são na *CMTV*, que é um órgão a nível nacional e as notícias que eu vou por têm interesse para o país e para quem nos acompanha nas comunidades portuguesas. E se aqui o nosso cuidado é ter notícias que interessem aos

alunos e aos professores universitários, às pessoas que vivem nas redondezas no Porto, a diferença passa logo por aí. Enquanto no *JPN* nós estamos com um horário das 08 às 20, com turnos, com uma agenda muito mais feita a partir daquilo que sai nos jornais, daquilo que os próprios assessores das universidades vão partilhando, daquilo que vai surgindo no seio das escolas, a rotina é totalmente diferente para um órgão de comunicação social nacional. Não há paragens, são sempre 24 sob 24 horas. Por exemplo, quando acontece um acidente eu tenho de fazer uma notícia na *CMTV* e no *JPN* não faço, mas isso tem muito a ver com a identidade de cada órgão de comunicação social. Tal como por exemplo se acontecer um acidente com cinco feridos ligeiros eu notícia na *CMTV* e faço reportagem, mas na *RTP* já não faço porque são linhas editoriais diferentes. As rotinas jornalísticas mudam conforme a identidade de cada órgão de comunicação social e há uma diferença grande. Agora o que não se pode separar é a ideia de que o *JPN* nos faz preparar sem dúvida alguma para enfrentar esses mercados de trabalho que giram a um ritmo alucinante e temos de ter uma bagagem muito grande, temos de saber que temos de completar a nossa bagagem para dar uma resposta melhor. Mas sim, há uma diferença muito grande no trabalho que vais produzindo. Enquanto no *JPN* o teu trabalho diário é uma peça sobre um determinado assunto, chegas à *CMTV* e fazes três reportagens por dia sobre assuntos muito mais pesados, que mexem connosco, uma linha editorial mais sensacionalista, uma linha editorial muito mais virada para aquilo que quer queiramos quer não vende.

**P – Quanto à sua natureza, consideras que o *JPN* assume a função de um meio de comunicação institucional ou de âmbito local?**

R – Eu acho que o *JPN* tem um poder institucional grande, mas não deixa de ser um órgão de comunicação local. Porque o *JPN* não é visto só pelas pessoas do Porto, acaba por ser visto por estudantes de outras universidades. Mas localmente o *JPN* não deixa de ser reconhecido: se o *JPN* der a notícia de que o Porto foi eleito o melhor destino europeu, não vai deixar de ser partilhada por pessoas que são alheias à universidade ou por pessoas que são alheias ao Porto. Focando nesta dimensão das redes sociais, as partilhas são feitas um pouco por toda a gente e ao fazeres uma partilha, as pessoas até podem não acompanhar o *JPN* todos os dias, mas estão a acompanhar aquela notícia. Portanto, o *JPN* não é só um meio institucional da universidade. Claro que tem esse

papel e essa preponderância de ser um meio muito atento àquilo que acontece no seio das escolas, das faculdades, mas é sobretudo um meio local. E considero que tem ganhado uma dimensão significativa, tem crescido. Está bem, está de boa saúde e recomenda-se. E depois o *JPN* tem essa vantagem de, enquanto laboratório, nos dar oportunidades para fazermos reportagens que não pensávamos fazer. Há uma reportagem que me marca particularmente durante os meses de estágio. O meu primeiro mês foi como chefe de redação. Portanto eu e o subchefe de redação tínhamos sempre de chegar a uma reunião com temas preparados, com ideias para desenvolvermos, para que toda a gente estivesse a ter trabalho durante o dia. Em alguns dos casos, nós assinalávamos as datas, porque era um dia simbólico. Isso obrigava-nos a uma ginástica muito grande. Portanto partíamos daquilo que já estava em agenda, daquilo que saía nos jornais, daquilo que ia acontecendo em última hora, tendo as equipas já a trabalhar nos mais diversos programas. Mas isso de ter um tema todos os dias para qualquer pessoa era um trabalho grande, exigia um esforço grande. Nós com 20 anos mantermos o *JPN* vivo, dar-lhe vida todos os dias, é uma responsabilidade efetivamente grande. Numa das reuniões, disse “Hoje é o Dia Internacional do Cigano, quem quer ficar com o tema?”. Ninguém colocou o braço no ar. “Ninguém quer fazer?”, repeti. E a Cláudia Sequeira disse “Eu faço, se não for sozinha”. Eu disse que fazia com ela. Lembro-me que os editores fizeram algumas reservas “Vocês tenham cuidado, nunca sabemos como é que podem reagir”. Mas lá está um estigma que foi curado com muita facilidade. Nós chegamos ao Bairro da Biquinha no Porto, onde vive a maior comunidade cigana no seio da cidade. Nós fomos surpreendidos porque as pessoas nos deixaram entrar em casa, não tiveram reserva em contar as suas histórias. Contaram-nos como era o casamento cigano, contaram-nos o quão era importante a virgindade de uma rapariga cigana, o quão importante era seguir a tradição cigana e as pessoas fizeram-nos sem reserva. Deixaram-nos tirar fotografias, deixaram-nos gravar a voz, estiveram completamente à vontade connosco e foi um trabalho que me marca ainda hoje e que na altura se fez com alguma irreverência até contra aquilo que podia ser a ideia geral das pessoas e isso saiu no *JPN*. Da nossa vontade de ariscar, da nossa vontade de criar histórias novas e é isso que fica também para nós enquanto alunos e que depois nos faz, por exemplo no cenário de um meio de comunicação maior, de âmbito nacional, estar mais preparados para esses assuntos. Por exemplo, se me mandassem fazer isso

eu já sabia como reagir porque já estive lá, ou se me mandassem fazer outra coisa do género, eu sabia reagir de outra forma porque estive lá, porque o *JPN* me deu a oportunidade de ter ido ao local, de ter contado aquelas histórias. Só por si isso já é uma coisa que nos faz ganhar asas.

**P – Que tipo de formação consideras mais adequada para fornecer a aprendizagem de conhecimentos que um jornalista deveria ter para desempenhar as suas funções? Académica ou profissional?**

R – Académica sobretudo, porque nós precisamos de ter as bases. Mas ao mesmo tempo eu acho que o curso de Ciências da Comunicação da FLUP tem um papel preponderante na prática em simultâneo. Na nossa área a prática faz todo o sentido. Porque tu podes saber como em teoria se escreve uma notícia, mas se eu dia um editor te confrontar com “Escreva esta notícia” e tu não souberes por onde pegar, não adianta teres muita teoria, não adianta teres muita sabedoria de como é que se faz. Acima de tudo eu acho que a melhor formação é aquela que concilia a teoria com a prática. O nosso curso ganha muito por isso, porque sabe dar-nos as bases teóricas para sermos bons jornalistas e ao mesmo tempo atira-nos para a rua, faz-nos descobrir histórias, faz-nos querer contar essas histórias, pegando nas novas dinâmicas atuais. E essa é sem dúvida a melhor formação que podemos ter para que depois no âmbito de um meio de comunicação nacional possamos mostrar que realmente estamos aptos porque tivemos essa formação. Conciliar a teoria com a prática sempre, é o melhor caminho sem dúvida.

#### **ANEXO 4** – Entrevista a Tiago Dias, jornalista da *Agência Lusa*, a 9 de março de 2017

**P – Em que período colaborou no *JPN*?**

R – Eu estive no *JPN* em vários momentos. Em 2005, trabalhei no *JPN* no âmbito de uma bolsa, mas não me recordo bem a que propósito, que o *JPN* atribuiu a três pessoas e eu fui uma delas. Fiz lá parte do meu estágio em 2006, entre março e junho, se não estou em erro. Voltei ao *JPN* em 2008, entre fevereiro e setembro, como editor-adjunto.

**P – Como avalia a sua experiência no *JPN*?**

R – O *JPN* é um jornal mais do que amadurecido. As pessoas podem passar por lá, mas neste momento a estrutura é tão sólida que permanece e as pessoas que lá passam moldam-se em função do *JPN*, e não tanto o contrário. As rotinas são as de um jornal normal, pelo menos eram naquela altura e permitiam ter uma noção daquilo que viria a ser a experiência nos órgãos de comunicação social nacionais e/ou distritais para onde as pessoas idealmente iriam depois do *JPN*. O *JPN* providenciava uma liberdade que era muitas vezes, e eu creio que ainda é o caso, subaproveitada pelos estagiários que por lá passavam. Ou seja, eles lá podiam fazer o trabalho que quisessem, sobre o que quisessem. A iniciativa é muito valorizada como é noutros sítios. Mas noutros sítios, se calhar, não há uma janela de oportunidade que permita que esses trabalhos sejam feitos e publicados. No *JPN* há. E eu acho que as pessoas muitas vezes não tinham noção disso e deviam ter, porque tinham momentos que poderiam aproveitar para fazer algo que as enriquecesse a elas, ao mesmo tempo que enriqueciam a instituição *JPN*.

**P – Na sua opinião, o *JPN* pode ser caracterizado como um laboratório de jornalismo (um meio que propicia a experimentação de novos formatos e linguagens)?**

R – Eu sou parcial, porque eu comecei ali, cresci ali e acompanho o trabalho que se faz ali. Eu gosto muito das pessoas que lá estão, por isso nunca serei isento a dar opinião sobre isto. Mas o *JPN* é um laboratório extraordinário de jornalismo e para os jornalistas, disso não há dúvida.

**P – Quanto à sua natureza, o *JPN* assume a função de um meio de comunicação institucional ou de âmbito local?**



R – Nos últimos anos, não tenho acompanhado tanto o trabalho do *JPN*. Mas a noção que eu tinha do *JPN*, e a sensação com que eu sempre fiquei, é que a ambição era a de um jornal local, regional até, que não fosse exclusivamente dedicado às temáticas universitárias e académicas (porque são limitadas), que fosse além disso. E eu acho que o faz e sempre o fez bem. Acho que sempre foi um jornal ambicioso e creio que mantém essa dinâmica.

**P – De que forma a passagem pelo *JPN* o ajudou a integrar o mercado de trabalho?**

R – Essa é a outra vertente que os estagiários desvalorizam, porque a passagem pelo *JPN*, antes de passar para o dito mercado, permite ganhar rotinas, hábitos e ritmo. Acima de tudo, ritmo e fluidez. Era sempre melhor alguém ir para o *JPN* primeiro e depois para um estágio onde quer que ele fosse, porque ganhava isso. Notava-se muito que quem chegava às redações sem uma passagem pelo *JPN* estava mais preso. Havia um certo bloqueio, uma certa ferrugem que quem vinha do *JPN* não tinha, porque já tinha estado a fazer notícias a um ritmo mais acelerado. Isso permite, como se diz em inglês, *hit the ground running*, permite já estar em pleno, a velocidade cruzeira quando se chega a um local de estágio fora do *JPN*.

**P – Que tipo de formação considera mais adequada para fornecer a aprendizagem de conhecimentos que um jornalista deveria ter para desempenhar as suas funções? Académica ou profissional?**

R – É uma pergunta complexa. Eu defendo a especialização dentro do jornalismo. Sempre defendi. Eu acho que uma pessoa não tem de fazer um curso de jornalismo para ser jornalista, mas tem de ter uma especialização. É a minha opinião pessoal. Eu acho que as redações seriam muito mais ricas se, para além de pessoas formadas em jornalismo exclusivamente, tivessem pessoas formadas em direito, em biologia, em química, em economia, em teatro, e que depois se especializassem em jornalismo, em escrita jornalística, em tudo o que significa (em termos éticos e deontológicos) ser jornalista. Eu acho que as redações só tinham a ganhar com isso.

**P – Poderá esta sua posição apontar para a perda de memória de que se fala muitas vezes em jornalismo?**

R – Não. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Uma coisa é a preparação, a formação do jornalista, outra coisa é a questão da memória. Questões ligadas à precariedade, isto é, os despedimentos recorrentes que há nas redações, a redução brutal e assassina daquilo que são as redações, têm danificado aquilo que elas podem fazer. As redações têm sido esvaziadas e o número de jornalistas tem encolhido. A questão da memória é para mim uma falsa questão. Falar da perda de memória coloca frente a frente dois lados que não têm de estar em oposição: os jovens e os mais velhos. Isso é um conflito desnecessário e inexistente. Ou seja, as pessoas que estão há décadas nas redações têm uma resistência quase natural à entrada de sangue novo, como se costuma dizer, e depois gera-se o mito da perda de memória. Nada justifica que uma pessoa de 25 anos que esteja a entrar numa redação não tenha memória. Ou seja, aquilo que ela não tem por experiência pode ter por cultura geral, pode ter por conhecimento próprio, desde que faça o trabalho de casa. É óbvio que há determinadas coisas que só vai conseguir ter, que só vai conseguir apalpar, que só lhe vão ser concretas quando as tiver atravessado, e isso são as coisas que nós ganhamos, que as redações ganham em ser diversas. Se tiverem pessoas mais velhas, mais novas, pessoas de meia idade, portuguesas, pessoas que não são de origem portuguesa, pessoas de cor, mulheres, homens, heterossexuais, homossexuais, ou seja, se as redações forem diversas. Por isso é que eu digo que a questão da memória é uma falsa questão. Porque não é um problema como o querem fazer parecer e certamente não é o único problema, nem o mais grave, que afeta as redações.

**P – O jornalismo é um campo em constante renovação, fortemente impulsionado pela evolução tecnológica. Que mudanças trouxeram a Internet e os novos meios digitais para o seu quotidiano profissional e para o jornalismo em geral?**

R – Eu não senti mudança nenhuma, porque sempre vivi a Internet. Eu não sei o que é o jornalismo pré-Internet, por isso para mim não há mudança nenhuma. Sempre foi assim.

**P – Quando frequentou o curso, recebeu formação suficiente para a realidade tecnológica?**

R – Sim. Eu não sei como o curso evoluiu, mas eu hoje sinto muito a falta de ter conhecimentos na área da programação. Espero que as cadeiras que eu tive no curso

ligadas à construção de sites de hoje formação em termos de programação, em termos de código, em termos de gestão de grandes massas de dados. O jornalismo de dados. Esperaria que, se estivesse a fazer o curso hoje, o lado tecnológico estivesse concentrado aí.

**P – Os laboratórios de jornalismo são um aspecto positivo na formação de futuros jornalistas?**

R – É claro, são essenciais. Eu não compreenderia se não existisse um em cada faculdade que ensina jornalismo. Têm de ter um canal de escoamento do trabalho, daquilo que são os estudantes.

**ANEXO 5** – Entrevista a Rafael Mangana, chefe de redação do *Urbi et Orbi*, a 22 de março de 2017

**P – Há quanto tempo desempenha a função de chefe de redação do *Urbi et Orbi*?**

R – Desde novembro de 2015.

**P – Descreva o seu dia a dia na redação do jornal.**

R – É criada uma agenda com base na informação que recolhemos sobre a Universidade da Beira Interior (UBI), a Covilhã e a região. A prioridade é esta. Temos um e-mail institucional e semanalmente fazemos uma agenda com base em toda a informação que chega a nós, através dos vários departamentos da UBI, do Gabinete de Relações Públicas (GRP) da UBI, de e-mails institucionais de partidos políticos ou Câmaras Municipais, etc. Recolhemos a informação e fazemos uma agenda, por dias, com tudo o que se vai passar ao longo de uma semana. Como o *U@O* é um laboratório, uma fase experimental para os alunos, há certas coisas que implicam maior responsabilidade. Vou dar um exemplo: a abertura solene do ano letivo – o cortejo académico, o discurso do reitor e da presidente da Associação Académica, etc. – é um evento que o *U@O* para além de cobrir, tem de dar destaque. O site do *U@O* é composto por várias notícias, sendo que duas delas estão em destaque. Portanto, eventos como a abertura do ano letivo têm obrigatoriamente de sair e quando fazemos a agenda, eu coloco lá o meu nome – tenho de ser eu a fazer. Temos uma pasta partilhada na Dropbox com as várias turmas, vários ateliers de jornalismo, e o resto da agenda é distribuído pelos alunos. A partir daí, eu faço as notícias que tenho de fazer ao longo da semana, estando sempre atento ao e-mail, porque há coisas que vão chegando, e ao telefone. O *U@O* sai à quarta-feira, por isso é fechado na terça-feira. Temos uma plataforma interna onde os alunos colocam as notícias, já vistas nas aulas pelos professores. O que eu tenho de fazer é aprovar as notícias. Faço um ou outro ajuste, se for necessário, uma ou outra coisa que possa, por vezes, ter escapado ao professor, enfim, coisas de pormenor: um ponto final, uma vírgula... Eu leio e aprovo as notícias, e depois também tenho autonomia para fazer as minhas. Resumidamente, o *U@O* é feito com aquilo que eu escrevo e o que os alunos produzem.

**P – Como avalia a sua experiência?**

Tem sido ótima, tem sido gratificante. É bom fazermos o que gostamos. Por outro lado, formei-me na UBI e é bom reencontrar um espaço que me é familiar. Depois, é engraçado ler as notícias dos alunos, tirar uma ou outra dúvida e tentar ajudá-los e, se calhar, rever-me neles. Recuar mentalmente até 2004-2006, quando eu escrevia para o *U@O*, e ver que aquelas dúvidas, aquelas aflições que hoje para mim são banais, eles também têm.

**P – Os alunos têm liberdade em todo o processo de produção, desde a seleção à apresentação de informação?**

R – Têm e são incentivados. Geralmente, orientam-se tendo em conta a agenda que lhes é dada nas aulas todas as semanas. Por vezes, há uma ou outra situação que surge de uma sugestão e é bem aceite, desde que se enquadre, obviamente. Desde que seja sobre a UBI ou a Covilhã, seja interessante e, por algum motivo, não esteja em agenda.

**P – O *U@O* funciona fora do período letivo?**

Todas as 52 semanas, às quartas-feiras o *U@O* está online, sempre diferente.

**P – Nessa altura, a produção de conteúdos fica a seu cargo?**

R – Sim. Mas tem acontecido – o que me deixa contente – alunos mais interessados se voluntariarem para contribuir, para continuarem a escrever para o *U@O* fora do contexto de avaliação. Porque nesta área quanto mais se escrever, melhor. Felizmente, vai havendo alunos que têm essa consciência, essa iniciativa. É claro que a produção diminui, mas nunca para.

**P – Como avalia o *U@O* em relação ao uso e aproveitamento das novas tecnologias?**

R – Eu acho que a tecnologia é muito importante e neste tipo de meios pode fazer a diferença na passagem da mensagem. Uma declaração forte, importante, tem um peso se for eu a escrever, mas se eu puser um vídeo de 30 segundos com o protagonista tem outro. A potencialidade tem a ver com isto: criar interesse. Hoje em dia, a Internet é um mundo tão rápido, tão imediato, com tanta informação, que as pessoas já não têm paciência para ler um “grande lençol”, como se costuma dizer, um texto grande. Nós tentamos encurtar, remeter quando é possível, por exemplo, para edições anteriores do *U@O*. Há chamados textos continuados: quando surge um tema a partir do tema principal, escreve-se um segundo texto e faz-se a ligação entre ambos. Isso facilita a

leitura. Se o leitor estiver interessado, clica; se não estiver, lê o texto principal e já fica com uma ideia geral da notícia. Essa é a potencialidade e a mais-valia destes meios em relação ao jornal em papel, por exemplo.

**P – Quanto à sua natureza, o *U@O* assume a função de um meio de comunicação institucional ou de âmbito local?**

R – Privilegia, sem dúvida, tudo o que se passa na UBI. Tudo, felizmente, não consegue. Digo felizmente porque é sinal que a universidade tem dinâmica. Seria impossível noticiar todas as semanas tudo o que se passa na UBI: os colóquios, as defesas de mestrado/doutoramento, etc. Mas tentamos que essa seja a premissa. Em 99,9% dos casos, os dois destaques do *U@O* são sempre UBI. Acho que jornais deste tipo cumprem a função que mais nenhum cumpre. Por outro lado, se nos pusessemos a escrever massivamente sobre tudo o que se passa na região estaríamos a substituir outros jornais que têm essa função, como é o caso do *Jornal Notícias da Covilhã* ou *Fórum Covilhã*. Eles têm essa função específica. Já houve casos de notícias que para nós são destaque e na imprensa regional vem apenas uma nota, isso é normal. Já aconteceu o contrário também: coisas que a imprensa considera relevantes e que para nós são importantes, mas vão para a secção *Região*, porque o foco é a UBI.

**P – Sendo assim, o público-alvo é a comunidade académica?**

R – Não só, devido à especificidade da UBI. Porque a UBI tem um peso muito grande a nível da Covilhã e da região. É uma instituição muito relevante aqui e mexe com muita coisa. Mexe com postos de trabalho, faz gerar a economia. Provavelmente não haveria tanta construção na cidade se não fosse a UBI, porque vieram estudantes e foi preciso alojá-los. Se calhar não haveria tantos restaurantes, tanto comércio. A cidade quase gira em torno da UBI. O público-alvo é a comunidade académica, mas não só. Eu sinto que a região também está atenta ao que é escrito no *U@O*, devido ao peso da própria instituição no meio onde estamos inseridos.

**P – Que vantagens/desvantagens vê na dimensão laboratorial do ensino de jornalismo?**

R – As vantagens são óbvias. Na UBI, temos a felicidade de termos um jornal interno, uma rádio e uma televisão e qualquer um dos três muito bem apetrechado, muito bem

equipado. Temos, neste momento, um estúdio de televisão ótimo. Temos estúdios de rádio com tudo o que é essencial. E depois, temos o jornal. Eu lembro-me que em 2004, foi organizado o Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação na UBI e havia colegas de outras universidades que não sabiam o que era um microfone, quando eu já fazia reportagens. Viam na televisão, mas nunca tinham pegado numa câmara. No segundo ano do curso, colocaram os estúdios à nossa disposição e eu e outros colegas tínhamos um programa desportivo semanal que passava na *TUBI* e um programa musical na *RUBI*. A mais-valia é óbvia: quando chegamos ao mercado de trabalho cada vez mais competitivo, quem tem sucesso na área é quem sabe fazer, é quem marca a diferença. Tanto no *U@O*, como na *RUBI* ou na *TUBI*, os alunos têm margem para errar, têm um professor que corrige, têm-me a mim para dar conselhos. Quando chegam ao mercado de trabalho, não há margem de erro. Se tu não consegues, estão 20 na fila à espera de uma oportunidade. Portanto, se chegas ao mercado de trabalho com apenas uma ou duas peças, à partida, a não ser que sejas um génio, hás de estar sempre em desvantagem em relação à pessoa que produziu 40. Fazendo 40 peças com 3 personagens, somas 120 entrevistas e 40 correções. Se alguém tiver de escolher um aluno, com certeza que irá escolher aquele para quem o material e as pessoas já lhe são familiares, creio eu. Sabe o que é um microfone, um gravador, sabe onde está a notícia, porque já fez. Acho que este tipo de laboratórios é fundamental, uma mais-valia tremenda e óbvia.

**P – Na sua opinião, a formação académica em jornalismo deveria possuir um carácter técnico (estudo e prática da atividade jornalística) ou mais reflexivo (estudo do jornalismo integrado no vasto universo da comunicação)?**

R – O ideal é sempre o melhor dos dois mundos. Acho fundamental a parte técnica, pôr as mãos na massa, sabermos captar som e imagem, sabermos editar, porque a tecnologia avança e se tivermos todas essas ferramentas, melhor. Mas para lá chegar há teorias de jornalismo, tudo muito importante para termos essas bases, portanto eu daria uma resposta híbrida.

**P – Considera que a experiência no *U@O* o auxiliou mais durante ou após a formação em jornalismo?**

Durante e depois. Talvez mais durante, porque se eu não fizesse não havia sentido naquilo que me estavam a ensinar; como não havia sentido na resposta que me deram em 2004 quando me disseram que nunca tinham pegado num microfone. Não faz sentido ensinarem as técnicas de captação de vídeo e não me porem uma câmara nas mãos. Não faz sentido aprender as técnicas do discurso jornalístico e do contacto com as pessoas e nunca entrevistar uma pessoa. Foi muito útil porque, na altura, fechava-se um ciclo. Tem lógica: estão a explicar as teorias da comunicação, é importante ficar com essas bases, a seguir explicam-me como eu faço a construção de uma notícia do início ao fim, e depois vamos pôr em prática o que aprendemos. Mais tarde, também foi útil. Porque não comecei a trabalhar no vazio, porque nós estamos sempre a aprender. São os dois momentos. Valorizei os dois momentos. Na altura fez sentido, porque fechou o tal ciclo e depois muito útil e fez sentido porque não fiquei enrascado. Quando comecei a trabalhar, já tinha feito muitas daquelas coisas, até conhecia muitas personagens daqui do meio.

**P – Quais são as perspetivas de futuro do U@O?**

R – Tentar inovar. Quando aqui cheguei, o U@O não tinha Facebook. Hoje em dia as redes sociais são importantes. Tive a autonomia de criar um e reparei que houve um aumento de visualizações das notícias, porque passamos a divulgá-las lá. Também criei a rubrica *Made in UBI*, exemplos de sucesso formados na UBI. São dois exemplos daquilo que o U@O deve procurar ser: laboratório para os alunos, estando sempre a par das tendências. Manter sempre uma imagem fresca, para que os alunos e o público-alvo se identifiquem com o sítio. O essencial é mantermo-nos atuais.



**ANEXO 6** – Entrevista a Anabela Gradim, diretora do *Urbi et Orbi*, a 30 de março de 2017

**P – Quando e em que moldes surgiu o *Urbi et Orbi*?**

R – O *Urbi* nasceu em 31 de janeiro de 2000, com o propósito de ser um laboratório para o estudo e a prática do jornalismo pelos alunos do curso de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior (UBI).

O primeiro número pode ser consultado aqui:  
<http://www.urbi.ubi.pt/000131/index.html>

**P – Após mais de uma década de existência, os pilares que sustentam o projeto mantêm-se?**

R – O jornal foi-se alterando para se adaptar às inovações técnicas que invadiram o campo, nomeadamente a explosão das comunicações móveis, alterações que são visíveis nos diferentes *layouts* que foi tendo. No entanto, em termos de objetivos, os enunciados em 2000 mantêm-se atuais: nomeadamente ser um laboratório para a experimentação das novas linguagens multimédia, e um veículo para a prática dos valores intemporais do jornalismo:  
<http://www.urbi.ubi.pt/000131/private/estatuto.html>

**P – Quais foram os principais marcos na evolução do projeto?**

R – O jornal nasceu associado a um livro de estilo/manual de jornalismo que produzi em 2000 com o objetivo de facilitar o treino dos alunos nas diversas tarefas a desenvolver no jornal. Esse, de algum modo, tem sido o fio condutor da atividade dos alunos, mantendo uma abertura à inovação técnica que se relaciona com o seu carácter de laboratório experimental: <http://bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-1.pdf>

**P – Como descreve a adesão dos alunos no âmbito extracurricular/fora do período de estágio?**

R – O jornal encontra-se ligado às unidades curriculares de Atelier de Jornalismo (primeiro e segundo semestres) e Webjornalismo, colaborando esporadicamente com as unidades curriculares de Técnicas de Redação Jornalística e Géneros Jornalísticos. Ao

fazer parte dos aspetos curriculares do curso e dos seus momentos de avaliação, a adesão dos alunos é naturalmente elevada. Qualquer aluno da universidade pode participar no jornal de forma extracurricular, mas estes casos ocorrem em número não significativo.

**P – De que modo a passagem pelos laboratórios de jornalismo poderá influenciar a transição do aluno para o mercado de trabalho?**

R – Os alunos do curso de Jornalismo da UBI, pela prática regular da actividade no jornal, da televisão (TUBI) e na rádio (RUBI) ligadas ao curso terminam os seus estudos com excelentes capacidades de edição e produção, nomeadamente em meios digitais, habilidades que são fortemente valorizadas no mercado de trabalho.

**P – Considera que a formação académica em jornalismo deveria possuir um carácter técnico (estudo e prática da atividade jornalística) ou mais reflexivo (estudo do jornalismo integrado no vasto universo da comunicação)?**

R – A formação académica universitária em Jornalismo deve conciliar harmoniosamente os dois aspetos que menciona. Creio que o vimos fazendo com grande sucesso no currículo da formação em comunicação/jornalismo ministrado na UBI.

**P – Há quanto tempo está na coordenação do U@O?**

R – Estou no jornal desde a sua fundação, em 2000, tendo ocupado diversos cargos em diferentes períodos: diretor-adjunto na altura da fundação, e presentemente diretora.

**P – Como avalia a sua experiência?**

R – É uma experiência muito positiva poder contribuir de forma relevante para a formação e o sucesso dos nossos alunos quando chegam ao mercado de trabalho.

**P – Quais foram os principais desafios ou dificuldades sentidas durante esse período?**

R – Os principais desafios ocorreram no início – no lançamento do jornal – que era desconhecido na região. Então, era mais difícil captar notícias, dentro ou fora da universidade. Hoje o *Urbi* é tratado como qualquer outro jornal da região, pelo que tem um fluxo constante de notícias que chegam à sua redação.

**P – Quais são as perspetivas de futuro do U@O?**

R – Creio que são brilhantes: embora ninguém possa fazer previsões quanto ao futuro do jornalismo, não errará quem disser que este está e estará ligado aos meios digitais online. A presença do jornalismo nesses meios reforçou-se na última década, e assim continuará a ser nos próximos anos; logo, preparar alunos para trabalhar nesses meios continuará a ser uma missão pertinente na academia, e a justificar o papel destacado do jornal no seio do nosso curso.